

Universidade do Minho
Escola de Engenharia

Sara Raquel Dinis dos Santos

**A Qualidade de Vida Urbana:
aplicação de um inquérito *online* para
avaliação da percepção individual**



Universidade do Minho

Escola de Engenharia

Sara Raquel Dinis dos Santos

**A Qualidade de Vida Urbana:
aplicação de um inquérito *online* para
avaliação da percepção individual**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Engenharia Urbana
Área de Especialização em Cidades Sustentáveis

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Júlia M. Lourenço

DECLARAÇÃO

Sara Raquel Dinis dos Santos

Endereço electrónico: dinisara@hotmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 12815080

Título da tese:

A Qualidade de Vida Urbana: aplicação de um inquérito *online* para avaliação da percepção individual

Orientadora: Professora Doutora Júlia M. Lourenço

Ano de conclusão: 2011

Designação do Mestrado:

Mestrado em Engenharia Urbana – Área de Especialização em Cidades Sustentáveis

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE/TRABALHO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 15 de Dezembro de 2011

Sara Raquel Dinis dos Santos

AGRADECIMENTOS

A todos os que contribuíram para a realização deste estudo, os meus agradecimentos.

A minha maior gratidão à Doutora Júlia Maria Brandão Barbosa Lourenço, minha orientadora científica, pelo tempo despendido, pelo incentivo, acompanhamento e apoio inexcedível que foram determinantes para a realização desta dissertação.

À Universidade do Minho e ao Departamento de Engenharia Civil agradeço, pela oportunidade de frequentar este Mestrado em Engenharia Urbana e apoio material que me permitiram a realização desta tese. À Anabela Sampaio obrigada pela paciência e disponibilidade completa para dar resposta a tantas dúvidas.

Ao Professor Doutor Luís Delfim Pereira dos Santos da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, um dos coordenadores do projecto de Monitorização e Avaliação da Qualidade de Vida na cidade do Porto, pelo grande apoio prestado, sobretudo pelas críticas construtivas e informação disponibilizada.

Ao Professor Doutor José Pires Manso, professor da Universidade da Beira Interior, responsável pelo Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social da Universidade da Beira Interior, obrigada pelas suas sugestões e respostas.

Ao Professor Doutor Jorge Silva Macaísta Malheiros, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e membro do NETURB (Núcleo de Estudos Urbanos), pelo contributo, com ideias e sugestões muito úteis na construção das propostas dadas.

Ao Professor Doutor Norberto Pinto dos Santos, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, um dos responsáveis pela minha formação em Geografia, obrigada pela colaboração dada, pelas críticas e amizade.

E, por último, não menos importante, agradeço a todos os amigos e familiares pelo estímulo demonstrado ao longo deste percurso e a ti, Rui, por tudo.

RESUMO

A Qualidade de Vida Urbana: aplicação de um inquérito *online* para avaliação da percepção individual

A Qualidade de Vida Urbana é um tema actual e abrangente dos mais variados ramos da ciência, reflectidos na procura de um conceito e de um método de avaliação eficaz. Falar de Qualidade de Vida Urbana, significa preocupar-se com o bem-estar geral da população que vive nas cidades, cidades essas bem diferentes das do passado, bem mais complexas e heterogéneas, mas que representam o maior habitat da população em todo o mundo. Avaliar a Qualidade de Vida Urbana, representa por isso, observar as condições em que os cidadãos habitam a cidade, significa compreender as relações Homem-Cidade, que se pretendem sustentáveis.

Neste contexto, esta tese pretende observar em que medida a avaliação da percepção da qualidade de vida urbana pode contribuir para a criação de cidades sustentáveis, recorrendo para isso à realização de um inquérito *online*, às populações jovem e adultas residentes em Portugal. Com a realização destes questionários pretende-se validar as vantagens de uma participação eficaz da população, como instrumento de apoio à decisão política, além de avaliar a percepção global dos portugueses sobre a qualidade de vida nas cidades.

Em síntese, esta dissertação tem como objectivo principal, analisar a importância da Avaliação da Percepção da Qualidade de Vida Urbana, integrada como forma de participação nos processos de tomada de decisão política.

No final desta dissertação apresentam-se uma série de propostas e reflexões, sobre a forma como podem ser encaminhados os processos de participação pública no Desenvolvimento Sustentável das cidades, tendo presente que ele deverá conduzir todas as acções que têm a ver com a intervenção nos territórios. A Qualidade de Vida Urbana requer, essencialmente, um desenvolvimento sustentável das Cidades, o qual pode ser fomentado através do exercício de participação da população urbana, participação essa, mais facilitada através do recurso às novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

Palavras-chave: Qualidade de Vida; Cidades; Desenvolvimento Sustentável; Percepção; Participação Pública.

ABSTRACT

Urban quality of life: on-line survey application to assess individual perception

The urban quality of life is a current theme of the most varied branches of science, reflected in the search for a concept and an effective evaluation method. Speaking of Urban Quality of Life implies worrying about the well-being of people living in cities which are very different from the past, far more complex and heterogeneous, but they represent the largest habitat of the population in the world. Assessing the Quality of Urban Life implies to observe the conditions under which citizens live in the city, it means understanding the relationships Man-City which are intended to be sustainable.

In this context, this thesis aims to observe to what extent the assessment of perceived quality of urban life can contribute to the creation of sustainable cities, drawing on the implementation of an online survey to young and adult population resident in Portugal. With the completion of questionnaires, it was, intended to validate the advantages of an effective participation of the population as a tool to support policy making, as well as evaluating the overall perception of the Portuguese population about the quality of life in cities.

In synthesis, this work has as main objective to analyze the importance of Perceptual Evaluation of Quality of Urban Life, integrated as a form of participation in the political decision-making.

As outcomes of this dissertation we present a series of proposals and ideas about the way that processes for public participation can faster the sustainable development of cities, taking to consideration that it should lead all activities related to the intervention in the territories. Quality of Urban Life requires, essentially, a sustainable development of cities, which can be promoted through the exercise of participation of urban population and this participation can be easier through the use of new Information and Communication Technologies.

Keywords: Quality of Life, Cities, Sustainable Development, Perception, Public Participation.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vii
ÍNDICE GERAL	ix
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE QUADROS	xii
ÍNDICE DE MAPAS	xii

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 ENQUADRAMENTO DO TRABALHO	1
1.2 OBJECTIVOS	3
1.3 METODOLOGIA	3
1.4 APLICAÇÃO PRÁTICA	4
1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	5

CAPÍTULO 2 - A QUALIDADE DE VIDA

2.1 INTRODUÇÃO	9
2.2 O CONCEITO	10
2.3 AS CIDADES E A QUALIDADE DE VIDA URBANA	18
2.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AMBIENTE URBANO	27
2.5 SÍNTESE	35

CAPÍTULO 3 – A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

3.1 INTRODUÇÃO	37
3.2 A PERCEÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA QUALIDADE DE VIDA	38
3.3 ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DA PERCEÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA	43
3.4 MÉTODOS UTILIZADOS	51
3.5 A PARTICIPAÇÃO ATRAVÉS DAS TIC	54
3.6 INQUÉRITO ONLINE COMO FERRAMENTA DE PARTICIPAÇÃO	61
3.7 SÍNTESE	64

CAPÍTULO 4 – APLICAÇÃO PRÁTICA

4.1 INTRODUÇÃO	65
4.2 INTEGRAÇÃO DO INQUÉRITO ONLINE NUM PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA.....	66
4.3 DESCRIÇÃO DO INQUÉRITO ONLINE	73
4.4 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO INQUÉRITO ONLINE	76
4.5 AS DIMENSÕES VALORIZADAS	97
4.6 SÍNTESE	104

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO

5.1 CONCLUSÕES GERAIS	105
5.2 RECOMENDAÇÕES PARA O FUTURO	108

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109
---------------------------------	-----

WEBSITES.....	117
---------------	-----

ANEXOS	119
--------------	-----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da dissertação	7
Figura 2 - Perspectivas analíticas do conceito de Qualidade de Vida	15
Figura 3 - Conceptualização da Qualidade de Vida segundo Rogerson	17
Figura 4 - Sistema Urbano Nacional	23
Figura 5 - Perspectiva do conceito de Desenvolvimento Sustentável	32
Figura 6 - Esquema representativo de metodologias multidimensionais	40
Figura 7 - Fluxograma da estrutura a adoptar na Avaliação da Percepção de Qualidade de Vida Urbana	67
Figura 8 - Fluxograma da estrutura a adoptar num processo de planeamento participativo.....	70
Figura 9 - Frequência de respostas segundo o género	76
Figura 10 - Frequências e Percentagens de respostas por Distrito	79
Figura 11 - Conceito de Qualidade de Vida para os participantes no inquérito online (%)	81
Figura 12 - Conceito de Qualidade de Vida para os participantes no inquérito online, por género (%)	82
Figura 13 - Avaliação da Qualidade de Vida Urbana em comparação com as áreas rurais (%)...	83
Figura 14 - Avaliação da Qualidade de Vida Urbana em comparação com as áreas rurais, por género (%)	84
Figura 15 - Valorização das dimensões de Qualidade de Vida pelos participantes do inquérito <i>online</i> (%)	87
Figura 16 - Valorização das dimensões de Qualidade de Vida pelos participantes do inquérito online, por género (%).....	87
Figura 17 - Tipos de Crimes mais frequentes em Portugal	99
Figura 18 - Evolução da Taxa de Desemprego em Portugal (1990-2010)	101

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Concepções de Qualidade de Vida e Bem-estar	14
Quadro 2 - Vantagens e desvantagens dos diferentes tipos de questionário	52

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Concelhos representados no inquérito online	75
Mapa 2 - Participantes no inquérito online por concelho de residência	78
Mapa 3 - Avaliação da Qualidade de Vida Urbana em comparação com as áreas rurais, por concelho de residência (%)	85
Mapa 4 - Valorização da dimensão Ambiente e Poluição por concelho de residência (%).....	89
Mapa 5 - Valorização da dimensão Emprego e Desemprego por concelho de residência (%)	90
Mapa 6 - Valorização da dimensão Segurança e Criminalidade por concelho de residência (%).	91
Mapa 7 - Valorização da dimensão Comércio e Serviços por concelho de residência (%)	93
Mapa 8 - Valorização da dimensão Habitação por concelho de residência (%)	95

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

1.1 ENQUADRAMENTO DO TRABALHO

A procura de um tema para investigação no âmbito deste Mestrado em Engenharia Urbana – Especialização em Cidades Sustentáveis, ainda no âmbito da disciplina de Metodologias de Investigação, levantou uma primeira questão, que despoletou todo o processo de investigação desta tese: o que são Cidades Sustentáveis? Uma conclusão define cidades sustentáveis como aquelas que reúnem um conjunto de condições variadas que permitem a quem nela habita (ou virá a habitar) um elevado grau de satisfação com a sua Qualidade de Vida, não colocando em causa os ecossistemas.

As cidades, particularmente pelas dinâmicas e oportunidades que oferecem, são o espaço por excelência do indivíduo humano da actualidade, são o espaço económico por natureza, são o local das relações inter-pessoais, o espaço de cidadania mais complexo que existe na actualidade. O Homem é, hoje, indivíduo urbano que habita a cidade, cheia de oportunidades, mas também de problemas, que tendem a reduzir o bem-estar dos indivíduos. O Homem alterou o espaço, o meio, transformou pequenas cidades em grandes cidades (metrópoles) e agora procura uma resposta para os problemas resultantes da aglomeração de tantos indivíduos que procuram viver na cidade.

Qualquer ser humano se preocupa com o seu bem-estar e procura uma vida com qualidade; o indivíduo urbano não é diferente. Assim, procura-se definir o conceito de Qualidade de Vida Urbana (QVU), a sua importância e relação com a sustentabilidade urbana. Procura-se, ainda, analisar como a Qualidade de Vida Urbana tem sido estudada e avaliada.

A Qualidade de Vida é um termo tendencialmente usado como sinónimo de bem-estar, mas o seu significado e dimensões que engloba são objecto de muitas ponderações. Esta tese apresenta uma breve revisão desses conceitos e das teorias relacionadas com a Qualidade de Vida, procurando evidenciar algumas correntes de pensamento. O tema é complexo e abrangente, estudado pelas mais variadas ciências, não existindo uma definição absoluta. Efectivamente, a Qualidade de Vida tem subjacente aspectos objectivos e subjectivos encerrando, cada um deles, diferentes domínios como: bem-estar material, saúde, segurança, bem-estar emocional, emprego, entre outros. A valorização de cada uma destas dimensões cabe a cada indivíduo.

Nesta dissertação denominada “A Qualidade de Vida Urbana: aplicação de um inquérito *online* para avaliação da percepção individual”, procura-se sobretudo demonstrar a importância da percepção dos cidadãos acerca da sua Qualidade de Vida Urbana e validar especificamente a aplicabilidade de um inquérito *online*, como ferramenta de auscultação da população urbana, através desta forma de participação pública. A opinião e a percepção dos indivíduos que habitam a cidade é muito importante, para se conseguir alcançar uma melhor qualidade de vida em cidades sustentáveis, pois ninguém melhor que os habitantes da cidade em questão para a avaliar. A participação de cidadãos é condição essencial de qualquer estado democrático, devendo ser encarada como mais um instrumento essencial à boa governação.

A forma como essa participação cívica é exercida depende de muitos factores, contudo, pretende-se demonstrar como as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) podem contribuir para o exercício desse direito. A Ciberdemocracia pode ser o caminho, possibilitando cidades mais abertas e ligadas ao mundo através da internet. Pessoas satisfeitas com a sua Qualidade de Vida têm vínculos com Cidades Sustentáveis. As cidades serão efectivamente sustentáveis quando a qualidade de vida urbana estiver assegurada, uma qualidade de vida construída em prol do cidadão que é agente da cidade, por isso, esta tese explora a relação da qualidade de vida com o desenvolvimento das cidades.

A Qualidade de Vida Urbana é percebida individualmente mas essa percepção é construída pela imagem que a cidade espelha de si mesma. Avaliar a percepção individual da população pode ser extremamente importante para alterar percepções, podendo inclusive implicar o aumento da confiança de quem escolhe a cidade para viver.

O rápido e contínuo crescimento das áreas urbanas acarretam problemas cuja resolução obriga, cada vez mais, à conjugação de esforços de todos os agentes envolvidos. Com efeito, para se conseguir resultados favoráveis, deve-se criar sinergias a partir das respectivas intervenções, que tomadas isoladamente, muitas vezes têm consequências negativas e não trazem nenhuma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Essas sinergias têm sobretudo a ver com a relação Cidadão (indivíduo) – Cidade (instituição), que apesar de dependentes continuam a agir solitariamente.

1.2 OBJECTIVOS

O interesse e preocupação, manifestado quer a nível nacional, quer internacional, pela problemática da qualidade de vida, tem subjacente a necessidade de compreensão do seu real significado e influência no desenvolvimento das cidades. Esta necessidade levou ao desenvolvimento de sistemas de avaliação e monitorização da qualidade de vida urbana. Assim, esta dissertação tem como objectivo geral, avaliar a importância da Avaliação da Percepção de Qualidade de Vida Urbana na criação de Cidades Sustentáveis.

Como objectivos específicos referem-se:

1. Avaliar a importância da Avaliação da Qualidade de Vida Urbana, integrada em processos de participação dos cidadãos, nos processos de tomada de decisão política;
2. Mensurar a importância da percepção individual e da participação pública para as políticas de Qualidade de Vida Urbana;
3. Evidenciar como podem as tecnologias da informação e comunicação ser um aliado importantíssimo na avaliação da qualidade de vida das populações.

1.3 METODOLOGIA

Um processo de investigação científica contém determinados pressupostos metodológicos que é necessário ter presente no decurso de uma investigação. Conhecer a realidade é querer descobrir um caminho para alcançar um patamar superior de evolução no estágio de conhecimento. Um trabalho de pesquisa pode ser conduzido com base numa abordagem qualitativa ou numa abordagem quantitativa. Contudo, determinados fenómenos relacionados com as pessoas são melhor compreendidos quando se segue uma abordagem qualitativa.

A pesquisa qualitativa permite a compreensão da linguagem, das percepções e dos valores das pessoas, dos actores sociais e de todos os intervenientes nos processos que ocorrem na sociedade. É a pesquisa qualitativa que permite compreender o problema de pesquisa definido, e saber interpretar adequadamente a informação.

Este estudo desenvolveu-se ao longo de quinze meses e em simultâneo com outras actividades profissionais e académicas, tendo sido organizado em duas partes.

A primeira parte do trabalho assentou numa investigação bibliográfica baseada numa revisão da literatura, com o objectivo de clarificar, o melhor possível, os principais conceitos em causa, bem como delimitar o problema a investigar, respondendo ao mesmo tempo, às várias questões que foram emergindo ao longo do desenvolvimento da dissertação.

A primeira parte serve como momento de reflexão para o que se desenvolverá na segunda parte. Ainda que exista uma tendência para a separação inflexível da revisão bibliográfica e das metodologias aplicadas, o processo de construção de qualquer dissertação é feito de avanços e recuos, o que significa que a realização da dissertação aplicou as metodologias estudadas, mas nem sempre a sua utilização respeita implacavelmente a ordem aqui expressa.

Dada a importância da parte aplicativa da dissertação, os métodos utilizados são descritos no ponto seguinte.

1.4 APLICAÇÃO PRÁTICA

O principal instrumento deste trabalho de investigação, foi a aplicação do questionário ou inquérito *online*, que resultou da convicção de que é possível tornar os processos de recolha de dados mais simples e menos complexos, através da utilização das ferramentas disponibilizadas pela Web 2.0.

Depois de elaboradas e estruturadas as questões, o questionário foi divulgado através do site *questionform.com* (no endereço <http://qualidadedevida.questionform.com/public/Qualidade-de-Vida>) escolhido particularmente pela simplicidade de utilização, gratuidade do serviço e possibilidade de monitorizar os resultados obtidos.

O processo de recolha de dados teve duas fases: primeiro, foram realizados 22 inquéritos (experimentais) a alunos de Geografia do 11º ano da Escola Secundária de Damião de Góes, no âmbito do tema *As áreas urbanas*, num contexto de reflexão acerca da realidade das cidades portuguesas, dos fenómenos urbanos e problemas urbanos. Foi discutido o conceito de Qualidade de Vida e preenchido o inquérito, conduzindo a uma posterior discussão de resultados obtidos bem como à pertinência deste tipo de inquirição.

Numa segunda fase, passou-se à divulgação do inquérito (via email) tendo sido disponibilizados sensivelmente 4 meses para o preenchimento do questionário. O objectivo inicial seria inquirir uma amostra representativa de todas as regiões portuguesas, contudo, por

questões que se prendaram com a divulgação dos inquéritos, acabou por se delimitar a divulgação deste projecto aos estudantes das Universidades de Coimbra e Minho, através dos seus *emails* institucionais. Desta forma, a população e amostra desta inquirição é constituída por população adulta e jovem (com idade superior a 15 anos) sendo exclusivamente estudantil dos meios universitário e secundário.

No total, obteve-se uma amostra de 1225 inquéritos, que foram recolhidos, tratados estatisticamente e depois analisados. Essa análise passou pela análise de cada variável isoladamente, de forma descritiva e sempre que possível, procurando fazer uma análise bivariada em que se estudou as relações entre duas ou mais variáveis, como por exemplo a percepção global da Qualidade de Vida Urbana (QVU) dos inquiridos consoante o género e localização da residência.

Para efeitos de organização e tratamento de dados foram utilizados os programas Excel e SPSS 16.0 (Statistical Package for the Social Sciences). Os resultados obtidos são apresentados, através da utilização de representações gráficas ou cartográficas para que se consiga ter uma maior aproximação à realidade, só possíveis com a utilização do ArcGis 9.2.

Em suma, as ferramentas utilizadas permitiram facilitar e melhorar o processo de recolha e sobretudo de tratamento dos dados, possibilitando desta forma um melhoramento global das metodologias de investigação previamente recolhidas na literatura existente.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Para uma melhor organização, esta tese encontra-se organizada em 5 capítulos. No presente capítulo, *Introdução*, é feita uma breve descrição preliminar que permite uma visão global do trabalho, onde se encontram apresentados os motivos para a escolha do tema, as questões de partida, os objectivos e as metodologias utilizadas.

O capítulo que se segue, o segundo capítulo, *Enquadramento Teórico*, faz uma abordagem aos principais conceitos: Qualidade de Vida, Cidades e Desenvolvimento Sustentável, através de uma revisão bibliográfica. Apresenta-se o tema Qualidade de Vida, onde se faz uma contextualização do seu aparecimento, seguidamente é feita uma breve exposição sobre as Cidades (evolução e particularidades) e, por último, explica-se como deve o conceito de Desenvolvimento Sustentável ser interligado com os anteriores.

O terceiro capítulo designado, *A Participação dos Cidadãos*, permite fazer uma contextualização da importância da participação pública dos cidadãos urbanos, nos processos de tomada de decisão que dizem respeito às cidades. Por isso, aborda-se a importância da percepção e participação e da controvérsia da utilização de dados subjectivos nas investigações sobre a avaliação de qualidade de vida. Por fim, expõe-se alguns trabalhos de investigação ou de avaliação da qualidade de vida, através do recurso a questionários (dados subjectivos), para ponderar as metodologias (presencial, telefónica e postal) por eles aplicados. Ainda neste capítulo, são apresentadas algumas fundamentações acerca da importância da utilização das novas Tecnologias da Informação e Comunicação, em processos de participação pública dos cidadãos introduzindo o conceito de Ciberdemocracia.

Este desenvolvimento teórico culminou numa *Aplicação Prática*, presente no quarto capítulo, o qual está organizado em duas fases. Numa primeira fase faz-se uma apresentação de algumas propostas a aplicar num contexto de avaliação de qualidade de vida urbana, isto é, de como pode ser estruturada uma ferramenta de participação dos cidadãos onde se insira o inquérito electrónico. Estas propostas são consideradas como resultado prático de toda a investigação realizada, porque decorrem de uma série de deduções retiradas após a revisão bibliográfica, bem como da discussão com os alunos e das entrevistas (pessoais ou por email) efectuadas a alguns investigadores. Em suma, esta apresentação de propostas ajuda a contextualizar a aplicação dos questionários electrónicos.

Numa segunda fase (do quarto capítulo) são apresentados os resultados do questionário realizado e procede-se à análise estatística dos mesmos, completando com algumas reflexões.

O último e quinto capítulo, *Conclusão*, descreve a validação dos objectivos inicialmente propostos, sumariando as principais conclusões e algumas recomendações para o futuro.

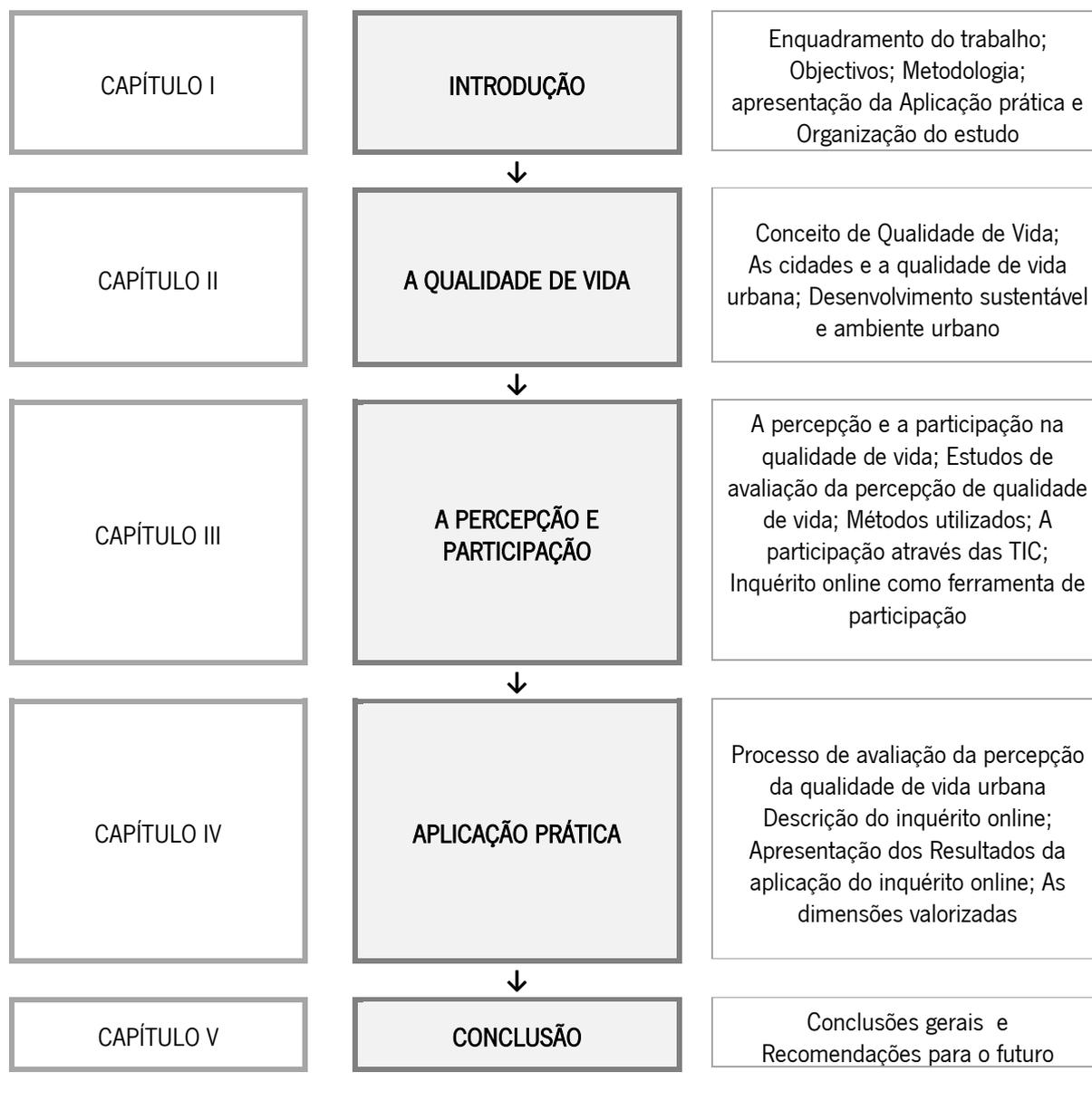


Figura 1 – Estrutura da dissertação

CAPÍTULO 2 – A QUALIDADE DE VIDA

2.1 INTRODUÇÃO

Neste segundo capítulo, serão apresentados três pontos introdutórios (teóricos) que correspondem a uma contextualização dos três temas centrais do trabalho: Qualidade de Vida, Cidades e Desenvolvimento Sustentável.

Sobre a Qualidade de Vida, apresenta-se a evolução do conceito, tendo presente a necessidade de o compreender para perceber a Qualidade de Vida Urbana, tema central desta dissertação. Parte-se da análise do conceito mais abrangente, Qualidade de Vida, segundo as diferentes abordagens (para autores e ciências), que apresentam diferentes perspectivas sobre o tema. A temática das cidades surge, num segundo ponto, onde se faz uma síntese daquilo que foi o desenvolvimento das cidades ao longo dos tempos e uma breve mostra das características do tecido urbano nacional (num contexto europeu e mundial distintos), pois é necessário conhecer a cidade antes de partir para o conceito de Qualidade de Vida Urbana.

Da Qualidade de Vida Urbana procura explicar-se a complexidade do conceito, mas sobretudo a importância do tema. As Cidades e Qualidade de Vida Urbana são dois temas complexos que merecem, uma contextualização teórica, uma apresentação breve como ponto de partida para a compreensão da pertinência das propostas apresentadas na aplicação prática.

No último ponto, introduz-se o tema Desenvolvimento Sustentável, de forma a relacionar os temas da Qualidade de Vida, Cidade e Desenvolvimento Sustentável, procurando evidenciar a interação dos temas, muitas vezes individualizados e desagregados, erroneamente, mas que neste trabalho de investigação devem ser compreendidos conjuntamente.

2.2 O CONCEITO

O conceito Qualidade e Vida é frequentemente utilizado a vários níveis, quer teórico, quer mesmo na linguagem comum. Tema fundamental em muitas análises políticas e sociais, a Qualidade de Vida é o termo utilizado para definir a qualidade ou particularidades das condições de vida humana, tendo em conta elementos essenciais como: saúde, educação, bem-estar físico e psíquico ou todos os aspectos que se refiram às condições de vida individual e colectiva.

O interesse pelo tema subsiste há já algum tempo, tendo ganho força contra uma corrente economicista que até à década de 60 defendia essencialmente o crescimento económico como forma de desenvolvimento das sociedades e que analisava o crescimento e desenvolvimento através do crescimento do PIB ou do rendimento *per capita*.

É depois da década de 60, que alguns autores se começam a preocupar com aspectos referentes ao bem-estar humano e a debruçar sobre uma declaração feita pelo presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, que em 1964 afirmou que o progresso social não poderia ser medido através do balanço dos bancos, mas através da qualidade de vida proporcionada às pessoas (Kluthcovsky e Takayanagui, 2007). Lyndon usa pela primeira vez o termo Qualidade de Vida em termos sociais, deixando para trás a corrente economicista aceite até à data.

Também o conceito de “indicadores sociais” e o movimento com o mesmo nome tiveram origem na mesma década, conduzindo ao aparecimento dos primeiros trabalhos na linha de Indicadores Sociais. Nos Estados Unidos, este movimento representava um esforço governamental de enfrentar a situação social do país, onde dominava o descontentamento cívico. A situação evidenciava o facto (hoje amplamente aceite) de que o progresso económico, por ele mesmo, não é capaz de gerar “bem-estar social” e que seria necessário encontrar novos indicadores (sociais) para revelar aspectos não captados pela abordagem económica.

A partir de então, condições e pressões sociais análogas acompanharam, na Europa e na América Latina, a emergência de trabalhos sociais, nomeadamente, realizados pela Comunidade Económica Europeia, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Nas décadas de 70 e 80, ganha força a preocupação mundial com a problemática ambiental devido ao acelerado processo de urbanização e conseqüente agravamento da degradação ambiental. Emergem, progressivamente, os conceitos “Qualidade Ambiental” e “Qualidade de Vida” e várias abordagens começam a fazer a distinção entre as diferentes

abordagens possíveis para o conceito, tais como as perspectivas: biológica, psicológica, cultural e económica.

Na década de 90, a Organização Mundial da Saúde, considera que a Qualidade de Vida deverá ser entendida como "a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objectivos, expectativas, padrões e preocupações" (Seidl e Zannon, 2004:583). Definição que conduz e alerta para um conceito que é perceptual e que pressupõe uma individualidade intrínseca a cada ser humano, o que reforça a peso da não-aceitação de uma definição única, independentemente do seu autor.

O conceito de Qualidade de Vida refere-se a um movimento dentro das ciências humanas e biológicas no sentido de valorizar parâmetros mais amplos do que o controlo de sintomas, a diminuição da mortalidade e o aumento da expectativa de vida, associando-o a diversos referenciais teóricos que reflectem conceitos como *satisfação com a vida, felicidade, existência com significado e bem-estar subjectivo* (Frisch, 2000).

A sucessão de concepções e definições para o termo Qualidade de Vida, surgem nas mais variadas obras e são citadas pelos mais variados autores. Rodrigues (2007) faz, neste contexto, um dos melhores resumos daquilo que foram as sucessivas tentativas de aclarar o conceito de Qualidade de Vida.

O autor cita Dalkey and Rourke (1972), que definem "a qualidade de vida como um sentimento pessoal de bem-estar, a satisfação ou insatisfação da vida, a sua felicidade ou sua infelicidade" conceito que se focaliza na questão da singularidade do conceito como sentimento pessoal, o que denota que os autores reconhecem a especificidade da noção.

Harland (1972, cit. por Rodrigues, 2007) interpreta a Qualidade de Vida como um sinónimo de vida agradável, de bem-estar social, de protecção social e de progresso social, definindo-a como "a totalidade de bens, serviços, situações e estados que constituem a vida humana e que são necessários e desejados". Apresenta, assim, o conceito dependente, da presença ou ausência de um conjunto de propriedades, destacando a materialidade de bens que são necessários e desejados centrando a definição no verbo ter, em função do que se deseja. Este autor, não valoriza a ideia de que estaremos no domínio da percepção pessoal de cada indivíduo, o que representa um recuo relativamente á proposta feita anteriormente.

O geógrafo Jarochovska (1975, cit. por Rodrigues, 2007), afirma que a qualidade de vida abrange o vasto domínio das relações entre homem e meio ambiente. Para o autor a qualidade de vida, dos indivíduos, pode ser prejudicada pelo afastamento entre as condições

ambientais e a soma das aspirações individuais. Quanto maior o grupo de indivíduos satisfeitos com o seu meio ambiente, mais fortes são os laços entre os membros do grupo e melhor será a sua qualidade de vida.

Rodrigues (2007) cita Liu (1975), que define qualidade de vida como sendo um termo subjectivo para o bem-estar das pessoas e do meio onde vivem, considerando que esta expressa as vontades, traduzidas em necessidades que, após serem colmatadas e adquiridas, permitem ao indivíduo a sua felicidade ou satisfação. Confirmando, nesta década, aquilo que outros autores já tinham afirmado e que muitos outros, passaram a reproduzir, décadas após décadas: que o conceito de Qualidade de Vida será sempre *subjectivo*. Todos os outros autores que se seguem a Liu trazem apenas acréscimos de interpretação ao conceito, pois não colocam em causa tal subjectividade.

Contudo, Racine em 1986 (cit. por Rodrigues, 2007) coloca os conceitos de qualidade de vida e de bem-estar em campos opostos: a qualidade de vida exprime os meios postos em prática, pelos indivíduos, no seu quotidiano material e social, remetendo para indicadores que possam espelhar o estado das condições materiais e do nível de vida. O bem-estar, por sua vez, toma em conta as aspirações dos indivíduos e a sua avaliação mais pessoal do conjunto de relações que o indivíduo mantém consigo próprio e com o exterior.

Roberto (1996) em *Carta Urgente sobre a Qualidade de Vida* afirma que, avaliar a qualidade de vida é efectivamente algo delicado porque: para uns essa percepção, duma vida melhor, está ligada à superação da miséria; para outros à supressão da angústia gerada pela abundância; para outros à conquista de novos bens ou domínios e para todos, à realização do amor nas suas vidas. Este autor, procura analisar ao longo da sua obra a condição do Homem perante a Política, o Bem-estar, a Liberdade, o Trabalho, a Economia, a Educação, o Progresso, o Amor e a Paz. Procura definir como podem estas relações caber numa satisfação global com a qualidade de vida, mas dependentes do indivíduo que a percebe.

Em 1999, Bossard considera que a definição de Qualidade de Vida, envolve visões conceptuais que, frequentemente, variam de pessoa para pessoa, de lugar para lugar e ao longo do tempo, atestando a subjectividade do conceito, mas especificando que essa subjectividade é dependente de factores espaciais e temporais que alteram a percepção (Rodrigues, 2007).

Segundo a *European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions* (2003), a qualidade de vida numa sociedade pode ser definida como o bem-estar geral dos que

nela vivem. O bem-estar reflecte não somente as condições de vida e o controlo sobre os recursos, mas também as formas como as pessoas respondem e sentem acerca das suas vidas.

Carla Leal propõe a seguinte definição: “A qualidade de vida está, assim, directamente relacionada com a percepção que cada um tem de si e dos outros, do mundo que os rodeia e pode ser medida mediante critérios apropriados, tais como, a educação, a formação de base, a actividade profissional, as competências adquiridas, a resiliência pessoal, o optimismo, as necessidades pessoais e a saúde” (Leal, 2008:2).

Em *Ecosistemas e Bem-estar Humano*, os autores voltam a não fazer distinção entre bem-estar e qualidade de vida, usando os termos como sinónimos. Consideram que “O bem-estar humano possui múltiplos constituintes, incluindo materiais básicos para uma vida com qualidade, liberdade de escolha, saúde, boas relações sociais e segurança.” (Pereira *et al.*, 2009:29) Os componentes do bem-estar, vividos e percebidos pelas pessoas, dependem das situações e reflectem a geografia local, a cultural e as circunstâncias ecológicas. Estes autores consideram que existem recursos básicos para uma vida com qualidade e que esses recursos são «serviços dos ecossistemas», que incluem serviços de produção, regulação e culturais e que a alteração nestes serviços afecta o bem-estar humano e tem influência na liberdade de escolha de cada um. Salientam que a intervenção humana nos ecossistemas pode ampliar os benefícios para a sociedade humana, mas que nas últimas décadas surgiram múltiplas evidências dos impactos humanos sobre os sistemas ecológicos mundiais, o que aumentou substancialmente as preocupações com as consequências dessas alterações, prejudiciais para o bem-estar humano.

Tendo em conta que as abordagens para o conceito de Qualidade de Vida podem ser múltiplas, não existe nenhuma definição completa. Desde as primeiras definições que existem vários enfoques, cada um deles, válido e com uma ou definição própria. O quadro 1 permite observar quatro das muitas abordagens possíveis e observar, quão distintas podem ser as suas concepções.

QUADRO 1

Concepções de Qualidade de Vida e Bem-estar

ABORDAGEM	CONCEPÇÃO
Biológica	Percepção que o indivíduo possui da afecção física, a capacidade que supõe ter para realizar determinadas tarefas. Esta abordagem biológica centra-se nos estados de saúde física do indivíduo. Estudado maioritariamente pelas ciências da saúde: neste campo encontram-se muitas vezes estudos relacionados com a Qualidade de Vida do indivíduo doente.
Cultural	Conceito intimamente ligado com a educação na infância, com os hábitos e valores transmitidos, o que interfere na personalidade do indivíduo e interfere também na sua qualidade de vida futura. Perspectiva abraçada pela sociologia e psicologia, onde tentam discriminar a influência da educação no bem-estar do indivíduo enquanto ser social.
Económica	O conceito surge ligado à satisfação de todas as expectativas económicas e materiais. É no entanto subjectivo uma vez que depende de cada indivíduo, pois as expectativas esperadas de satisfação económica variam de indivíduo para indivíduo. As ciências económicas estudam a Qualidade de Vida no âmbito da posse de bens materiais. Os estudos que consideram a Qualidade de Vida um conceito económico tendenciosamente procuram indicadores de riqueza para a caracterizar.
Psicológica	Na perspectiva psicológica, qualidade de vida é auto-estima é equilíbrio mental, é felicidade e satisfação é ter boas expectativas em relação ao futuro. Na psicologia a Qualidade de Vida passa pela saúde mental adquirida pela percepção de bem-estar mental que induz a uma sensação de felicidade, daí que os estudos desta ciência passem sobretudo pela análise da felicidade. ¹

O conceito é por tudo isto “*sincrético*” uma vez que este pode ser mutuamente simples e confuso, a sua definição não é consensual, mas apresenta aspectos que são partilhados pela maioria dos investigadores, nomeadamente a sua característica multidimensional, integrando dimensões objectivas e subjectivas (Oliveira, 2007).

Santos *et al* (2004) consideram que na definição do conceito de Qualidade de Vida, podem ser consideradas três grandes perspectivas distintas:

- 1) Distinção entre os aspectos *materiais e imateriais* da qualidade de vida. Os aspectos materiais dizem essencialmente respeito às necessidades humanas básicas, como, por exemplo, as condições de habitação, de abastecimento de água, do sistema de saúde, ou seja aspectos de natureza essencialmente física e infraestrutural. As questões imateriais estão mais ligadas ao ambiente, ao património cultural e ao bem-estar.

¹ Investigadores em psicologia desenvolveram diferentes métodos, por exemplo o Inventário da Felicidade de Oxford, para medir o nível de felicidade de um indivíduo. Nestes métodos, levam-se em conta factores físicos e psicológicos como envolvimento religioso ou político, estado civil, paternidade, idade, rendimento etc. Ou seja, o estudo da felicidade assemelha-se em muitos pontos aos estudos de Qualidade de Vida.

- 2) Distinção entre os *aspectos individuais e os colectivos*. As componentes individuais mais relacionadas com a condição económica, a condição pessoal e familiar dos indivíduos, as relações pessoais, e as componentes colectivas mais directamente relacionadas com os serviços básicos e os serviços públicos.
- 3) Distinção entre *aspectos objectivos e subjectivos* da qualidade de vida. Os primeiros seriam facilmente apreendidos através da definição de indicadores de natureza quantitativa, enquanto os segundos remeteriam para a percepção subjectiva que os indivíduos têm da qualidade de vida e que é, claramente, muito diferente de pessoa para pessoa, e de estrato social para estrato social.

Em suma, é possível concluir que todas as perspectivas são únicas, que existem diferentes traduções para o conceito, mas, nenhuma é mutuamente exclusiva. Pelo contrário, todas podem ser complementares e cada uma delas pode sofrer diversas desagregações conforme o indivíduo, a comunidade ou o investigador, que procure definir Qualidade de Vida (fig. 2).

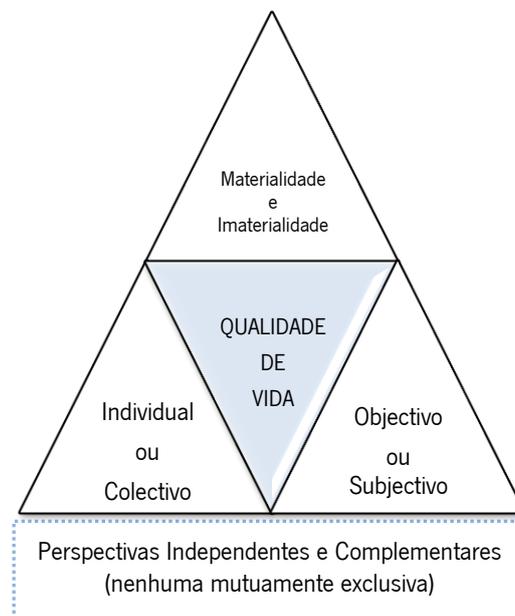


Fig. 2 Perspectivas analíticas do conceito de Qualidade de Vida

[fonte] elaboração própria

Os esforços para encontrar um conceito válido têm sido inúmeros, mas continua por responder as razões de tal procura. Manso e Simões (2007) apontam as razões pelas quais se desenvolveram, ao longo dos anos, tantos esforços para definir e analisar a Qualidade de Vida.

Estes autores consideram que se tornou progressivamente necessário:

- 1) Medir o dinamismo económico das sociedades, uma vez que este é visto como um catalisador de bem-estar, razão pela qual o PNB (produto nacional bruto) é ainda universalmente usado como indicador de bem-estar;
- 2) Comparar grupos, já que é relevante constatar o nível de vida de diferentes grupos de pessoas num certo momento bem como ao longo do tempo. Permitindo uma comparação e identificar se existem diferenças sistemáticas no bem-estar de cada grupo de pessoas;
- 3) Comparar locais, na medida em que é importante ter uma ideia sobre as diferentes realidades (cidades, distritos, países);
- 4) Medir a sustentabilidade do bem-estar, no sentido em que é importante ter uma noção da qualidade de vida que uma população consegue manter sob diferentes políticas, isto é, saber se o nível de bem-estar de determinada população é ou não alterado mediante o uso de políticas alternativas;
- 5) Avaliar políticas (a chamada análise de custo-benefício social), se se constatar que uma política contribui positivamente para o bem-estar esta deve ser aceite, caso contrário, deve ser imediatamente rejeitada.

Foram estas as principais preocupações que conduziram à procura, por parte dos investigadores, de um conceito, de um método de avaliação e de dimensões a considerar. Certamente existirão outras razões que fundamentem a necessidade de encontrar uma definição mas estas cinco permitem sintetizar devidamente os motivos para tal procura.

Lígia Torres (2007) chegou à conclusão, através da análise da literatura e na sua pesquisa sob o tema da Qualidade de Vida, que existem de um modo geral, duas abordagens conceptuais distintas. Uma primeira centra-se na avaliação das condições necessárias para serem alcançadas a satisfação e felicidade pessoal (materialidade), enquanto uma segunda concebe a qualidade de vida ao nível do indivíduo, centrada na visão pessoal de cada um (percepção). Estas diferentes abordagens deram origem a uma inúmera variedade de conceptualizações, que têm vindo a ser descritas.

A mesma autora cita Rogerson (1989) que defende que estas duas abordagens conceptuais de Qualidade de Vida podem ser interligadas, considerando que o conceito resultará das diferentes análises, realizadas pelos diferentes investigadores. O autor considera existirem três tipos de abordagens ou conceptualizações da Qualidade de Vida (fig. 3):

- A avaliação da Qualidade de Vida deriva da avaliação de um conjunto de atributos físicos ponderados pela opinião de especialistas ou de grupos chave, isto é, se os atributos e características para avaliar a Qualidade de Vida não se apoiam na auscultação da população, tipificam o *Tipo A*.
- As prioridades e pesos derivam de pesquisas de opinião através de inquéritos e entrevistas, estes estudos formam o grupo *Tipo B*.
- Os estudos que se focalizam nos aspectos pessoais da qualidade de vida avaliando-a como uma escala de satisfação ou através de respostas a inquéritos ou entrevistas, são do *Tipo C*.

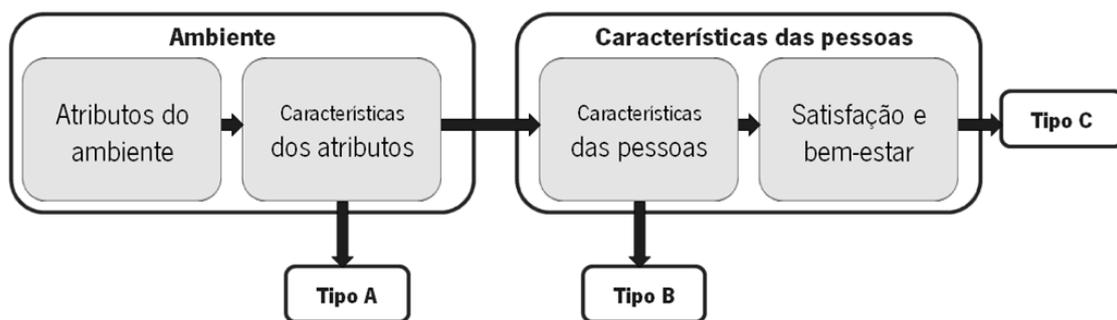


Fig. 3 Conceptualização da Qualidade de Vida segundo Rogerson

[fonte] extraído e adaptado de Torres (2007)

No decorrer deste estudo são apresentados alguns trabalhos sobre o tema, sobretudo no âmbito da qualidade de vida urbana, e todos eles apresentam conceptualizações diferentes, apresentam inclusive novas definições para o conceito de Qualidade de Vida, avultando por isso a complexidade inerente ao tema. Assim, a definição do conceito de Qualidade de vida só será construído com o decorrer desta investigação, dependendo sempre das conclusões individuais de cada um. Foram apresentadas algumas ideias-chave, que nos permitem uma melhor compreensão da complexidade e das diferentes dimensões que o conceito pode englobar. Caberá a cada um, construir o conceito que melhor reflecta as suas percepções e dimensões valorizadas, indo ao encontro das suas preocupações.

2. 3 AS CIDADES E A QUALIDADE DE VIDA URBANA

Face ao rápido crescimento da urbanização registado globalmente, as cidades incluindo os seus subúrbios converteram-se no principal *habitat* da humanidade, sendo a principal fonte de emprego e progresso económico e social.

A urbanização sempre teve particular expressão no mundo desenvolvido, mas rapidamente se estendeu à escala global. Nos últimos anos, tem sido no continente asiático, particularmente na China e no continente africano que as cidades mais se têm desenvolvido, prevendo-se que a população urbana nestas zonas duplique até 2030. Por outro lado, o processo de urbanização tem abrandado na Europa e América do Norte, onde, em meados do século passado, uma parcela significativa da população vivia já em aglomerados urbanos. A dimensão das cidades (em termos do espaço físico ocupado e população que centralizam) atingiu uma escala única, pois não só se verificou uma explosão da população urbana, como se multiplicou o número de cidades com mais de um milhão de habitantes (Silva, 2008).

A Urbanização é um fenómeno que se estende a todo o mundo e que se traduz no aumento da percentagem de população urbana na população mundial. Segundo Baud *et al* (1999), resulta essencialmente do desenvolvimento das periferias urbanas que fazem recuar a fronteira entre espaço rural e urbano. As cidades desenvolvem-se sobretudo por fenómenos de periurbanização e rurbanização, isto é, pela extensão das suas periferias e espaços periurbanos.

A história das cidades é longa, sendo que as primeiras cidades terão surgido há quinze a cinco mil anos atrás. Goitia (1996) escreve, em *Breve História do Urbanismo* que as primeiras civilizações da era histórica, passadas as fases obscuras da pré-história e da proto-história, aparecem nos vales férteis do Nilo, do Tigre, do Eufrates e do Indo. Ergueram-se uma série de grandes impérios, que lutaram entre si para alcançar a supremacia política, decaindo quando surgiam outros que os substituíssem, mas deixando sempre, alguma contribuição no curso evolutivo do mundo civilizado.

Para perceber a complexidade do fenómeno urbano, é necessário perceber e conhecer a existência de sete tipos de cidades ao longo da história do urbanismo: a cidade antiga, islâmica, medieval, do renascentista, barroca, industrial e a cidade do presente (Goitia, 1996). Cidades, que conduziram ao que são hoje as nossas cidades, condicionando as suas localizações, mas sobretudo, as suas formas.

A cidade antiga, expressa pelo urbanismo grego e romano, é repleta de refinamentos, pois os romanos eram um povo eminentemente prático e organizador, que procurava as soluções simples e claras. Procuravam realizar traçados regulares e geométricos e quando isso não era possível, integravam nas cidades conjuntos urbanístico-arquitectónicos de grande grandeza que constituíam em si próprios a parte mais impressionante da cidade.

A cidade islâmica é referência na expansão urbana, pois o urbanismo islâmico envolveu todo o Oriente mediterrânico até à Índia, todo o Norte de África, Sicília e Sardenha e quase toda a península Ibérica, particularmente Portugal. Funcional e simples, a cidade islâmica é marcada pelo casario compacto e pelas ruelas tortuosas, é construída de dentro para fora, chamada de Cidade Privada. Já a cidade medieval foi considerada entidade político-administrativa, pois na época medieval morar nas cidades passou a ser considerado um acto de liberdade, em relação às obrigações rurais para o Senhor feudal. O crescimento das cidades é originado pelo desenvolvimento de grupos específicos, do tipo mercantil e artesão, provenientes do meio rural e atraídos pela cidade, que encontram ali um ofício e uma ocupação, sendo que muitos historiadores consideram, as cidades modernas, uma resultante da evolução das cidades medievais.

No Renascimento (movimento intelectual), destacaram-se obras como a cidade ideal de Vitruvius, com a sua planta de cidade octogonal, rodeada por muralhas. A actividade urbanística desta época consistiu, em grande parte, em alterações no interior das velhas cidades, com a abertura de novas ruas mais largas e a criação de novas praças. Do Barroco, sobressaíram os esquemas, baseados na harmonia geométrica, usando como instrumento a perspectiva, a linha recta, o programa e a uniformidade.

A última modificação que as cidades sofreram nos tempos modernos, foi ocasionada por essa complexa série de acontecimentos, a que se veio a chamar de Revolução Industrial, que foi, no fundo, uma revolução na agricultura, dos meios de transportes e comunicações e que levou à massiva urbanização e à ascensão de novas grandes cidades.

O aumento da população urbana ocorreu, também, num contexto de transição demográfica, com o aumento exponencial da população, ao que se juntou o êxodo rural, um fenómeno irreversível que levou a população urbana a ultrapassar rapidamente a população rural. É nesta altura que se criam novos aglomerados, em épocas de crescimento populacional importante, quando o território se torna escasso para garantir o sustento das cidades já existentes e se procede à colonização de novas terras (Salgueiro, 2005).

É na época industrial que nascem alguns dos planos e diagramas de crescimento das cidades mais utópicos conhecidos até há pouco tempo, como é o caso da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard. O urbanista debruçou-se sobre o exponencial crescimento demográfico e populacional urbano, questionando-se para onde iriam as pessoas, considerando existir três atractivos da população: a cidade dilatada, o campo vazio, e a cidade-campo. O autor apresenta à época, toda uma política para a manutenção do equilíbrio social, ameaçado pelas ignóbeis condições de habitação das camadas populares. Assim, a cidade-Jardim seria construída em 400 hectares, numa área total com 2400 hectares reservada maioritariamente para campos, cortados por seis *bulevares* com 36 metros.

Na cidade-jardim, existiria uma avenida central com 125 metros de largura, formando um parque, no final as casas ficariam dispostas em meia-lua para ampliar a visão dessa avenida-jardim², ao centro ficariam os órgãos públicos e de lazer, o Palácio de Cristal ocuparia uma grande área servindo como mercado e jardim de inverno.

Ebenezer Howard pensara nesta cidade para 30000 pessoas, número máximo a partir do qual as condições da mesma se poderiam degradar. O aumento populacional deveria resolver-se com a criação de outras cidades-jardim, dispostas a uma distância considerável, mas criando redes de cidades.

Este terá sido dos mais arrojados e utópicos planos na história do urbanismo recente, um plano que tenta organizar a cidade, em evidente crescimento, em comparação com as áreas rurais cada vez mais despovoadas (Beevers, 1999).

A actualidade destas propostas é desconcertante, pois os motivos que levaram Ebenezer Howard a pensar na cidade-jardim, subsistem. As cidades actuais sofrem os efeitos de um conjunto de evoluções nos domínios económico, social e ambiental para as quais, simultaneamente têm contribuído em larga escala. Muitos dos problemas associados à expansão da população urbana resultam, essencialmente, do sucesso das cidades com espaço concentrador de indivíduos, que procuram um local para viver e simultaneamente exercer todos os domínios da sua vida social em comunidade. E, embora os padrões de vida das populações sejam condicionados pelo espaço em que habitam e diferentes comunidades tenham diferentes necessidades e aspirações, os grandes objectivos perseguidos são sempre os mesmos, basicamente Qualidade de Vida.

² Extraído e adaptado de <http://www.urbanidades.arq.br>, acedido em 08/02/2011.

Hoje, cerca de metade da população mundial (6,9 biliões de pessoas) vive em cidades, fruto, sobretudo, do enorme crescimento da população urbana que teve lugar nos últimos 50 anos. Estima-se que, em 2030, 60% da população mundial viverá em cidades o que constitui um verdadeiro sintoma do nosso tempo.

Goitia (1996) considera que as cidades actuais crescem por si mesmas e por absorção da população migrante e que por isso como resultado, todas as grandes cidades entraram naquilo a que chamou de *transformação incongruente*. Um crescimento superior à capacidade de provisão das autoridades, de assimilação dos problemas e de obtenção de créditos suficientes para levar a cabo reformas de fundo que criem estruturas eficazes. “A transformação incongruente começa pelo facto de se ir acumulando na cidade uma população composta por imigrantes que se vão distribuindo ao acaso pelas franjas mais miseráveis e abandonadas, invadindo propriedades alheias ou zonas em condições urbanas inadequadas” (Goitia, 1996:171). O aparecimento destas zonas provocaram um desequilíbrio estrutural grave que conduziu ao aceleração de um movimento centrífugo que levou a um aumento descontrolado das periferias.

A expansão urbana da cidade do presente é caracterizada por problemas nos núcleos das cidades, que residem na maioria dos casos no congestionamento que sofrem e de organização nula e acessos inadequados, que conduzem em alguns casos, à extinção ou deterioração da função central.

Com a realização do estudo “*Rede de Transportes na Cidade de Coimbra: Transportes Públicos e Desenvolvimento*”³ foi possível perceber que a cidade moderna se entregou à pressão do automóvel e que muitas vezes foi planeada em função do tráfego automóvel, ao invés de ser pensada para o cidadão urbano. A população que não habita dentro da cidade tem necessidade de se deslocar ao seu centro, levando a o espaço urbano se torne um “*espaço relacional*”. O desenvolvimento dos transportes, contribuiu para a redução dos tempos de viagem e para a redução das distâncias entre lugares, contribuindo para o crescimento das áreas urbanas, permitindo uma maior acessibilidade para aqueles que diariamente deixam os subúrbios para trabalhar na cidade, criando desta forma, dinâmicas únicas, mas contribui também, para o crescimento dos problemas na cidade. Desta forma, planear a cidade, implica sobretudo, conhecer a cidade e os seus fenómenos de transformação.

³ SANTOS, Sara Raquel Dinis (2008). *Rede de Transportes na Cidade de Coimbra. Transportes Públicos e Desenvolvimento*. (seminário de licenciatura em Geografia – Ordenamento do Território e Desenvolvimento). Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

Um dos objectivos desta dissertação é avaliar a Qualidade de Vida Urbana (QVU) em Portugal o que implica conhecer as cidades portuguesas, conhecer a estrutura da urbanização em Portugal, para que se possa conhecer os problemas das nossas cidades. É importante compreender e conhecer todas as dinâmicas urbanas, contextualizando a realidade portuguesa, pois nada é indissociável, nesta era global.

No que diz respeito a Portugal, é necessário reconhecer que o processo de urbanização, foi lento e com atrasos, relativamente ao resto da Europa, mas que desempenhou um papel muito importante na alteração da estrutura do povoamento ao longo do século XX, especialmente nos últimos 30 anos.

Gaspar e Simões (2006) referem que o facto de o processo de urbanização e concentração urbana em Portugal se ter verificado tardiamente, originou uma pressão sobre as cidades e outras aglomerações, provocando a necessidade de expandir perímetros urbanos, originando movimentos de renovação e de reabilitação urbana. Contudo, este processo, não seguiu em muitos casos, o caminho pretendido, conduzindo a muitas disfunções e a alguns desastres urbanos.

Apesar de no ano 2000 a taxa de urbanização em Portugal ter alcançado finalmente valores superiores a 50%⁴, continuamos a ser um, dos países da Europa, com a taxa de urbanização mais baixa (Marques, 2005). A evolução da urbanização em Portugal, que se traduziu pelo incremento de quantitativos populacionais dos centros urbanos que compreendeu dois processos: a multiplicação do número de centros urbanos e a tendência para o aumento da dimensão destes novos núcleos. O processo de urbanização ao longo do século XX passou pela expansão dos aglomerados urbanos já existentes, quer através da criação de novos conjuntos devidamente planeados, quer de loteamentos de génese ilegal, quer mais raramente, pela criação de novas aglomerações (Marques, 2005).

Salgueiro (2005) afirma que o processo de urbanização no nosso país não originou uma metropolização das cidades mas influenciou o aparecimento de pequenos centros urbanos e a evolução de outros para cidades média muito características na nossa organização urbana. No território português as cidades distribuem-se numa mancha litoral quase contínua de Braga a Setúbal e pelo litoral algarvio, com maior concentração nas duas (únicas) metrópoles de Lisboa e Porto, e a existência de algumas constelações urbanas (por exemplo os eixos: Lamego-Vila Real-Chaves e Viseu-Castelo Branco-Covilhã. O restante território, sobretudo o interior, é marcado por

⁴ Extraído e adaptado de <http://www.globalhealthfacts.org>, acedido em 08/02/2011.

uma crescente desertificação que parece agravar-se à medida que os anos e as crises económicas se sucedem, aumentando o êxodo do interior (fig.4).

Em Portugal, a generalidade dos subsistemas urbanos caracterizam-se por serem organizados em torno de um único centro urbano (com capacidade de estruturar áreas de influência para funções muito especializadas), do qual dependem um número significativo de centros urbanos de ordem inferior.

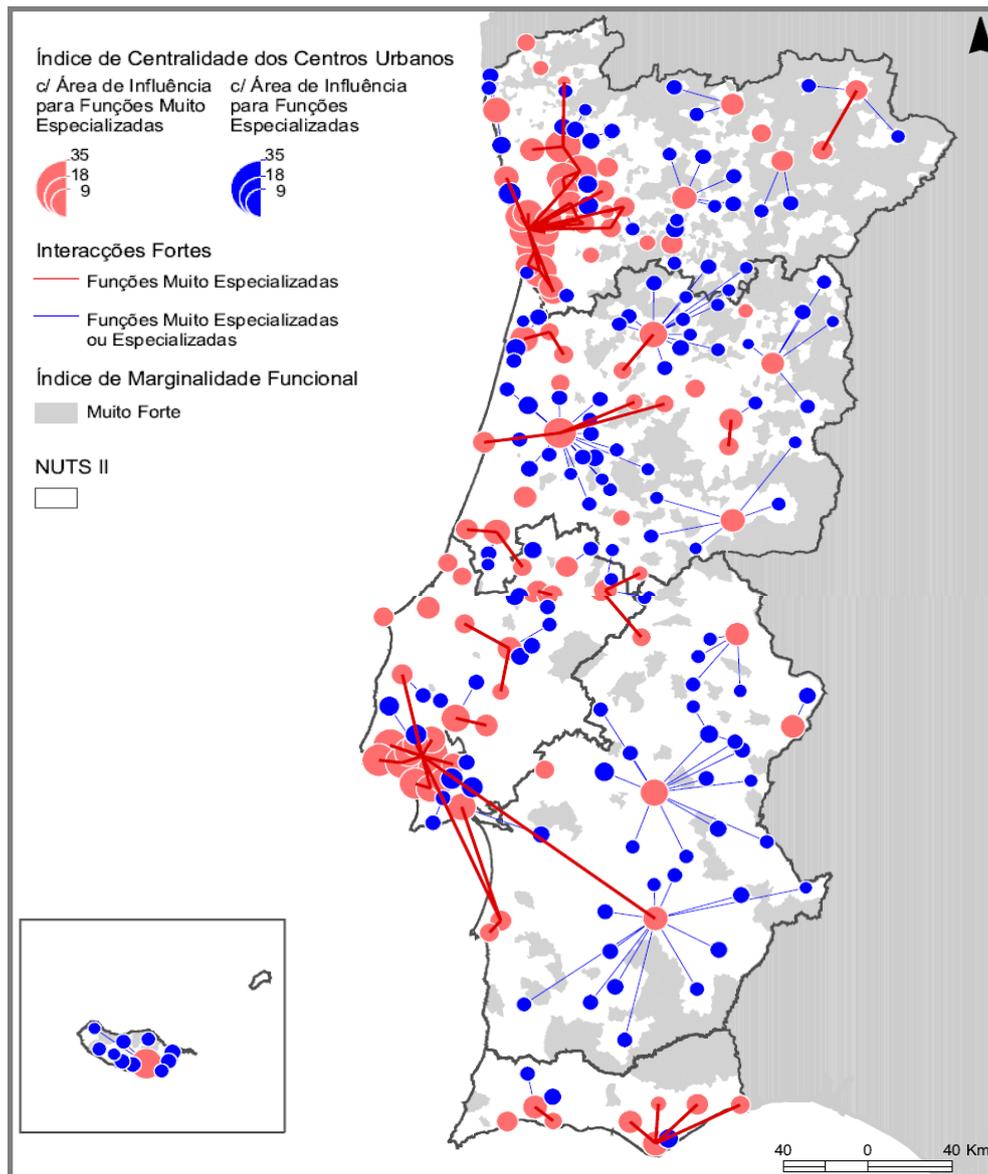


Fig. 4 Sistema Urbano Nacional

[fonte] Sistema urbano: áreas de influência e marginalidade funcional, INE

A geografia dos subsistemas urbanos coloca em evidência a complexidade dos dois sistemas metropolitanos, Lisboa e Porto que assumem, fortes relações de trocas com centros periféricos. Por exemplo, Lisboa evidencia em seu torno uma coroa que reflecte os processos de suburbanização verificados nos últimos 50 anos, que desenham as áreas mais dinâmicas do ponto de vista demográfico do país e que contrasta com um núcleo correspondente à cidade de Lisboa onde são nítidos ritmos demográficos negativos (Marques, 2005).

O fenómeno urbano em Portugal que quadruplicou na segunda metade do século XX, manifestou-se em três etapas: até ao final do século XIX prevalecia uma cidade em que o centro assumia grande importância; entre os anos 20 e 60 do século XX, investem-se nos transportes colectivos que assegurem as deslocações centro-periferia e favorece-se a expansão para as periferias. Nos últimos anos aumenta o fenómeno de periurbanização com um crescimento extensivo marcado pela forte mobilidade individual, com os fluxos que passam a ser em todos os sentidos (Marques, 2005).

No que respeita ao resto do mundo existe com uma “cidade global” que reforçou as tradicionais funções urbanas. Os lugares transformaram-se à medida que o mundo se converteu numa “aldeia-global” e se definiram novas hierarquias de cidades. Se por um lado, existem as chamadas *ciudades globais* como Nova Iorque, Londres, Moscovo ou Tóquio, que detêm um forte poder financeiro e um elevado desenvolvimento do poder político-económico desempenhando a função de nó mundial. Por outro, existem as *metrópoles regionais*, de importância continental, com alguma relevância económica e função de nó de comunicação como por exemplo, Chicago (na América Anglo-saxónica); São Paulo e Buenos Aires (na América Latina); Joanesburgo (em África) e Banguécoque e Singapura (na Ásia). Um terceiro e último nível hierárquico compreende as *capitais nacionais*, onde estão incluídas as duas metrópoles portuguesas, Lisboa e Porto.

As diferenças entre as cidades do mundo são muitas, o que torna difícil qualquer a comparação entre elas. A nível populacional, nenhuma se iguala a Bombaim (na Índia), com uma população estimada de treze milhões de habitantes; Tóquio (no Japão) é de facto, a maior metrópole do mundo, com mais de 31 milhões de habitantes e na China todas as cidades são excessivamente populosas. Contudo, é também nestas grandes cidades que as desigualdades, a pobreza e problemas urbanos, tomam proporções sobre-humanas, pois, apesar da economia mundial ter apresentado taxas anuais de crescimento nas últimas décadas de 3,5% (conforme dados do Fundo Monetário Internacional), as desigualdades aumentaram. Desigualdades que se tornam mais evidentes nas cidades) (Lamas, 2005).

Um dos fenómenos mais relevantes da segunda metade do século XX foi o crescimento explosivo das cidades dos países (ou regiões) em desenvolvimento que, neste momento se encontram a percorrer um caminho já percorrido pelos países (ditos) desenvolvidos. O crescimento dessas “novas cidades” estará a desenrolar-se à semelhança dos países desenvolvidos e provavelmente no futuro, estas, estarão a procurar as mesmas respostas para os problemas urbanos (Amaral, 1988).

As cidades actuais, farão parte de um passado, e a questão prende-se com aquilo que pode ser feito, agora, para moldar esse futuro. No ambiente, segurança, mobilidade, indústrias criativas, cidadania, interculturalidade e arquitectura, nas grandes cidades, é importante pensar sobre o que é que está a ser feito e como pode ser redigida a história do urbanismo.

A conclusão e solução para tantos problemas, é simples, e foi já explorada por inúmeros autores, passando sobretudo pela construção de Cidades Sustentáveis, alicerçadas no respeito pela Qualidade de Vida Urbana.

Após uma abordagem acerca do conceito de Qualidade de Vida e do estudo da evolução e expansão urbana, continua a incerteza do que se deve considerar *Qualidade de Vida Urbana*. Uma tradução literal remete para as condições de vida na cidade ou espaço de vida urbana, tendo inteira consciência de que a população urbana tem vindo a aumentar de forma exponencial, importa pensar na cidade como espaço de vivência com qualidade.

Compreende-se que “a cidade é uma aglomeração de gente, de capital e de outras forças de produção num espaço limitado, mas é também uma forma de povoamento, um lugar na paisagem dotado de características peculiares em termos de forma e da imagem” (Salgueiro *et al* 2005:176). Ela é entidade, individualizada e complexa, de dimensão e densidade relevantes, onde se desenrolam um conjunto de actividades distintas que a caracterizam.

Para muitos autores, durante muito tempo, a cidade foi definida em oposição e comparação com o mundo rural. A cidade sempre foi por excelência, o sítio no qual se concentravam edifícios altos, distinguida pela sua morfologia, pela distribuição dos bairros, organização das ruas, a existência de centros históricos e funcionais com construções monumentais e densidade e verticalidade do povoamento (Baud *et al*, 1999).

Foi possível concluir que a cidade tem vindo a crescer para lá dos seus limites e os prédios altos, as ruas densas, os centros funcionais invadiram os lugares periféricos de pequenas tornando esta distinção menos óbvia e por isso, mais complexa. Assim, será mais correcto falar em espaço urbano ou espaço urbanizado do que em cidade, pois o espaço urbano

engloba todas as formas de ocupação do solo ligadas á cidade ou á sua proximidade, incluindo as zonas periféricas com traços morfológicos do campo, povoadas por urbanos que trabalham e vivem a cidade.

O processo de urbanização acentuou-se gradualmente sobretudo após a Revolução Industrial, sendo que no final dos anos 80 e início dos 90 se tornou uma clarividência, com conseqüências no agravamento da ‘situação social’, como o aumento da criminalidade, exclusão social, pobreza e outros problemas de acesso e degradação do ambiente urbano.

Perante tantas transformações sociais ligados aos fenómenos de urbanização, o termo Qualidade de Vida Urbana (QVU) ganha força, devido às preocupações acentuadas após a II Guerra Mundial, pela necessidade de reconstrução das cidades e pela inquietação de uma perda iminente e gradual da qualidade de vida urbana

Em 1984 na *Beyond Health Care Conference* em Toronto surge pela primeira vez a expressão “*Cidades Saudáveis*”, por impulso da Organização Mundial de Saúde, que em 1986, lança o Movimento das Cidades Saudáveis – a que aderiram já, mais de 1200 cidades e da qual fazem parte 21 cidades portuguesas.⁵

Simões e Gaspar (2007) afirmam que é Leonard Duhl, da Universidade de Berkeley, quem apresenta o conceito e a discussão do tema da Qualidade de Vida Urbana associada á ideia de que a promoção da saúde das populações requereria, á priori, a criação de ambientes residenciais e de trabalho, sadios e prósperos. Leonard Duhl considera que o amadurecimento do conceito de *Cidade Saudável* se deveu à própria evolução da concepção de saúde, que vê o seu enfoque passar do indivíduo para a sociedade, e do reconhecimento da crescente importância da cidade como espaço colectivo, onde múltiplos factores determinantes para a saúde convergem e se inter-relacionam.

A QVU tornou-se um desafio, que resulta em 1993 na realização da Primeira Conferência das “Cidades Saudáveis”, um projecto que converge com o programa “Cidades Sustentáveis” instituído pela Comissão Europeia, procura incorporar, lentamente, questões da qualidade de vida nos seus instrumentos de planeamento.

Iniciativas como estas demonstram que o tema ganhou uma crescente relevância, devido à consciencialização da importância das cidades na organização do espaço associada a

⁵ Em termos estruturais, no que diz respeito à Europa, o Projecto Cidades Saudáveis consubstancia-se na Rede Europeia de Cidades Saudáveis da OMS e na Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis.

A Rede Europeia de Cidades Saudáveis é constituída por cidades de vários países da região europeia, nomeadas após um processo de candidatura que envolve a resposta a um conjunto de critérios de designação e de elegibilidade definidos pela OMS. Extraído e adaptado de <http://www.redecidadessaudaveis.com>, acedido em 10/02/2011.

uma maior exigência por parte dos cidadãos com as suas condições de vida. O que terá contribuído para que os diversos aspectos associados à qualidade de vida, sejam hoje, uma preocupação central das administrações públicas aos diversos níveis. Tornou-se evidente que as cidades podem apresentar-se como habitat natural do homem, e que para tal, tem de fornecer-lhe condições para a satisfação das mais diversas necessidades básicas como: protecção segurança, subsistência, lazer, prazer, identidade e que a sua negação significa a exclusão e o regresso de algumas características selvagens. Existe também, a necessidade, de cuidar da «saúde» da cidade; a saúde e a qualidade de vida dos habitantes só estão asseguradas se a cidade não estiver doente (Santana, 2007).

Assim, não será fácil esclarecer plenamente o conceito de QVU, pois incorrer-se-á sempre numa definição demasiadamente simples. Falar em Qualidade de Vida Urbana significa olhar para as condições de vida, felicidade e satisfação do habitante urbano, cuja qualidade de vida, dependerá também do ambiente urbano oferecido pela cidade e pelo grau de desenvolvimento sustentável da mesma.

2.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AMBIENTE URBANO

Desenvolvimento Sustentável, segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas, será um conjunto de processos e atitudes que atende às necessidades presentes sem colocar em risco a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades.

É com o Relatório de Brundtland, *Our Common Future*, preparado pela CMMAD, em 1987, que é utilizado pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável, afirmando-se que o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de tal forma, que responda equitativamente às necessidades de desenvolvimento económico e ambiental, de todas as gerações. Conceito, que tem sido desde então, reconhecido pelos mais diversos sectores (sociais, agências internacionais, governos e organizações não-governamentais) levando, desde a sua concepção até aos nossos dias, à realização de várias conferências mundiais para traçar o assunto e propor novas políticas de crescimento/desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável tem como premissa a melhoria das condições de vida dos indivíduos preservando, simultaneamente o meio envolvente (a curto, médio e longo prazo),

através de um desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável. Um dos pontos-chave desta estratégia é a integração das questões ambientais na definição e aplicação de outras políticas, induzindo as autoridades públicas a adoptar medidas adequadas, que procurem limitar os efeitos negativos sobre o ambiente, melhorar a gestão dos recursos naturais (sobretudo o consumo) e combater a exclusão social e a pobreza.

Este tipo de desenvolvimento surgiu como forma de batalha contra os processos de tomada de decisão, centrados num paradigma de valorização, conhecido como *utilitarista antropocêntrico*. Crescimento, baseado no princípio da satisfação humana preferencial que subestima o valor dos ecossistemas e o Homem encara todos os recursos como valor adquirido (Pereira *et al*, 2009).

Deste modo, Sustentabilidade é um conceito sistémico, relacionado com a continuidade dos aspectos económicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. A ideia deriva do conceito de *ecodesenvolvimento* proposto por Maurice Strong e Ignacy Sachs, durante a primeira Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (conferência de Estocolmo) realizada em Junho de 1972. Esta foi a primeira atitude mundial para tentar organizar as relações Homem-Meio e onde a sociedade científica detecta pela primeira vez, graves problemas futuros por razão da poluição atmosférica provocada pelas diversas actividades humanas redigindo-se o relatório *Os Limites do Crescimento*. Esta primeira Cimeira da Terra semeou aqueles que viriam a ser os pilares do Desenvolvimento Sustentável, considerado e reconhecido depois em 1987 com o Relatório Brundtland.

O conceito passou (progressivamente) a partir da década de 80, a fazer parte de uma série de iniciativas, que reafirmaram uma visão crítica, do modelo de desenvolvimento adoptado pelos países industrializados (e reproduzido pelas nações em desenvolvimento) e ressalta os riscos do uso excessivo dos recursos naturais, sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas, apontando para a incompatibilidade entre um desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes. Segundo o relatório de Brundtland existiam (já em 1987), uma série de medidas que deveriam ser tomadas por todos os países para promover o desenvolvimento sustentável:

- Limitação do crescimento populacional;
- Garantia de recursos e necessidades básicas (água, alimentos, energia) a longo prazo;

- Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis;
- Controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores.

Passados 20 anos sobre a Conferência de Estocolmo, realiza-se em 1992, no Rio de Janeiro, a *Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento*, (segunda “Cimeira da Terra”) onde foram adoptados, por mais de 178 países das Nações Unidas, os seguintes instrumentos: a Agenda 21⁶, a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas e a Convenção Quadro sobre as Alterações Climáticas.

Esta conferência marca uma grande alteração pensamentos. As preocupações ambientais deixam de se centrar no controlo da poluição e passam a focar-se na sua prevenção e os princípios de acção passam pela precaução ao invés da resolução de problemas. A partir da Segunda Cimeira da Terra, traça-se um caminho baseado no pressuposto de que seria necessário pensar no presente, sem descuidar a qualidade de vida das gerações futuras, incrementando factores de coesão social e equidade, garantindo uma visão integradora do desenvolvimento, com harmonia entre a economia, a sociedade e a natureza, através da solidariedade entre gerações e de co-responsabilização e solidariedade entre países.

Os anos que se seguem passam por grandes alterações evidenciadas e planeadas em diferentes conferências levadas a cabo, nomeadamente, pelos países da União Europeia. Em 1993, por exemplo, acontece o V Programa Acção Ambiente da União Europeia: *Rumo a um desenvolvimento sustentável* onde é apresentada uma nova estratégia em matéria de ambiente para o período 1992-2000, demonstrando que o ambiente passa a ser um importante componente do desenvolvimento, sendo-lhe atribuído um valor intrínseco.

Em 1994, realiza-se a Primeira Conferência sobre Cidades e Vilas Europeias Sustentáveis, onde foi aprovada a *“Carta de Alborg”* que se trata de um compromisso sobre

⁶ A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. Documento que estabeleceu a importância de cada país refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os sectores da sociedade podem cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais. A Agenda 21 constitui-se num poderoso instrumento de reconversão da sociedade industrial rumo a um novo paradigma, que exige a reinterpretação do conceito de progresso, contemplando maior harmonia e equilíbrio holístico entre o todo e as partes, promovendo a qualidade e não apenas a quantidade do crescimento.

desenvolvimento sustentável, assumido por muitas cidades do mundo e que consagra três grandes linhas de acção:

- a primeira, denominada “Declaração Comum: Cidades Europeias para a Sustentabilidade” é um compromisso político para com os objectivos do desenvolvimento sustentável, evidenciando-se a importância da participação da comunidade local, da obtenção de consensos, da economia urbana, a equidade social, o correcto ordenamento do território, a mobilidade urbana, o clima mundial e a conservação da natureza;
- a segunda grande linha de acção, relaciona-se com o compromisso da participação no processo Local da Agenda 21;
- a terceira linha de acção, refere-se à adesão à Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis, procurando incentivar a reflexão sobre a sustentabilidade do ambiente urbano (Torres, 2007).

Em 1995, realiza-se a Cimeira Social de Copenhaga⁷, que marca a integração da vertente social como terceiro pilar do conceito de desenvolvimento sustentável, que passa assim a integrar três dimensões essenciais: o desenvolvimento económico, a coesão social e a protecção do ambiente.

Todavia, a estas três dimensões do Desenvolvimento Sustentável deve acrescentar-se ainda, a *vertente institucional* (fig. 5). Esta vertente, chama a atenção para as questões relativas às formas de governação, das instituições e dos sistemas legislativos (nos seus diversos níveis), para a participação dos grupos de interesse (stakeholders) e da sociedade civil, considerados parceiros essenciais na promoção dos objectivos do desenvolvimento sustentável. As instituições são no fundo, quem concretiza as acções planeadas que visem o desenvolvimento económico, social e a protecção ambiental.

⁷ A Cimeira de Copenhaga ocorreu na cidade de Copenhaga, capital da Dinamarca, em 1995 e tinha como principal objectivo erradicar a pobreza numa escala mundial. Nesta cimeira participaram 185 representantes de governo e 117 chefes de estado e de governo.

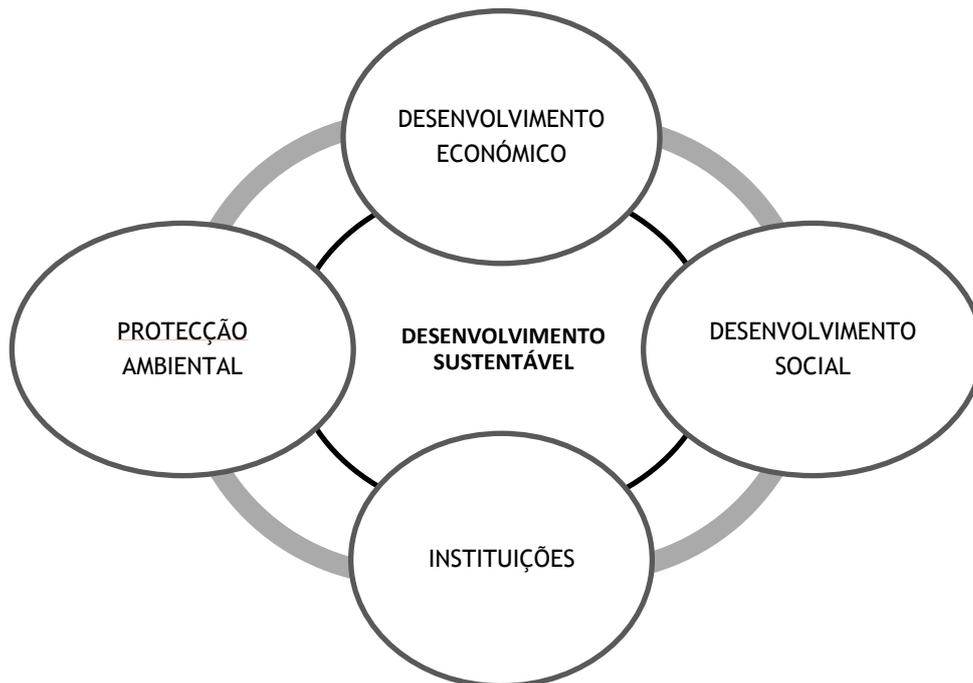


Fig. 5 Perspectiva do conceito de Desenvolvimento Sustentável
[fonte] elaboração própria

Em Outubro de 1996, realizou-se em Lisboa a segunda Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis resultando no *“Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção”* que constitui um guia prático destinado às autoridades locais para apoio na implementação dos compromissos consagrados na Carta de Aalborg.

Em 1997 dá-se mais um importante marco com a realização da 3ª Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, em Quioto, onde se estabelece o Protocolo de Quioto.⁸ O primeiro grande passo global, dado no sentido do desenvolvimento sustentável e protecção do planeta, pois muitas outras iniciativas se sucederam, mas esta terá sido a mais ambiciosa, apesar do seu resultado poder ser discutível.

A fevereiro de 2000, realizou-se em Hannover a terceira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis onde os presidentes municipais de 36 países europeus se reuniram para avaliar os progressos realizados pelas suas cidades, rumo à sustentabilidade. Dois anos depois (2002) realiza-se a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), onde se reafirmou o Desenvolvimento Sustentável como elemento central da agenda internacional. Em

⁸ Discutido e negociado em Quioto (Japão) em 1997, foi ratificado em 1999. Este protocolo foi claramente um compromisso dos países na redução da emissão de gases de efeito de estufa (responsáveis pelas alterações climáticas), redução que deveria envolver várias actividades económicas em todos os países signatários, através de algumas acções básicas como a reforma dos sectores de energia e transportes e a promoção do uso de fontes energéticas renováveis.

2004, a Conferência Aalborg +10, “*Inspiração para o futuro*”, fez um apelo a todos os governos locais e regionais da Europa para participarem na assinatura do compromisso de Aalborg⁹ e fazerem parte da Campanha Europeia das Cidades Sustentáveis.

Com a Carta de Leipzig (2007), os Ministros responsáveis pelo desenvolvimento urbano da UE acordaram um conjunto de linhas orientadoras para o desenvolvimento de políticas integradas, de desenvolvimento urbano, susceptíveis de serem aplicadas não só nas áreas urbanas económica e socialmente deprimidas, como nas cidades consideradas como um todo. Do ponto de vista urbano, este terá sido o último grande marco, rumo à criação de cidades sustentáveis, cidades “verdes”, dada a preocupação crescente com as alterações climáticas e da consciência de que os recursos usados pela cidade, mais do que em qualquer outra parte, são limitados.

A Carta de Leipzig reconhece que as políticas de desenvolvimento urbano exigem estratégias holísticas e actuações coordenadas por parte de todas as pessoas e instituições envolvidas no processo de desenvolvimento urbano (DGOTDU). Reconhece igualmente que todos os âmbitos de governância têm responsabilidade sobre o futuro das cidades, o que torna necessária uma melhor coordenação das políticas sectoriais e o desenvolvimento de um novo sentido de responsabilidade na condução de políticas urbanas integradas, utilizando os instrumentos que são fornecidos pelo desenvolvimento urbano integrado e a governância.

A questão da sustentabilidade torna-se assim, imperiosa, pois num “contexto da globalização” é necessário pressionar a sociedade e decisores políticos por respostas mais rápidas e efectivas, que em última instância têm grande relação com o dia-a-dia da vida urbana.

Com tantos anos de investigação por parte de cientistas, investigadores, amadores e organizações não-governamentais que se têm unido para discutir, levantar soluções e encontrar um ponto de equilíbrio, a conclusão é de que as políticas que visam a conservação do meio ambiente e a sustentabilidade de projectos têm estado presentes nas preocupações dos governantes, desde a escala local.

Do ponto de vista organizacional, a definição de estratégias nacionais e locais de desenvolvimento (e a sua implementação), exigem mecanismos que assegurem a sua profunda integração nas políticas de estratégia sustentável, a nível comunitário, e garantam a coerência entre as diversas políticas, tendo em conta, o seu carácter transversal. A efectividade do processo de planeamento e a construção da sustentabilidade estão directamente relacionados

com o grau de compromisso dos governos, nos diversos âmbitos e planos de lideranças (dos sectores empresariais à sociedade civil). Conclui-se que alcançar um uso sustentável requer instituições, eficientes, que proporcionem os mecanismos pelos quais os conceitos de liberdade, justiça, imparcialidade, capacidades básicas de equidade, governem o acesso ao uso dos serviços dos ecossistemas (Pereira *et al*, 2009)

A sustentabilidade, sobretudo urbana, requer um acordo entre cidadãos e governos em que ambos se comprometam a agir em unidade, requer níveis de organização diversos, sustentados no conhecimento, na partilha, na vontade de encontrar equilíbrios entre os usos e as ofertas dos ecossistemas. Dessa forma, têm sido criadas estratégias e políticas, que mais não são que, a procura de um caminho para a sustentabilidade, porque o bem-estar humano (a qualidade de vida) e o desenvolvimento sustentado dependem de uma melhoria da gestão dos ecossistemas da Terra, baseada em estratégias, planos e políticas de desenvolvimento coerentes e precisos.

A Estratégia de Desenvolvimento Sustentável (EDS) aprovada em 2001 (revista e adoptada em 2006) pela União Europeia, no Conselho Europeu de Gotemburgo, trata-se de uma estratégia centrada nas alterações climáticas, riscos para a saúde pública, recursos naturais e transportes sustentáveis. Esta estratégia foi transposta para o âmbito nacional (por todos os estados-membro) designando-se Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) de onde resultou um Plano de Implementação (PIENDS¹⁰), que consiste num conjunto coordenado de actuações que pretendem, num horizonte de 10 anos (2005-2015) assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, um crescente nível de protecção e valorização do ambiente.

O PIENDS não é um plano fechado, estando aberto necessariamente aos contributos da sociedade civil e às adaptações inevitáveis face ao período de vigência da Estratégia (2015), mas sempre centrado em torno dos seguintes objectivos:

- Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento";
- Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética;
- Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural;
- Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social;
- Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território;
- Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional;

¹⁰ Documento consultado em http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS_2015.pdf, acedido a 15/02/2011.

- Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada.

O PIENDS português atesta uma estratégia de referência, pensada, tendo em conta que só haverá efectivo crescimento e sustentado do país, se Portugal, em convergência com o quadro europeu, adoptar uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Um crescimento centrado em torno dos objectivos traçados representará um desenvolvimento efectivo das condições de vida e da qualidade de vida da população.

De forma sintética, a União Europeia sugere, como estratégia para assegurar a saída da crise e preparar um crescimento sustentável, o apoio em três vectores fundamentais:

- *Crescimento inteligente* (promover o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital);
- *Crescimento sustentável* (tornar a nosso aparelho produtivo mais eficiente em termos de recursos, ao mesmo tempo que se reforça a nossa competitividade);
- *Crescimento inclusivo* (aumento da taxa de participação no mercado de trabalho, aquisição de qualificações e luta contra a pobreza).

Isto significa, que independentemente de todas as outras estratégias referidas, Portugal deve conduzir as suas acções de desenvolvimento tendo em conta o ENDS e o PIENDS e ter presente, que o desenvolvimento sustentável deverá basear-se no crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, permitindo aos seus cidadãos uma vida com mais qualidade.

A Qualidade de Vida da população será alcançada quando se conseguir conjugar um crescimento urbano equilibrado e criar cidades sustentáveis que respondam às exigências do Homem mas que respeitam sobretudo os Ecossistemas. O ambiente urbano será tão mais agradável á vivência humana quanto mais se considerar o desenvolvimento das cidades, de forma sustentável e inteligente, deixando para trás o desenvolvimento urbano baseado no crescimento espacial, no crescimento em altura ou no aumento das acessibilidades.

2.5 SÍNTESE

Com a realização deste segundo capítulo, agora terminado, foi possível fazer uma reflexão e contextualização dos principais temas-chave desta dissertação. Através da análise do conceito de Qualidade de Vida, com a apresentação das diferentes definições apresentadas e a contextualização do seu aparecimento foi possível compreender inteiramente a complexidade do tema e alertar para as dificuldades inerentes ao estudo do mesmo. Estudo que servirá de base conceptual aos restantes capítulos desta dissertação e como alavanca de consciencialização das dificuldades.

Ao analisar o tema das cidades, foi possível demonstrar o que representam do ponto de vista de organização espacial e, ao mesmo tempo, foi ainda possível compreender as diferentes escalas que possuem e os diferentes problemas que podem compreender, que justificam tantas críticas, relativamente à subjectividade do conceito de Qualidade de Vida.

Neste capítulo pôde perceber-se que o conceito de Qualidade de Vida Urbana sobrevém, da adopção de um modo de vida cada vez mais urbano, associado à questão da excessiva “carga urbana” e que, por isso, se tornou um desafio para muitos autores das mais diversas áreas. A cidade tem centralizado um número de problemas que podem alterar as condições de vida dos cidadãos. Por isso, o crescimento das cidades tem sido acompanhado progressivamente pela procura de uma resposta à Qualidade de Vida Urbana e a complexidade da cidade, ou espaço urbano, incorpora-se na complexidade do conceito de Qualidade de Vida Urbana. O crescimento exponencial da população nas cidades levou a que muitos (exemplo Ebenezer Howard), mesmo que inconscientemente, tivessem desde cedo procurado soluções para a cidade e para a melhoria da Qualidade de Vida Urbana.

O Desenvolvimento Sustentável foi analisado numa tentativa de perceber o conceito, as estratégias que têm sido traçadas a nível mundial e nacional, pois a Qualidade de Vida da população depende, em primeira análise, dos instrumentos e políticas traçadas. Só as estratégias de Desenvolvimento Sustentável podem orientar (estrategicamente) as cidades para um crescimento inteligente, sustentado e inclusivo que resultará na Qualidade de Vida do cidadão Urbano.

CAPÍTULO 3 – A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

3.1 INTRODUÇÃO

A participação dos cidadãos pode ser a chave da cidadania e da democracia, elemento essencial para a concertação social e como tal essencial para o aumento da qualidade de vida. O aparecimento e a evolução da Internet têm provocado intensos debates, sobre a sua aplicação em termos da mobilização social, no que diz respeito à sua utilização em processos participativos. A tecnologia digital pode “dar voz aos cidadãos”, permitindo-lhes contribuir de forma positiva e autónoma nos debates públicos e ter um papel mais activo no processo político.

Este terceiro capítulo procura, precisamente, problematizar e esclarecer a importância da percepção, da opinião e participação dos habitantes da cidade, tendo em conta que o cidadão é um ser eminentemente social que percepção segundo os estímulos externos oferecidos pelo meio que habita. São também, apresentadas algumas teorias sobre a selecção de dimensões subjectivas como a percepção e participação na avaliação da qualidade de vida, através da apresentação de alguns trabalhos de pesquisa e aplicação prática que avaliaram a percepção da população.

Os métodos a utilizar para apoiar um exercício de participação pública no âmbito desta tese podem ser distintos. Por isso, neste capítulo, serão analisados os métodos utilizados nos diferentes trabalhos e apresentadas as potencialidades do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, e de reforço da democracia.

Um dos principais objectivos será avaliar as vantagens da utilização do inquérito electrónico (*online*) em substituição a outras metodologias de recolhas de dados. Mais especificamente, pretende demonstrar-se como a ciberdemocracia poderá sobrevir, como nova forma de integrar o cidadão comum, na participação, relativamente aos problemas que lhes dizem respeito. Ou seja, este é o capítulo de apresentação dos fundamentos teóricos que sustentarão a aplicação prática desta dissertação.

3.2 A PERCEPÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA QUALIDADE DE VIDA

Entender a percepção individual do estado da qualidade de vida urbana, significa entender o estado de satisfação (ou não) com a envolvente conhecida e vivida, área urbana de ofertas imensas e materialidades que procura satisfazer as necessidades (designadas básicas), mas que podem envolver e satisfazer o cidadão. Mas essa existência, oferta de materialidades, comum na cidade pode não significar, por si só, a satisfação do cidadão, porque ela dependerá sempre do indivíduo em questão.

A percepção é a função cerebral que atribui significado, a partir de vivências e que consiste na interpretação e organização de informação recebida ou adquirida por vivência ao nível dos cinco sentidos. Neste âmbito do estudo das cidades, conhecer a percepção individual, significa descodificar as mensagens passadas pelos diversos elementos da cidade. Compreender estas dinâmicas, exige encarar a cidade, como instituição, que acolhe no seu seio muitos domínios e que é simultaneamente espaço de vivência para muitos cidadãos, mas também de conflitos, por consequência da aglomeração. Assim, conhecer as opiniões/percepções individuais é essencial, para a instituição cidade que procura melhorar o seu serviço.

Nos últimos anos têm vindo a multiplicar-se os questionários aplicados em cidades, destinados a captar o “sentimento” das pessoas relativamente às diferentes componentes da qualidade de vida, nomeadamente daquelas que estão fortemente ligadas à esfera de actuação das políticas públicas, e, desta forma, recolher um elemento adicional para apoio das decisões quanto a domínios, estratégias e prioridades para a acção pública.

As abordagens subjectivas da qualidade de vida urbana privilegiam um nível de análise individual, só possível com base na realização de entrevistas e de inquéritos através dos quais as opiniões de carácter subjectivo são recolhidas de uma forma directa. As apreciações, opiniões ou percepções, desenvolvem-se com base num exercício cognitivo e mental, em que cada inquirido expressa o seu nível de satisfação (ou insatisfação) assumindo referências, padrões (implícitos ou explícitos) em termos de bem-estar e condições de vida. Mas, é esta subjectividade, que tanta controvérsia cria relativamente ao tema da Qualidade de Vida.

Através do inquérito é possível detectar a percepção dos indivíduos relativamente às diferentes componentes da qualidade de vida, nomeadamente daquelas que estão mais fortemente ligadas à esfera de actuação das políticas públicas e, desta forma, recolher um elemento adicional para apoio das decisões quanto a domínios, estratégias e prioridades para a

acção pública (Santos *et al.*, 2004). É também a partir deste tipo de abordagem, habitualmente designada por subjectiva, que melhor podem ser analisados os sistemas de valores e as preferências dos indivíduos. Contudo, sempre foi assumido uma postura de certa desconfiança relativamente ao uso de medidas subjectivas, difíceis de mensurar e contabilizar.

“A concepção de que existe um mundo objetivo e independente das pessoas que nele vivem e dele falam, pavimentou a via sobre a qual a ciência construiu seus procedimentos práticos e discursivos, afirmando a objetividade, a verificação e a mensuração” (Vaitsman, 1995:1). Foi com Descartes que o projeto científico assumiu que existia uma verdade no mundo da natureza e que essa verdade seria transformada em leis que expressariam as regularidades que regem a natureza.

A razão começa a ser vista como traço distintivo do ser humano, capaz de a apreender, de estruturar num método, capaz de distinguir o falso do verdadeiro, conseguindo com a aplicação do método comprovar pela linguagem matemática, a verdade. Dentro dessa concepção de neutralidade, o cientista apenas descobre algo que existe objectivamente fora dele, ou seja, independente de sua subjectividade (Vaitsman, 1995).

Veenhoven (2002) sistematizou alguns dos principais argumentos invocados para explicar a menor utilização do método e das medidas subjectivas (no passado e ainda actualmente) nomeadamente por se tratarem de:

a) Medidas *instáveis*, pois as percepções dos indivíduos variam com o tempo, variação esta, que está longe de poder ser explicada;

b) Medidas *incomparáveis*. Os critérios, os valores, as experiências de vida, as próprias dimensões mentais são diferentes de pessoa para pessoa, impossibilitando uma comparação das apreciações subjectivas;

c) Medidas *ininteligíveis*. O processo que ocasiona a avaliação que cada indivíduo faz sobre a sua qualidade de vida é muito complexo, envolvendo, (como demonstraram estudos desenvolvidos no âmbito da psicologia), mecanismos de natureza cognitiva/racional mas também afectivos e emotivos, não tornando possível fundamentar essas apreciações.

É no final do século XIX que se começa a questionar a viabilidade de as ciências sociais adoptarem o método e o estatuto das ciências naturais e se começa a valorizar a autonomia, da subjectividade, como eixo de um novo paradigma. Vaitsman (1995) menciona que as ciências sociais, ao valorizarem as experiências particulares de grupos e indivíduos, rejeitam a ideia de totalidade e aceitam a coexistência e a mistura de códigos em diferentes campos, reconhecendo

a heterogeneidade e a pluralidade. A concepção de que os fenómenos naturais ou sociais são complexos, fez emergir as ideias de aleatoriedade e acaso e com isso as noções de subjectividade e singularidade.

Assim, não obstante toda a argumentação contra a utilização do método subjectivo poder permanecer válido, fica comprovada também a pertinência do uso destes métodos, sobretudo numa óptica de combinação das duas abordagens (objectiva e subjectiva) para uma melhor definição do conceito de qualidade de vida. A ideia de que a percepção individual é a condicionante maior na definição da qualidade de vida, é aceite, e a participação dos cidadãos nessa definição passa a ser valorizada. Surgem uma série de trabalhos *multidimensionais* (figura 6) que tentam fazer uma associação dos dois métodos (objectivo e subjectivo) aceitando que a avaliação da qualidade de vida pode ser feita com recurso à participação de indivíduos que serão sempre seres perceptivos e, por isso, diferentes.

Essa aceitação será sempre discutível, existirão sempre falhas, incongruências, quando se tenta incorporar a participação e a percepção nos trabalhos de avaliação da qualidade de vida. Contudo, a (multi)pluralidade de discursos, teorias e métodos científicos só vem corresponder à complexidade da sociedade contemporânea, com sua diversidade social, pois não se acredita mais que exista uma resposta certa para uma mesma pergunta, e hoje podem (e devem) fazer-se diferentes tipos de perguntas (Vaitsman, 1995).

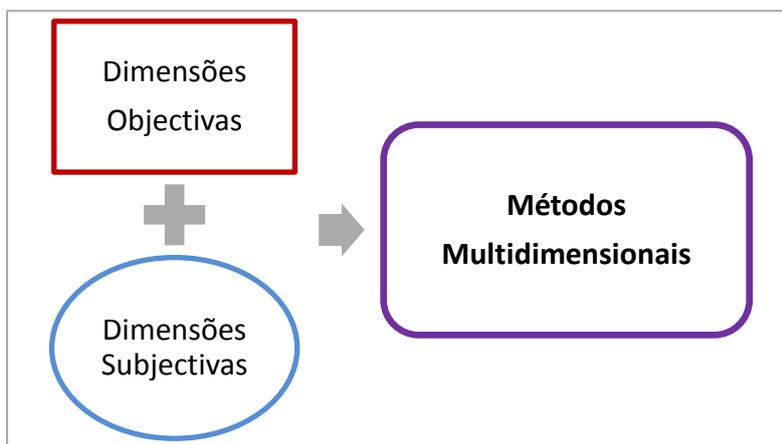


Fig. 6 - Esquema representativo de metodologias multidimensionais

[fonte] elaboração própria

A utilização de métodos multidimensionais possibilita de construir caminhos práticos, teóricos e institucionais que insistam nas diferenças como locus de subjectividade e de

construção de identidades colectivas e individuais, mas que não sirvam de meios de legitimação para a desigualdade social. Significa a aceitação da existência de duas dimensões: *a societal*, que reconhece a existência de categorias sociais que se distinguem como portadoras de uma identidade colectiva própria e *a dimensão individual*, que implica o reconhecimento dos direitos ancorados à identidade individual que produz necessidades específicas que devem ser ouvidas e respeitadas.

Jorge Gaspar (2006) considera que com as modernas acessibilidades e o nível de equipamentos das cidades portuguesas, o acesso à qualidade de vida, depende mais do nível social, económico e cultural de cada indivíduo do que as características de cada cidade e que por isso, mais importante do que opor o Litoral ao Interior, ou hierarquizar as cidades portuguesas, é auscultar os cidadãos.

A participação pública é essencial para a boa governança e pode fortalecer as comunidades locais. De forma concreta, os objectivos da participação pública são especificamente (André P. *et al.*, 2006):

- Convidar o público afectado ou interessado no processo de decisão, de forma a promover a justiça, a equidade e a colaboração;
- Informar e educar as partes interessadas nos processos de decisão política, acerca da intervenção planeada e das suas consequências;
- Reunir informação junto do público sobre o seu ambiente humano (incluindo as dimensões cultural, social, económica e política), biofísico e as relações que têm meio ambiente em geral (incluindo as relacionadas com os conhecimentos tradicionais e locais);
- Colher reações do público sobre a intervenção planeada ou realizada, incluindo a sua escala, calendarização e formas de reduzir os seus impactos negativos, aumentar os resultados positivos ou compensar impactos que não possam ser amenizados;
- Contribuir para melhorar a análise de propostas, levando a um desenvolvimento mais criativo, intervenções mais sustentáveis e, conseqüentemente, maior aceitação dos cidadãos (comparativamente ao que aconteceria noutras circunstâncias);
- Contribuir para a aprendizagem mútua entre as partes interessadas e para a melhoria da prática de participação pública e da avaliação de uma proposta.

Os cidadãos apresentam, muitas vezes, um baixo nível de consciência social e política ou não estão convictos (estão pouco sensibilizados) da importância da sua participação na

mudança de políticas e no efeito que estas terão nas suas vidas. A maioria das vezes as estratégias de desenvolvimento sustentável, não evoluírem para além da consulta aos grupos seleccionados, criando uma imagem de inutilidade. Criada, pela existência de processos interrompidos ou não concluídos, onde depois da participação pública e recolha de dados, é lançado um relatório final com as conclusões do trabalho e propostas para resolução dos problemas mas que parece, não avançar, para além disso.

Desta forma, a participação pública, extremamente importante, para uma melhor prática de intervenção política esta deverá ser (André P. et al., 2006):

- *Adaptada ao contexto* - Compreendendo e respeitando as instituições sociais, os valores e a cultura, os antecedentes históricos, culturais, ambientais, políticos e sociais das comunidades afectadas por uma proposta.
- *Informativa e pró-activa* - Reconhecendo que o público tem o direito a ser informado o mais cedo possível e de forma séria sobre propostas que possam afectar as suas vidas ou meios de subsistência. A difusão de informação simples e compreensível ao público, aumenta o interesse e a motivação para participar.
- *Adaptável e comunicativa* - Reconhecendo que o público é heterogéneo devem ser seguidas as normas da comunicação eficaz entre pessoas, com respeito por todos os indivíduos e partes.
- *Inclusiva e equitativa* - Garantindo que todos os interesses, incluindo dos subrepresentados, são respeitados. A participação ou defesa dos interesses dos grupos menos representados, incluindo os povos indígenas, mulheres, crianças, idosos e pobres deve ser encorajada e a equidade entre as gerações presente e futura deve ser promovida.
- *Educativa* - Contribuindo para o respeito e a compreensão mútuos de todas as partes interessadas, em relação aos seus valores, direitos e deveres.
- *Cooperativa* - Promovendo a cooperação, a convergência e a criação de consenso, em vez da confrontação. Deve procurar-se um compromisso entre perspectivas e valores opostos, no sentido de uma decisão que promova e apoie o desenvolvimento sustentável.
- *Imputável* - Melhorando a proposta em estudo, tendo em conta os resultados do processo de participação pública, incluindo a informação e resposta às partes interessadas sobre os resultados do processo, especialmente sobre o modo como os seus comentários contribuíram para a tomada de decisão.

Para melhorar os resultados da participação pública, todos os actores devem promover o acesso a informação útil e relevante que pois apesar de, muitas vezes disponível, necessita de melhorias, para que se torne acessível aos leigos. Assim, existe uma necessidade de melhorar o acesso à participação pública, melhorando e agilizando estes processos, criando formas criativas de envolver todos os cidadãos.

O inquérito é um dos métodos a utilizar para questionar os cidadãos que farão a sua avaliação das ofertas disponibilizadas pelo concelho que habitam. Através destes inquéritos é possível avaliar a percepção individual relativamente às componentes da qualidade de vida, nomeadamente daquelas que estão fortemente ligadas à esfera de actuação política e dessa forma, recolher um elemento adicional de apoio das decisões quanto a domínios, estratégias e prioridades de acção pública.

No ponto que se segue analisam-se uma variedade de trabalhos, desenvolvidos nos últimos anos, que se preocuparam com esta análise, subjectiva, utilizando o questionário como forma de auscultação da população.

3.3 ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA

Depois de explicada a importância da percepção e da inclusão das dimensões subjectivas na avaliação da qualidade de vida, interessa fazer uma breve revisão dos últimos estudos, realizados em Portugal e no estrangeiro, para que seja possível dessa forma, fazer uma verdadeira contextualização do que têm sido os últimos anos de investigação sobre o tema.

Inicia-se esta breve apresentação, pelos estudos realizados em Portugal. Os estudos a nível nacional são escassos, existindo alguns trabalhos pontuais ao nível do concelho ou distrito, que não permitem fazer comparações nacionais e muito menos compor análises periódicas ou evolutivas.

O trabalho mais interessante e que realiza um trabalho exaustivo que abrange todo o território nacional, pertence ao Professor José Mendes e intitula-se “Onde Viver em Portugal”. Este estudo de 1999 faz uma análise da qualidade de vida nas dezoito capitais de distrito, baseado num conjunto de dimensões de qualidade de vida, descritas por um conjunto de indicadores que combinados através dum modelo de avaliação multicritério dão uma medida de qualidade relativa das cidades, conduzindo assim a um ranking das mesmas. O autor ressalta a

dificuldade de obtenção de informação relevante (desagregada espacialmente e sectorialmente) de forma a construir indicadores sólidos, que descrevam com a máxima fiabilidade as diferentes dimensões da qualidade de vida. E além disso, salienta a dificuldade de encontrar consenso evidente entre as definições de qualidade de vida e a identificação das dimensões e indicadores, extremamente condicionado pela dificuldade de definição dum sistema de pesos representativo (Mendes, 1999).

Como resultado da utilização de uma metodologia baseada em pesos, o autor estabeleceu um ranking das cidades capitais de distrito com um score final, baseado nas seguintes dimensões (escolhidas após inquirição via telefone):

- Poluição;
- Habitação;
- Desemprego;
- Criminalidade;
- Comércio e Serviços;
- Mobilidade;
- Poder de Compra;
- Património;
- Clima.

Neste trabalho, chegou-se à conclusão que, tendo em conta as dimensões supramencionadas, a cidade ideal para se viver em Portugal seria aquela que combinasse o melhor de cada dimensão da qualidade de vida. Essa cidade teria, o ar (puro) da Guarda, o clima de Faro, Lisboa e Setúbal, a habitação (económica) de Bragança, o emprego de Leiria, a segurança de Castelo Branco, o comércio, os serviços, o poder de compra e o património de Lisboa e a mobilidade e centralidade de Coimbra (Mendes, 1999).

Um outro estudo, mais recente, publicado no *site* da DecoProteste, do ano de 2007, realizado a 76 cidades (Portugal, Espanha, Itália e Bélgica) avalia vários indicadores representativos das seguintes dimensões: Habitação, Saúde, Educação, Mobilidade, Paisagem Urbana, Emprego e Mercado de Trabalho, Meio Ambiente, Segurança e Criminalidade, Comércio e Serviços, Cultura, Lazer e Desporto e Planeamento e administração da cidade.

Este estudo realizou uma comparação internacional das cidades portuguesas com cidades espanholas, italianas e belgas, constatando que a melhor posição assumida por uma cidade portuguesa é o 17º lugar, o que num conjunto de 76 cidades não é uma posição de relevo. Nos resultados deste trabalho, destacam-se negativamente Lisboa e Porto no final da

tabela, o que não representa um bom resultado, uma vez que quase metade da população portuguesa (cerca de 45%) vive nestas duas áreas metropolitanas.

Deste trabalho, realizado entre Outubro e Novembro de 2006, foram enviados inquéritos (por correio) a uma amostra da população de cada uma das 18 capitais de distrito de Portugal Continental e que para os vários critérios apresentados, os inquiridos classificaram-nos numa escala de um a dez, o que significa que esta classificação é baseada na opinião individual dos inquiridos. Apesar das poucas informações disponibilizadas pela Deco, após solicitação específica para a realização desta tese, este estudo afigura-se interessante, pois é um dos poucos disponíveis na internet para consulta rápida.

Em 2007, o *Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social da Universidade da Beira Interior*, lançou pela autoria de José R. Pires Manso e Nuno Miguel Simões, o estudo “Os Municípios e a Qualidade De Vida em Portugal: Proposta Metodológica com Vista à Sua Mensuração e Ordenação”. Um trabalho, que propõe um método de avaliação de qualidade de vida, que resulta na criação de um Indicador Concelhio de Qualidade de Vida (ICQV) e que faz uma ordenação dos 278 municípios portugueses, onde Lisboa ocupa o primeiro lugar e o Sabugal o último.

Patrícia Rocha (2011) refere-se ao estudo “Necessidades de Portugal”, realizado em 2008, que pretendeu apontar as necessidades percebidas como não satisfeitas e que prejudicam a optimização das oportunidades da vida individual e colectiva em Portugal Continental. Com resultados de respostas para todo o país, a diferença deste trabalho é a apresentação dos resultados por dimensão considerada, que incluiu: Necessidades físicas e de recursos, Necessidades de Competências e Capacidades, Necessidades Socio-afectivas e Necessidades de desenvolvimento pessoal e de bem-estar.

O trabalho mais recente foi lançado em 2009, elaborado pelo INTEC - Instituto de Tecnologia Comportamental, que se intitula como um instituto de investigação-acção que promove o desenvolvimento e a mudança de atitudes, com vista a um aumento da performance e da qualidade de vida das pessoas, grupos e organizações¹¹. Este Instituto lançou em 2009 um relatório intitulado “*M2V Global Report: A Qualidade de Vida em Portugal*”, elaborado no âmbito da iniciativa *Melhores Municípios para Viver*, que tem por objectivo a construção de um Barómetro de avaliação de Qualidade de Vida em diversos municípios, uma iniciativa do INTEC e do semanário *SOL*. Baseado em indicadores objectivos e subjectivos, contempla 10 dimensões:

¹¹ <http://www.intec.org.pt/>

Ambiente, Urbanismo e Habitação, Acessibilidades e Transportes, Ensino e Formação, Economia e Emprego, Saúde, Identidade, Cultura e Lazer, Felicidade, Diversidade e Tolerância e Turismo. Na edição de 2009 (última conhecida) foram analisados 20 municípios¹² com representação em todo o território nacional, desde o interior ao litoral, de grandes cidades e pequenas cidades, com representação também nas ilhas (INTEC, 2009).

É importante, ainda, conhecer alguns estudos pontuais que fazem análises de concelhos específicos, de nível municipal, ou local. O primeiro, diz respeito ao inquérito sobre qualidade de vida urbano concebido, pela primeira vez em 2003, pelo Gabinete de Estudos e Planeamento da Câmara Municipal do Porto, que integra o projecto municipal “*Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana*” e integrado na participação da cidade do Porto no projecto Urban Audit - Assessing the Quality of Life of Europe’s Cities promovido pela União Europeia em 1998 (Rocha, 2011). Este trabalho levado a cabo em 2003 não tem tido uma periodicidade regular, contudo, foi alvo de revisão em 2011, por Patrícia Rocha¹³, que realizou uma revisão e proposta das metodologias usadas.

Sobre este projecto de Monitorização da Qualidade de Vida realizado pela Câmara Municipal do Porto dispõe-se de mais pormenores. Assim, é possível acrescentar que este trabalho de 2003 foi um trabalho realizado com recurso ao questionário presencial (no local de residência), método que requereu bastantes recursos humanos. Em conversa presencial com o Doutor Luís Delfim Santos, um dos coordenadores deste projecto e professor na Universidade de Economia do Porto, salientou este pormenor (a necessidade de recursos humanos) como um dos grandes entraves à regularidade da monitorização da qualidade de vida urbana, por impor muitos encargos financeiros e de tempo, difíceis de gerir.

Pode acrescentar-se ainda que o universo considerado, foi a população residente (na cidade do Porto) com idade superior a 15 anos e que a amostra, depois de cálculo, (tendo em conta a localização, idade e género) se fixou nos 2400 inquiridos. O inquérito procurou informação objectiva e subjectiva, utilizando para tal questões abertas e fechadas, com uma extensão a rondar as quatro páginas.

O segundo trabalho conhecido, de nível municipal diz respeito a uma inquirição realizada pelo *Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa*, em 2004, dirigido à população da

¹² Vila Real, Bragança, Porto, Santo Tirso, Guarda, Covilhã, São João da Madeira, Figueira da Foz, Leiria, Cartaxo, Odivelas, Lisboa, Portalegre, Estremoz, Grândola, Beja, Portimão, Albufeira, Angra do Heroísmo e Funchal.

¹³ Aluna de Mestrado em Economia e Gestão das Cidades na Faculdade de Economia da Universidade do Porto e que foi orientada por Luís Delfim Santos e Isabel Martins.

Área Metropolitana de Lisboa e cujo tema é a “*Percepção da Qualidade de Vida e Avaliação das Condições de Vida*”. Este estudo, não parece ter tido nenhum tipo de periodicidade, pois não se repetiu nenhum estudo de continuação do mesmo. Também foi realizado um inquérito, presencial (no local de residência ou trabalho), à população com idade superior a 15 anos, com questões abertas e fechadas de conteúdo objectivo e subjectivo, mas consideravelmente mais extenso, com cerca de 51 páginas. Com esta aplicação, chegou-se à conclusão que os habitantes da Área Metropolitana de Lisboa, estão “*Satisfeitos*” com a sua vida em geral, numa escala de Pouco ou Nada satisfeitos, Satisfeito e Muito satisfeito, 69,4% dos inquiridos mostram estar satisfeitos. E as dimensões que mais valorizam, como factores determinantes para a qualidade de vida são: a Saúde (9,65%), a Família (9,15%) e o Meio Ambiente (8,73%).

Mais estudos têm sido realizados sobretudo em algumas universidades do país, pela curiosidade que este tema tem despertado, nomeadamente nas áreas das ciências sociais, economia, engenharia e planeamento, mas, seria impraticável apresentar todos.

Ao nível internacional existem estudos de dois géneros: estudos supranacionais e estudos que sendo internacionais são de nível nacional, ou seja, dizem respeito a um país específico. A nível supranacional existem diversas referências, a dois grandes trabalhos: EUROFOUND e *Urban Audit*. O primeiro, com início em 2003 e com periodicidade quadrienal, tem como principal objectivo explorar as diferentes questões da qualidade de vida, tentando contribuir para a concepção de políticas que procuram melhorar as condições de trabalho e de vida na Europa.

Em 2003, o estudo englobou 28 países europeus (UE-25, Roménia, Bulgária e Turquia) e no ano de 2007 alargou-se a 31 países europeus (EU-27, antiga República Jugoslava da Macedónia, Croácia, Turquia e Noruega), abrangendo o universo de população com mais de 18 anos.

O outro trabalho, levado a cabo pela *Urban Audit* resultou já em dois inquéritos (2004 e 2006), que pretenderam estudar a percepção da qualidade de vida em cidades europeias, primeiro em 2004, 31 cidades (da UE-15) e posteriormente em 2006, 75 cidades europeias (da EU-27, Croácia e Turquia). Os estudos e inquéritos da *Urban Audit* não têm uma periodicidade regular, mas permitem já fazer uma recolha substancial de resultados sobre a qualidade de vida urbana europeia. Os últimos inquéritos realizados, utilizaram o método telefónico, (para

questionar a população residente) e são com questões fechadas com uma escala de medida de 4 níveis.

Os dados recolhidos nestas duas iniciativas de inquirição, permitiram alargar a base de dados, da Urban Audit que conta nesta altura com mais de 250 indicadores de qualidade de vida, ferramenta fundamental, uma vez que a sua principal actividade consiste na prestação de informação e de estatísticas confrontáveis acerca dos diferentes aspectos da qualidade de vida urbana nas cidades europeias (Rocha, 2011).

Lígia Torres (2007) refere alguns trabalhos realizados sob o tema Qualidade de Vida, mas dá ênfase a três trabalhos, que diz reconhecer serem, quer pela sua base conceptual quer pelo seu carácter inovador, de grande impacto e por isso, considerados os precursores de muitos outros trabalhos que entretanto foram surgindo. Um deles, já foi referido e trata-se do estudo “Onde Viver em Portugal” ou outros são: o estudo americano “*Places Rated Almanac*” e o trabalho “*Quality of Life in British Cities*”, como o próprio nome indica realizado no Reino Unido.

A autora (Torres, 2007) considera que *Places Rated Almanac*, é o estudo de maior impacto nos Estados Unidos da América, considerado desde a sua publicação, um *best-seller*, por comparar e ordenar lugares, tentando encontrar os “melhores lugares para se viver” na América do Norte, avaliando áreas metropolitanas standard (SMSA’s)¹⁴.

Quanto a *Quality of Life in British Cities* (Reino Unido), foi desenvolvido por um grupo de investigadores da universidade de Glasgow, a partir da década de 80. Este grupo desenvolveu uma ordenação das maiores cidades britânicas, baseado em cerca de 50 indicadores diferentes, num total de 20 dimensões, desde o ambiente cultural, social e natural até ao bem-estar económico. Neste trabalho, salienta-se o facto de serem atribuídos diferentes graus de importância a cada dimensão da qualidade de vida, através da afectação de pesos calculados a partir da opinião de 1200 entrevistas (Torres, 2007).

Dos estudos realizados no estrangeiro, o Doutor Delfim Santos, salientou (em conversa pessoal) a singularidade dos estudos realizados na Nova Zelândia por se tratar do único país que realiza inquéritos bianualmente à população residente com mais de 15 anos. Nestas avaliações estão abrangidas as 12 maiores cidades do país, numa iniciativa multi-concelhia que surgiu para

¹⁴ SMSA’s é o conceito adaptado pelo U.S. Office of Management and Budget, definido como sendo áreas metropolitanas que apresentam uma das seguintes características: áreas constituídas por uma cidade central ou área urbanizada com pelo menos de 50000 habitantes, ou países com uma população total de pelo menos 100 000 habitantes.

dar resposta à crescente pressão das comunidades urbanas, abordando o impacto da urbanização e os efeitos no bem-estar dos residentes urbanos.

Na Nova Zelândia são conhecidos os resultados dos inquéritos desde 2001 a 2010, destacando-se a utilização do método telefónico, com o objectivo de aferir a percepção de qualidade de vida, que resulta de dois em dois anos num Relatório de Aferição de Qualidade de Vida. Além disso, os resultados deste inquérito são posteriormente cruzados com dados de outras bases, como por exemplo resultados dos censos, realizados de 5 em 5 anos, melhorando assim os resultados dos Relatórios de Qualidade de Vida.

O objectivo deste relatório é providenciar informação que permita contribuir para a percepção das condições sociais, económicas e ambientais, sob as quais podem ser usadas para descrever e quantificar a qualidade de vida daqueles que vivem nas maiores áreas urbanas da Nova Zelândia. O objectivo-chave do projecto é dar informação aos decisores para desenvolverem a qualidade de vida nas (recentes) maiores áreas urbanas do país, em resultado de uma crescente preocupação com os impactos da urbanização sobre o bem-estar dos cidadãos.

Os indicadores e as medidas seleccionadas para a monitorização estão relacionados com os resultados que estão identificados como essenciais para a manutenção e desenvolvimento da qualidade de vida nas cidades, estruturadas ao redor de dimensões como: Pessoas, Competências e Conhecimento, Saúde, Segurança, Habitação, Redes Sociais, Direitos civis e políticos, Nível de Vida, Desenvolvimento Económico, Ambiente Natural e Ambiente Construído.

A Nova Zelândia é também uma referência no que diz respeito à divulgação destes estudos, pois é possível através do site www.bigcities.govt.nz, conhecer e descarregar os relatórios existentes, observar indicadores, cruzar dados e consultar gráficos interactivos. O que torna, este, um dos poucos estudos (de nível nacional), completamente acessível e fácil de conhecer em pormenor, o que não acontece com a maioria dos trabalhos, que não estão devidamente divulgados pelo menos nos meios de informação online.

Patrícia Rocha (2011), refere ainda alguns estudos internacionais, realizados com o objectivo de monitorizar os indicadores de qualidade de vida e de sentimento relativo ao ambiente em torno da área local e da comunidade envolvente. Bristol (Inglaterra) terá realizado a sua primeira iniciativa de inquirição em 2001 (realizado depois com periodicidade anual), com

inquirição por via postal à população residente com mais de 18 anos¹⁵; Dallas (E.U.A) desde 2005 e com periodicidade anual e Liverpool onde a partir de 2006 foram realizados anualmente questionários (por via postal) á população residente, (ROCHA,2011).

Daniel Rodrigues (2007) no seu trabalho “*Sistema de informação para a avaliação e monitorização da qualidade de vida em campi universitários*” acrescenta mais algumas referências como: o *Plano Winnipeg* (Canadá) levado a cabo pelo *International Institute for Sustainable Development* em 1993 (e revisto em 1997); o projecto de *Glendale* (na Califórnia, Estados Unidos), desenvolvido desde 1997, o trabalho da *Audit Commission*¹⁶ e a *Improvement and Development Agency*¹⁷ (Reino Unido) que criaram (em 2003) uma biblioteca (on-line) de indicadores locais de desempenho, que tem por objectivo ajudar as autoridades locais e a monitorizar a qualidade de vida, através de 42 indicadores representativos de quatro domínios: Económico, Ambiental, Social e Envolvimento da comunidade.

Por último, antes de terminar esta listagem seleccionada de trabalhos é importante fazer referência a um projecto levado a cabo no Brasil, denominado *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)*, promovido pelo Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA)¹⁸. Criado em 1964, o IPEA procura cooperar no desenvolvimento nacional, bem como melhorar a imagem das políticas públicas, por meio da execução de pesquisas e da difusão da informação recolhida, fornecendo apoio técnico e institucional ao governo e oferecendo, à sociedade, elementos para a solução dos desafios de superação do subdesenvolvimento. Pela sua importância, passou a ser conhecido, ao longo de sua existência, como a entidade que tem a missão de “pensar o Brasil”. O mais interessante deste projecto é que os dados recolhidos são disponibilizados por meio de inúmeras e regulares publicações (papel e digital), através de seminários e, recentemente também num programa televisivo (semanal) em canal fechado.

No próximo ponto aborda-se a revisão das metodologias utilizadas, pelos trabalhos apresentados.

¹⁵ É possível encontrar alguns dos relatórios, nomeadamente de 2006 e 2008 disponíveis em <http://www.bristol.gov.uk/page/quality-life-bristol>.

¹⁶ <http://www.audit-commission.gov.uk/pages/default.aspx>.

¹⁷ <http://www.idea.gov.uk/idk/core/page.do?pageld=1>.

¹⁸ O IPEA é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cuja actividade passa pela pesquisa e provisão de suporte técnico e institucional às acções governamentais para a formulação ou reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6186&Itemid=33

3.4 MÉTODOS UTILIZADOS

Depois da revisão de vários trabalhos, que procuraram incluir a participação de cidadãos na avaliação da Qualidade de Vida, importa observar atentamente os métodos, por eles utilizados, para que seja possível compreender as opções tomadas e defendidas nesta investigação, no que respeita aos métodos de recolha de dados respeitantes à aplicação de questionários.

Os Questionários são o método de recolha utilizado, nos trabalhos analisados que têm em conta a participação dos cidadãos. De facto, os questionários (muitas vezes denominados inquéritos) têm sido um instrumento de pesquisa largamente utilizado para recolha de dados em diversas áreas, tais como as ciências sociais, economia, educação e administração. É usado em pesquisas nas quais se investiga de modo sistemático a opinião de dada população sobre um assunto específico, auxiliando o pesquisador por exemplo, no acesso a eventos ocorridos no passado, na elaboração de perfis de comportamento e de diagnósticos diversos (Vasconcelos e Guedes, 2007).

Nestes trabalhos foi possível constatar que estes questionários são (no que diz respeito à estrutura e aplicação) muito dissemelhantes, por exemplo, no que respeita à dimensão dos questionários, que é visivelmente muito dispar. Alguns destes trabalhos têm um número elevado de páginas, como é o caso do estudo da Área Metropolitana de Lisboa, com 51 páginas e outros um número muito reduzido (exemplo do Porto, com apenas 4 páginas), parecendo, não existir uma matriz condutora no que respeita à dimensão a adaptar.

Quanto ao universo e amostra, contacta-se que neste tipo de análise, se opta tendencialmente, pela população residente com idade superior a 15 anos, ou (na maioria das vezes) 18 anos, ao que Patrícia Rocha (2011) acrescenta que a localização é o critério mais utilizado na definição e caracterização da amostra, seguindo-se a idade e o género dos inquiridos. Quanto ao tipo de questões e cariz da informação aprendida, a maioria dos estudos, independentemente da sua amplitude territorial, tenta conjugar a recolha de informação objectiva e subjectiva (são trabalhos com métodos multidimensionais), utilizando para tal o recurso a questões do tipo aberto e fechado.

Contudo, interessa conhecer e explorar sobretudo os métodos de distribuição dos questionários, ou recolha dos dados. Neste âmbito, conseguiu concluir-se que os métodos mais utilizados foram: *presencial*, *postal* e *telefónico*, sendo que, dos estudos apresentados, se

verificou que no estrangeiro, o método *postal* é o mais utilizado e que em Portugal é maioritariamente adoptado o método *presencial*.

O questionário experimenta diferentes modalidades de implementação, seja em função da sua natureza, das características dos prestadores de informação, dos recursos disponíveis para a investigação ou de exigências do delineamento da própria pesquisa que se conduz. Para a maioria dos investigadores existem, fundamentalmente, três modalidades usuais de recolha de informação: entrevista pessoal, entrevista por telefone ou questionário auto-preenchido (Vasconcelos e Guedes, 2007). O Quadro 2 apresenta uma comparação entre as formas básicas de aplicação do questionário, com os seus pontos fortes e fracos.

De acordo com Mattar (1996) citado por Vasconcelos e Guedes (2007), a aplicação do questionário (ao invés da entrevista) exerce uma menor pressão para obtenção de respostas, excepto no caso da entrega e recolhimento pessoais (método presencial), permitindo uma maior imparcialidade e sinceridade nas respostas.

A aplicação de inquéritos por telefone foi um dos métodos mais utilizados nos estudos relativos à avaliação de Qualidade de Vida, este método tem como pontos fortes: o baixo custo, a alta garantia de anonimato e alta uniformidade de mensuração; mas apresenta como pontos fracos: a baixa versatilidade, baixo controle amostral e o baixo índice de resposta. É no fundo, um método relativamente eficiente quando se pretende aplicar a grandes amostras de nível nacional ou internacional (daí a prevalência nos estudos observados).

QUADRO 2
Vantagens e desvantagens dos diferentes tipos de questionário

CARACTERÍSTICA	QUESTIONÁRIO PRESENCIAL	QUESTIONÁRIO POR TELEFONE	QUESTIONÁRIO POR CORREIO
Custo	Alto	Médio	Baixo
Tempo para aplicação	Alto	Baixo	Médio
Tamanho da amostra	Pequena	Grande	Grande
Controle amostral	Alto	Médio	Baixo
Quantidade de dados	Alta	Média	Média
Índice de resposta	Alto	Alto	Médio
Garantia de anonimato	Baixa	Baixa	Média
Aptidão exigida para aplicação	Alta	Alta	Baixa
Nível educacional exigido aos inquiridos	Baixo	Baixo	Alto
Possibilidade de verificação da sinceridade das respostas	Alta	Baixa	Baixa

O inquérito enviado por correio (via postal) é talvez o que maior desvantagem traz: o nível de respostas é muito baixa, por implicar que o entrevistado faça o seu retorno por correio, apesar de não ter para o inquirido, quaisquer custos. Para o investigador, este pode ser também um método com custos mais baixos, (sobretudo quando comparado com outros métodos, como o presencial) mas implica, grandes atrasos na análise e tratamento dos dados, como comprovou a pesquisa realizada por Mazzon *et al* (1983) citado por Vasconcelos e Guedes (2007). Os autores concluíram que o método de recolha por correio tem custos relativamente baixos, (em comparação com o presencial) mas que na maioria das vezes os questionários a taxa de retorno é de apenas 15,1% e só aumenta com recurso a incentivos, sobretudo se forem monetários (envio de valor simbólico para retribuir o esforço e boa vontade do respondente).

O método presencial (em casa ou por intercepção de passantes) é o mais utilizado em Portugal (sobretudo nos dois grandes estudos das cidades do Porto e Lisboa) e apresenta duas grandes vantagens: consegue obter maiores taxas de resposta e é útil quando se pretende fazer questionários extensos. Contudo, apresenta desvantagens muito significativas no que diz respeito aos custos. Este método é útil particularmente em contextos de pequenas amostras, ou onde exista necessidade de monitorizar as questões ou observar as características do inquirido.

Conclui-se, assim, que todos os métodos têm vantagens e desvantagens do ponto de vista da aplicação, e que por isso, cada investigador deverá saber optar por aquele que lhe traga mais vantagens, devendo os critérios de decisão depender: do tipo de pesquisa (exploratória ou conclusiva), do tipo de inquirido (nível educacional e social), do assunto da pesquisa, da disponibilidade de meios para administrar a pesquisa (incluindo a qualidade do funcionamento e o acesso ao público pesquisado) e o tipo de análise e interpretação pretendida (Mattar, 1999).

Com esta revisão, que terá ficado bem representado, a forma como têm sido feita a investigação, em matéria de avaliação da qualidade de vida, através das mais variadas ferramentas e métodos de apoio, que desta forma têm procurado funcionar como instrumentos de apoio à decisão e à construção de cidades mais sustentáveis.

3.5 A PARTICIPAÇÃO ATRAVÉS DAS TIC

É num contexto de crise e de crescentes desigualdades sociais, que se tem comprometido o exercício da cidadania e da democracia, nestes últimos anos, caracterizado por uma situação de exclusão social e de afastamento dos cidadãos da esfera política. Algumas pesquisas indicam baixos níveis de participação e de envolvimento político por parte dos cidadãos, associado à decepção com o desempenho socioeconómico dos regimes democráticos.

Partindo do pressuposto de que a confiança nas instituições é fundamental para a construção de uma cidadania plena e de uma cultura política democrática, o exercício de participação de cidadãos será o reflexo claro dessa confiança e certeza. Contudo, diante da expansão da pobreza e das desigualdades sociais, associada a uma crise política vivenciada por muitos países, tem surgido um processo de *desinstitucionalização* dos direitos, impedindo a construção de uma verdadeira cidadania política e social.

Um dos desafios da democracia será a consolidação de um sistema político pautado pela promoção de valores e hábitos democráticos como: a participação, a confiança e a cooperação, contrariando o ceticismo e o afastamento dos cidadãos da esfera política. A participação da população constitui um pressuposto decisivo para a consolidação das instituições políticas e das organizações sociais, uma vez que favorece a competência cívica e a eficácia política, pois participar é uma forma de exercer direitos políticos e sociais. Entenda-se a participação de cidadãos, como um conjunto de ações coletivas ou individuais, de apoio (ou de pressão), que são direcionadas para a selecção de governos ou pretendem influenciar decisões tomadas por eles. A participação pública pode representar uma contribuição activa dos cidadãos nos processos políticos, sociais e comunitários e que têm como objectivo influenciar as decisões que contemplem os seus interesses coletivos (Amorim,2007).

Existem níveis de participação diferentes, que podem variar: desde a participação passiva ou recepção de informação (participação unidirecional), à participação através de consultas (audiências públicas e reuniões abertas), à participação interativa (workshops, negociação, mediação e, mesmo, cogestão).

A ciberdemocracia pode ser considerada uma das formas criativas de envolver os cidadãos e de os levar a participar nos processos de decisão política de forma mais afinçada. A ciberdemocracia ou democracia virtual pode ser vista como o acesso à informação governamental e a interacção entre o Estado e sociedade civil, através de meios electrónicos. Ela

visa, integrar o novo quotidiano tecnológico dos cidadãos com formas mais directas de democracia, permitindo-lhes: *votar* em medidas, directamente, de forma mais eficiente e *discutir* medidas (activamente) através da internet. A ideia é que, tal como se actualizam o “estado” do *Facebook* através, por exemplo do *smartphone*, se possa também participar socialmente em questões que lhes dizem respeito, ou seja, será mais do que o *e-voto* (Lévy,2002).

Esta forma de participação surgiu porque o uso da internet e de outras redes de computador se expandiram nos sectores públicos europeus e americanos, fazendo ascender o debate sobre novas formas de democracia e estudos sobre o uso de tecnologias por governos, também designado *e-government* contribuem para o realce da democracia e aumento da interacção dos governos com cidadãos. A democracia (em sentido lato) tem um fundamento local. Aliás, foi inventada em cidades porque a comunidade de vizinhança é de certo modo, o degrau natural a partir do qual compreendemos que determinados assuntos respeitantes ao conjunto da comunidade devem ser regulados e decididos colectivamente. A ciberdemocracia será apenas um meio de conjecturar, direitos essenciais em qualquer regime político, mas, de forma mais simples (Lévy, 2002).

A forma como cidadãos participam em democracia é altamente condicionada pelos meios que têm ao seu dispor, logo, a questão que se coloca é, a de saber se as novas tecnologias da comunicação e informação poderão estar disponíveis para o aprofundamento da democracia, ou se pelo contrário, podem criar constrangimentos àqueles que consideramos infoexcluídos. A acção política que cada cidadão exerce, pode ser reforçada por via das novas tecnologias de comunicação se esses novos meios de comunicação permitirem o aumento no grau de envolvimento dos cidadãos no processo político e redução dos recursos necessários para suportar essa participação. Independentemente, dos inconvenientes que possam ser apontados, aos meios de ciberdemocracia, o grau de envolvimento político do cidadão é resultante da análise custo/benefício que cada um faz da sua participação, isto é, se dessa acção sobrevém (para si) uma vantagem positiva, e os entraves possíveis à participação desvanecem-se (Santos *et al*, 2006).

A democracia virtual será a resposta a uma nova democracia local que não pretende apenas tornar os municípios transparentes, mas que implica sobretudo a renovação e o enriquecimento da rede de sociabilidade, o dinamismo da vida comunitária, associativa, cultural, pedagógica e económica, ou seja comunidades que progressivamente se tornam transparentes para si mesmas. Territórios Inteligentes e Sustentáveis, onde a participação, é encarada como

uma mais-valia para quem gere os territórios, onde as tecnologias da informação e comunicação são encaradas como ferramenta que permite aumentar as capacidades dos cidadãos para avaliar os resultados das acções desenvolvidas com a intenção de apoiar na identificação de possíveis problemas e ajudar a definir soluções.

José Carlos Serralheiro, em “Oeste online¹⁹”, a respeito da importância da participação cívica, afirma que a internet será cada vez mais um meio privilegiado de divulgação de opiniões, remetendo-nos para a existência dos “*Netizen*” (criado por Derrick de Kerckhove) que se refere a um cidadão que utiliza a internet como uma forma de participação na sociedade política. O exemplo mais revelador do poder das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) expressou-se na revolução egípcia de janeiro de 2011, quando a utilização do *Facebook* permitiu reunir esforços e criar um movimento social que terminou com a saída de Hosni Mubarak do poder egípcio. Estas ferramentas serviram para espalhar a mensagem e começar a revolução, mas também serviram para fazer chegar ao exterior as informações do desenrolar da revolução. Os detentores do poder no Médio Oriente subestimaram o poder das novas redes sociais na internet, que permitiram a milhares de cidadãos mobilizarem-se em protestos e expressar a sua insatisfação com os regimes.

As tecnologias da informação e comunicação estão a converter-se num instrumento essencial, não só no aumento da qualidade de vida dos cidadãos, mas também no fortalecimento da democracia. As directrizes para uma democracia electrónica vão muito além da votação e disponibilização de informações *online*: trata-se de uma nova forma de fazer com que o cidadão comum participe em discussões e interaja com os poderes políticos, fazendo chegar a sua voz a propósito dos problemas da sua vida diária e se possível tornar mais íntimas as esferas privadas.

No contexto anglo-saxónico, pesquisas associadas à internet e jovens revelaram que indivíduos entre 18 e 34 anos são aqueles que apresentam menos interesse no exercício cívico do voto, mas, também são os que fazem maior utilização da internet. A presença da internet nas questões cívicas pode ser o caminho para despertar os interesses dos jovens que utilizam estas ferramentas, estando este já habituados ao meio e à sua utilização noutros campos. A motivação pelos interesses em questões cívicas irá depender do grau de socialização, interesse e experiência cultural dos jovens, por isso é válido dizer que a internet não pode configurar enquanto solução para resolver os problemas da participação cívica dos jovens, mas servirá

¹⁹ <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=11335>.

igualmente de atractivo para estas questões podendo resultar em mudanças significativas na vida e identidade juvenil.

A governação electrónica, do Reino Unido é uma das mais eficazes do mundo e tem o mérito de ser bastante simples, através da aplicação aos serviços públicos dos métodos do e-business²⁰, que já demonstraram ser muito eficazes. No Reino Unido, estes processos foram reorganizados em função das estruturas políticas e criou-se também um *information age government champion*²¹ encarregado de impulsionar a execução de uma política voluntarista de passagem para a governação electrónica (Lévy, 2002).

Nesta democracia electrónica (inglesa) defende-se que da mesma forma que os negócios devem ser centrados no cliente, também a governação deverá ser com o cidadão, aos quais têm, cada vez mais que prestar contas. Trata-se efectivamente de um progresso na democracia, pois a ciberdemocracia ou governação electrónica contribui para a diminuição da arbitrariedade do Estado, apresentando-se como uma máquina útil e não como uma autoridade transcendente. Este modelo inglês define os quatro princípios fundamentais para a *ciberdemocracia*:

- Construir os serviços à volta das escolhas dos cidadãos;
- Tornar o Estado e os seus serviços mais acessíveis;
- Incluir as populações desfavorecidas (infoexcluídos) pelas formas tradicionais;
- Melhor utilizar a informação.

Luísa Schmidt em “País (In)Sustentável” afirma que a participação pública não é nenhum bicho-de-sete-cabeças e que vários países já aplicam e concretizam as ideias da participação pública, como apoio à tomada de decisões (desde a escala local) que afectam directamente a vida quotidiana, como seja o destino de um espaço devoluto, a passagem ou a construção de uma estrada. A autora, de forma crítica, como é de todo o seu género de escrita, fala em “Rouquidão Cívica” e relembra que Portugal é membro (desde 1998) da Convenção de Aarhus²² que se trata de um compromisso assinado por todos os membros da UE, onde se comprometeram garantir os direitos dos cidadãos, no que respeita ao acesso à informação, à participação do público e ao acesso à justiça.

²⁰ E-business significa negócios feitos em rede.

²¹ Este termo significa “representante governamental da era da informação”.

²² <http://www.apambiente.pt/Instrumentos/ConvencoesAcordosMultilaterais/ConvencaoAarhus/Paginas/default.aspx>.

Alexandre Sá (2003) considera a possibilidade de encontrar nos novos *media*, o instrumento privilegiado para a instauração de uma cidadania caracterizada pela comunicação global, pela transparência das instituições políticas e pelo estabelecimento de um fórum de discussão a uma escala planetária. A ideia geral será aproveitar todos os potenciais das redes de comunicação informáticas, como a interatividade, os baixos custos de utilização, a rapidez destes meios de comunicação, a não limitação geográfica e a capacidade parcial de poder manter o anonimato, para convencer os que se negam a participar civicamente e alegam inconvenientes à participação tradicional, a tornarem-se activamente participativos, pois a informação é a chave da democracia e a internet pode promover a disseminação da informação, ao mesmo tempo que aumenta a participação do cidadão.

As NTIC permitirão aumentar as capacidades dos cidadãos para avaliar e comparar as diferentes alternativas disponíveis para a resolução de um problema específico da sua comunidade, permite-lhe interagir com os representantes do governo em processos de tomada de decisão. Assim, existirá um aumento da participação dos cidadãos em debates sobre assuntos de interesse público, cabendo ao Estado o papel de disponibilizar o acesso a essas novas TIC. As características das políticas públicas na área das novas TIC influenciam a capacidade das mesmas para aproximar os cidadãos da vida política (Santos *et al*, 2006).

A primeira política pública que estabelece acções a desenvolver no âmbito da aplicação das novas TIC em Portugal, data do ano de 1996, e trata-se da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/96 de 21/03/96, que cria a Missão para a Sociedade da Informação (MSI) e designa que esta desenvolva o debate nacional sobre o tema da Sociedade da Informação, tendo em vista a elaboração do *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal* (LVSIP) que compreenda propostas para integrar o país e o Estado nas novas tecnologias. O LVSIP é um guia que deve conduzir a elaboração de todas as políticas públicas nesta área. Na introdução do documento é manifesto a preocupação com o alheamento dos cidadãos à importância da sua participação, nos processos de decisão, salientando-se ser indispensável incentivar a participação na vida da comunidade e oferecer um Estado mais aberto e dialogante na identificação dos problemas e das soluções de interesse público.

O documento contém um capítulo intitulado o *Estado Aberto*, que apresenta como objectivo destas políticas, a promoção da eficiência na prestação dos serviços públicos. À relevância da participação política é dedicado um parágrafo, onde se reconhece que o desenvolvimento acelerado da sociedade da informação tem seguramente implicações sobre a

forma como os cidadãos exercerão no futuro os seus direitos políticos. O problema de desigualdade de acesso existe, mas é preciso iniciar uma profunda reflexão para que, se retirem benefícios da utilização pelos cidadãos das tecnologias da informação no exercício dos seus direitos políticos e as instituições democráticas deverão desenvolver formas de utilização da *Internet* para a consulta dos cidadãos.

Por conseguinte, o LVSIP apresenta seis medidas que visam a promoção da equidade de acesso entre cidadãos, o que revela uma preocupação do Estado em promover a criação de um acesso dos cidadãos portugueses à sociedade da informação. Assim, propõe:

- apetrechar os estabelecimentos Escolares para a Sociedade da Informação;
- equipar as Bibliotecas e Arquivos Públicos com computadores multimédia;
- promover Programas de Informação ao Cidadão;
- apoiar as Associações Culturais, Centros de Juventude e Colectividades de Cultura e Recreio;
- fomentar iniciativas de autarquias locais para a democratização do acesso à Sociedade da Informação;
- dar prioridade a Programas de Integração na Sociedade da Informação dos Cidadãos com Deficiência.

Medidas, que entretanto, foram traduzidas em programas como o Plano Tecnológico da Educação, que depois se traduziu inclusivamente no programa *E.escolas, E.escolinhas e E.professor* ou o Programa *Ligar Portugal*²³.

Assim, estão traçadas as bases para a aplicação da Ciberdemocracia em Portugal, pois como refere o *Relatório da Sociedade da Infomação em Portugal 2010*: 45% dos agregados familiares possuem computadores portáteis, uma percentagem 3,6 vezes a de 2005 (era 12%) e mais do dobro da de 2007 (era 20%), 50% dos agregados familiares dispõem de ligações em banda larga à Internet mais do dobro de 2005 (era 20%) e 96%, 92% e 34% das pessoas (de 16 a 74 anos) com, respectivamente, habilitação superior, secundária, e de 9º ano ou inferior, utilizam Internet. Portugal ocupa nestes indicadores, respectivamente o 6º, 4º e 22º lugar na UE27.

Por outro lado, todos os Organismos da Administração Pública Regional dispõem de ligação à Internet, todas as Câmaras Municipais dispõem de ligação à Internet, nas Câmaras Municipais, a Internet é fundamentalmente utilizada na procura e recolha de

²³ Para mais informações sobre a Sociedade da Informação em Portugal consultar <http://www.umic.pt>.

informação/documentação (97%), correio electrónico (97%), troca electrónica de ficheiros (94%), divulgação de produtos e serviços da Câmara Municipal (89%), consulta de catálogos de aprovisionamento (84%), comunicação externa com outros municípios, juntas de freguesia e organismos da Administração Pública Central (84%), acesso a bases de dados (84%), interface com o cidadão (78%). Assim sendo, falta questionar de que forma podem os processos de participação ser agilizados, tendo em conta que a consciência da sua importância já existe e que as ferramentas também. Questiona-se o que pode ser feito para melhorar eficazmente as formas de auscultação da participação de cidadãos.

Ouvir e informar, significa dar a conhecer a cidade, significa que a cidade está aberta á mudança e esse pode ser uma boa forma de atrair o cidadão. Se o individuo sentir que a sua opinião conta, que a cidade também tem uma contribuição sua, alterará os níveis de confiança no poder político e por consequência a sua percepção de satisfação com a sua vida em geral.

A cidade (enquanto instituição) é também global (independentemente da sua dimensão) e deve ser gerida com ferramentas de gestão e marketing. Esta noção, de que um lugar precisa ser promovido profissionalmente, não é um fenómeno recente, tendo sido estudada por Kotler, Rein e Haider, já na década de 90. Segundo Azevedo (2011) a reputação e imagem de um lugar é o activo mais valioso e uma futura fonte de riqueza para os residentes, aumenta a auto-estima dos moradores, mobiliza o orgulho cívico, torna as pessoas conscientes e orgulhosas das conquistas da sua terra.

Quanto maiores forem os níveis de auto-estima e sentido de pertença, maiores serão a qualidade de vida percebida e o orgulho da cidade e na sua marca, o compromisso de cidadania. A cidade deve ser gerida tendo em conta que o Cidadão é: Accionista da Cidade (investe na cidade), Cliente da Cidade (pelo que espera da cidade), é Produtor (trabalhador) e Promotor (pelo que contribui participando) e que por isso, permitir a participação de cidadãos, significa abrir a cidade e criar uma imagem mais positiva da mesma.

A utilização das NTIC será apenas um dos possíveis caminhos para alcançar e aumentar os níveis de participação desejáveis. O inquérito *online* apresenta-se como uma das ferramentas aplicáveis, neste contexto de maior auscultação dos que habitam a cidade, uma ferramenta bastante simples de aplicar.

3.6 INQUÉRITO ONLINE COMO FERRAMENTA DE PARTICIPAÇÃO

Os trabalhos de investigação analisados, permitiram perceber que o questionário é a ferramenta mais utilizada para aferir a dimensão subjectiva da percepção e opinião de cidadãos que é tão importante para o fortalecimento da democracia. É então evidente que muitos trabalhos sobre avaliação da Qualidade de Vida, quer a nível nacional quer a nível internacional, e que têm procurado incorporar nas suas análises, a participação dos cidadãos.

Contudo, dada a importância dessa participação, as novas Tecnologias da Informação e Comunicação podem tornar-se num auxiliar imprescindível à mesma. Com os esforços que têm sido realizados para dotar as nossas instituições de recursos electrónicos, bem como a massificação do uso da internet, só faz sentido que nos novos trabalhos de avaliação de Qualidade de Vida Urbana se opte por utilizar a internet como ferramenta primária, pois a Internet, como um meio de comunicação em expansão, pode oferecer diversas oportunidades para a realização de pesquisas.

Para Castells (2004) a comunicação é a base da atividade humana, e a Internet está a mudar o modo como comunicamos, dado que ela é o primeiro meio que permite a comunicação de muitos para muitos a uma escala global e no tempo escolhido pelas pessoas. Assim, diante do cenário de novas expressões da participação política dos jovens no espaço online é pertinente buscar em, termos metodológicos, recursos teórico-práticos que se adaptem às configurações provenientes de novas utilizações adequadas às tecnologias de comunicação e informação. Efectivamente as novas formas de sociabilidade humana sugerem novas configurações nos procedimentos metodológicos a fim de apreender fenómenos recentes.

Deste modo e após análise dos métodos que os trabalhos de avaliação da percepção de qualidade de vida utilizam, percebeu-se que o *inquérito online* ou questionário electrónico, não tem estado presente nessas investigações. O questionário electrónico é aquele que utiliza um meio electrónico para sua aplicação, neste caso através da Internet e que pode ser implementada de duas formas:

- *Envio do questionário por e-mail:* o questionário é enviado directamente para o participante da pesquisa. O questionário/inquérito pode ser enviado como um arquivo em anexo ou no próprio corpo da mensagem;
- *Disponibilização do questionário numa página da Internet:* o inquirido é informado sobre o endereço da página do questionário na Internet, através de um correio electrónico, carta

ou anúncio na Internet. Para responder deve aceder a *homepage* do questionário, responder e finalizar, clicando numa opção que envia as informações para o responsável pela pesquisa.

Esta recolha de dados, utilizando o e-mail ou disponibilização de inquérito online em *homepage*, pode proporcionar algumas vantagens como:

- Agilidade na aplicação, no controle e follow-up das respostas, além disso os questionários podem ser enviados quantas vezes forem necessárias com maior velocidade;
- Maior velocidade também na recepção e tratamento das respostas;
- Facilidade de utilizar maiores amostras;
- Baixo custo de implementação;
- Flexibilidade e diversidade na elaboração das questões;
- Para os inquiridos, os questionários podem ser respondidos de acordo com a sua disponibilidade de tempo;
- Para o investigador, representa que os inquéritos terão respostas completas.

Para Vasconcelos e Guedes (2007) as vantagens para o inquirido dizem respeito, em geral, à rapidez do preenchimento, facilidade de leitura; atractividade proporcionada pela interactividade e “limpeza” do questionário, mas acima de tudo, pelo anonimato, permitindo desta forma uma participação mais livre, sem constrangimentos. Para o investigador, destaca-se o controle sobre o preenchimento incorreto do questionário, impedindo, por exemplo, que o inquirido avance para um item seguinte, se a questão presente não estiver respondida de modo correcto. Esse recurso pode ser vantajoso na aplicação de questionários compostos por itens que exigem diferentes comportamentos do inquirido, como a selecção de uma única alternativa, a obrigatoriedade de preenchimento de espaços em branco ou a ordenação de um conjunto de alternativas mediante atribuição de um ranking.

O inquérito *online* permite, ainda, ao investigador, o aumento na credibilidade e na velocidade de apuração dos dados recolhidos, pois pode ser programado de modo que a tabulação seja automática, uma vez que as respostas são postadas directamente no servidor da entidade pesquisadora. Essa característica torna também inteiramente confiável a tabulação, reduzindo a zero a possibilidade de erro estatístico.

Uma das grandes desvantagens deste inquérito, realçada pelo Doutor Luís Delfim Santos²⁴, pelo Doutor José Pires Manso²⁵ e pelo Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos²⁶, quando

²⁴ Professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

inquiridos, sobre as vantagens desta metodologia, tem a ver com a percentagem de infoexcluídos existentes ainda no nosso país.

Numa sociedade da informação é suposto que todas as pessoas estivessem inseridas nela, contudo o acesso às tecnologias de informação e comunicação continua a ser desigual por motivos variadíssimos como a falta de instrução e conhecimento, a pobreza, ou a existência de deficiências físicas. Nada disto pode ser desmentido sendo que muitas destas pessoas não poderiam participar num projecto de monitorização da qualidade de vida, no entanto, observa-se também, que têm sido criados variadíssimos projectos que visam diminuir o número de infoexcluídos no país.

A solução passa por encontrar soluções simples para que todos possam participar activamente e possam exercer o seu direito à cidadania, conjugando métodos, práticos e flexíveis, para que participação cívica se torne uma realidade.

²⁵ Professor Catedrático do Departamento de Gestão e Economia da Universidade da Beira Interior e Responsável pelo Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social.

²⁶ Professor da Universidade de Coimbra.

3.7 SÍNTESE

A participação dos cidadãos envolvidos em processos de avaliação de qualidade de vida demonstra a importância de uma população participativa que contribui dessa forma para a melhoria da sua própria qualidade de vida através das suas opiniões ou percepções na avaliação da qualidade de vida.

De um modo geral, ficou esclarecida a pertinência do uso de dados subjectivos, de teor qualitativo, tendo sido apresentados vários trabalhos que a partir da utilização de questionários integraram já esse tipo de análises. Estas reflectem a procura de respostas para a resolução dos problemas de qualidade de vida com apoio na percepção da população. Contudo, foi possível constatar que estes trabalhos, recorreram à aplicação de questionários de tipo presencial, telefónico ou postal, todos eles com grandes desvantagens, as quais foram também evidenciadas.

Nesse sentido foi necessário demonstrar como as novas Tecnologias da Informação e Comunicação podem estar presentes em processos de participação dos cidadãos e explorar os conceitos de Ciberdemocracia e de participação através das TIC, para contextualizar devidamente a aplicabilidade do inquérito online, para o qual foram apresentadas as vantagens.

Depois de demonstrar que os trabalhos existentes não recorrem às novas tecnologias, recorrendo apenas a métodos tradicionais e tendencialmente dispendiosos, a demonstração da importância das TIC afirmou-se fundamental. O inquérito *online* é mais uma ferramenta que as novas TIC disponibilizam e por isso deve, ou pode, ser integrado em processos de participação dos cidadãos que visem a melhoria da qualidade de vida (nomeadamente urbana) e a criação de cidades sustentáveis.

A aplicação prática que se segue no próximo capítulo é a concretização das teorias expostas, porque depois destas considerações apresenta-se o resultado da aplicação de um inquérito *online*.

CAPÍTULO 4 – APLICAÇÃO PRÁTICA

4.1 INTRODUÇÃO

A aplicação prática patente neste capítulo representa a concretização de conceitos e metodologias introduzidas na parte teórica e discutidas e exploradas no terceiro capítulo. A parte prática serve para dar resposta a uma série de questões que serviram de base de partida para a escolha deste tema e para que se possa observar a aplicabilidade do mesmo.

Um trabalho de investigação deste género não faz sentido sem a presença de uma parte prática, útil e sobretudo pertinente. Uma reflexão teórica sobre o tema Qualidade de Vida, decorrente de um trabalho alicerçado numa base teórica de revisão bibliográfica, não acrescentaria ao tema, nem permitiria um pequeno avanço do mesmo.

Assim, este capítulo divide-se em duas partes distintas, primeiro faz-se uma apresentação de proposta de um processo de participação de cidadãos em contexto de avaliação e tomadas de decisão relativas à Qualidade de Vida Urbana. São apresentadas algumas soluções e propostas de metodologia a aplicar no desenvolvimento de estratégias sustentáveis para as cidades portuguesas, encontradas em discussão com outros autores, com outras formações que também pensam a cidade.

No fundo, esta parte prática desenrola-se em duas vertentes, por um lado a proposta de uma estrutura da aplicação de avaliação e monitorização da qualidade de vida urbana, que se encontra esquematizada, e por outro lado, a apresentação do resultado da concretização de parte desse processo, a realização do questionário electrónico, realizado para avaliar a sua aplicabilidade e facilidade de tratamento.

Contudo e porque este questionário se concretizou, é feita uma apresentação e análise dos resultados obtidos, também como forma de avaliar a percepção global da qualidade de vida urbana em Portugal. Os dados recolhidos com a aplicação do inquérito são, desta forma, devidamente explorados.

4.2 INTEGRAÇÃO DO INQUÉRITO ONLINE NUM PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Nesta dissertação já foi demonstrada a importância das cidades, como se deu a sua expansão, foi possível dar a conhecer a importância da Avaliação de Qualidade de Vida Urbana, a importância da percepção e da participação dos cidadãos, mas falta ainda concretizar de que forma podem este tipo de estudos ser valorizados em contexto de Planeamento Urbano Sustentável e Participativo com recurso às vantagens das TIC.

Em cidades, que se pretendem, Sustentáveis, é possível assinalar o interesse de chamar os “utentes” da cidade a participar na definição e avaliação da sua própria qualidade de vida. Foram analisados uma série de trabalhos que também tiveram estes objectivos. Contudo, nessa análise foi possível verificar que todos eles parecem ter ficado, esquecidos, no meio de tantas competências que cabem aos organismos públicos, não tendo havido continuidade ou materialização prática conhecida.

É evidente que a organização e articulação destes projectos, é bastante complexa, pelas partes que envolve, como decisores políticos, técnicos, grupos de cidadãos, empreendedores e público em geral. Por isso, é muito importante organizar e sintetizar de forma simples a metodologia a utilizar para que se possa agilizar este processo, que procura trazer Qualidade de Vida às Cidades.

Assim e depois da discussão com outros autores, nomeadamente o Doutor Norberto Pinto dos Santos, acerca da metodologia a aplicar e optimizações possíveis, chegou-se à conclusão de que se deve criar um *Sistema de Apoio à Decisão*, para processar dados e avaliações, de forma a assistir o gestor ou decisor na sua tomada de decisão. Pretende-se que este processo seja simples, fácil de controlar, adaptável, completo em questões importantes, de fácil interacção e explicitação dos resultados, podendo desenvolver-se segundo a sequência apresentada na figura 7.

Este processo de avaliação, proposto, é uma forma de simplificar e organizar a Avaliação e Monitorização da Percepção de Qualidade de Vida Urbana.

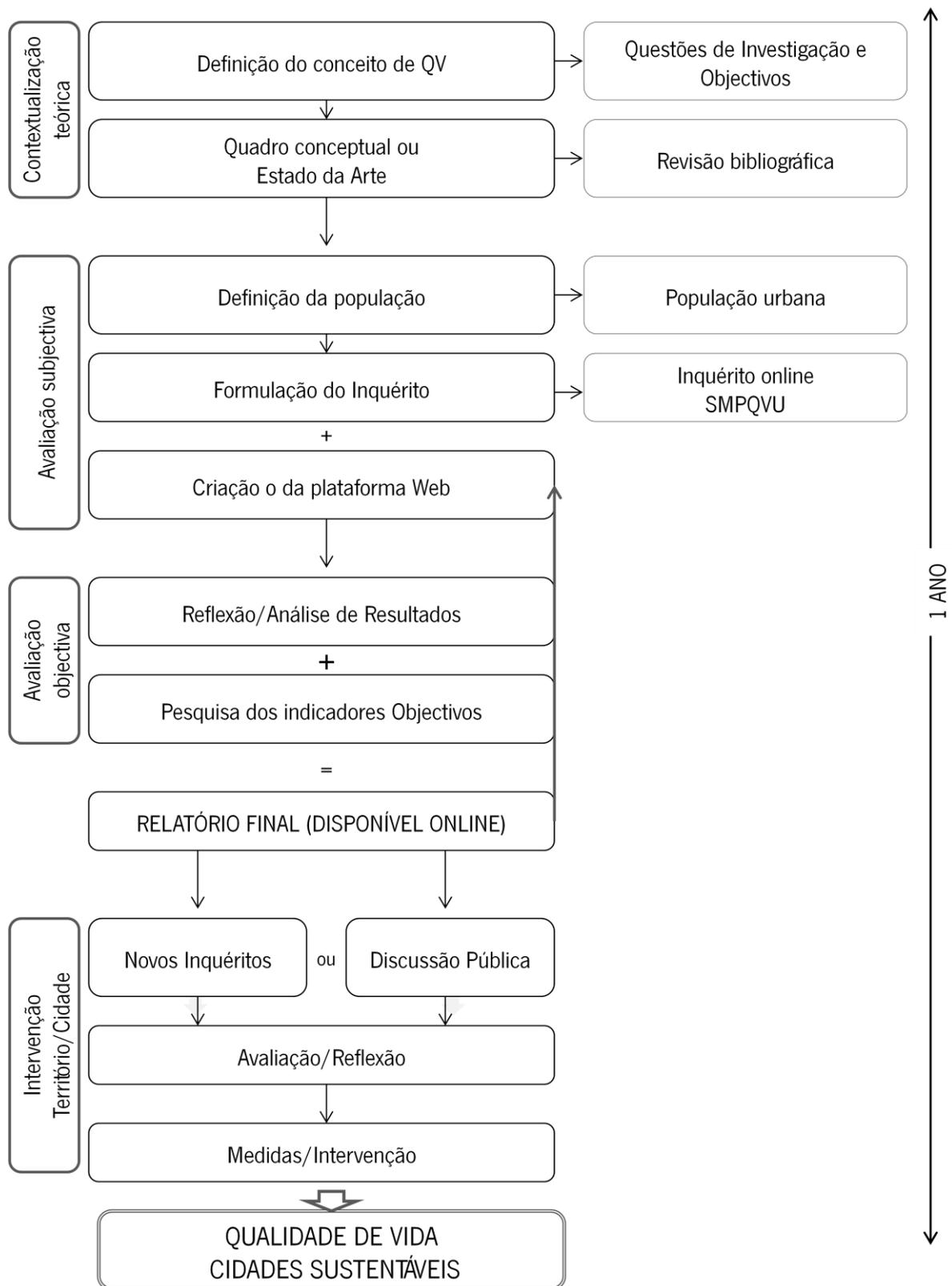


Figura 7 - Fluxograma da estrutura a adoptar na Avaliação da Percepção de Qualidade de Vida Urbana

[fonte]elaboração própria

Especificando, este processo deve iniciar-se com uma *contextualização teórica* do tema, do conceito de Qualidade de Vida, com a criação de um quadro conceptual (revisão bibliográfica), para que não se parta para a avaliação da qualidade de vida, sem antes conhecer bem, a complexidade do mesmo.

Numa segunda etapa, deve passar-se à *avaliação subjectiva (qualitativa)* da Qualidade de Vida através da operacionalização da Avaliação da Qualidade de Vida Urbana (QVU), através da realização do inquérito. Para a criação do inquérito deve definir-se a população e amostra que se pretende avaliar, antes de iniciar a formulação do questionário, para que a sua construção seja adequada ao tipo de inquiridos. À partida, neste contexto, fará mais sentido definir como amostra a população urbana residente na área em questão, sendo que outros elementos como a idade, o género ou o nível de ensino podem ser levados em conta segundo os objectivos traçados.

O elemento mais importante deste processo é o inquérito online. As regras para a criação de um inquérito são conhecidas e não existirão grandes dificuldades na criação desse questionário, desde que estejam bem definidos os objectivos do mesmo e se tenha uma pré-concepção dos resultados que se procuram obter. A proposta, é no sentido que se substitua os tradicionais pela utilização do inquérito electrónico ou *online*, acessível a todos e a qualquer hora do dia, sem necessidade de recurso a um elemento humano, que acima de tudo significa despesas financeiras para a instituição política.

Os métodos tradicionais com as suas desvantagens são, em parte, responsáveis pela desacreditação nos processos de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana, pois com tantos inconvenientes associados acabam por se tornar obsoletos e inconcretizáveis, sobretudo em alturas de contenção financeira.

O inquérito online proposto nesta dissertação deve ser integrado numa plataforma Web, ou página electrónica oficial do município e a intenção, será oferecer a de oferecer a todos os cidadãos, a possibilidade de participar nos processos de tomada de decisão do seu concelho de residência. Além de poder responder ao inquérito de Qualidade de Vida, o cidadão deve poder participar e ser informado, acerca de projectos que estejam “em cima da mesa”, criando desta forma, uma imagem de abertura da administração local, tantas vezes acusada de corrupção e pouca transparência.

O crescimento sustentável das cidades depende também do Marketing ou Branding Territorial, que trata de “vender” as cidades, criar cidades atractivas a moradores, potenciais moradores ou simplesmente visitantes.

Depois da realização do inquérito online é necessário realizar uma análise detalhada dos resultados obtidos, disponibilizados num *relatório conclusivo* para posterior reflexão e intervenção no território. Esse tratamento estatístico é possível de ser processado automaticamente, pois os softwares actuais conseguem fazê-lo se assim programados, e disponibilizados para observação imediata, na página oficial do município, para que este processo seja constante e interactivo e não seja necessário esperar pelo final para se retirarem conclusões.

O processo completo nunca deverá exceder o período de um ano entre a disponibilização do inquérito, a realização da análise de resultados e apresentação do relatório final que deverá servir apenas para registo escrito futuro, para comparação e análise estatística e para agregar os dados anuais que posteriormente auxiliará a análise de séries.

Ao longo deste período, é importante que, sempre que as estatísticas se demonstrem reveladoras de uma qualquer preocupação do cidadão, exista uma interposição imediata junto das entidades responsáveis, para averiguar os motivos e traçar prontamente medidas de resolução. Por exemplo, se ao longo do processo a dimensão da *Segurança e Criminalidade* surge valorizada nas estatísticas interactivas, demonstrando alguma preocupação por parte dos habitantes, de imediato, terá que existir uma acção junto das entidades competentes para avaliar os motivos para tal valorização e avaliar possíveis soluções. Para melhor analisar estas situações pode realizar-se o cruzamento de dados conhecidos (objectivos) para fazer uma *avaliação objectiva*.

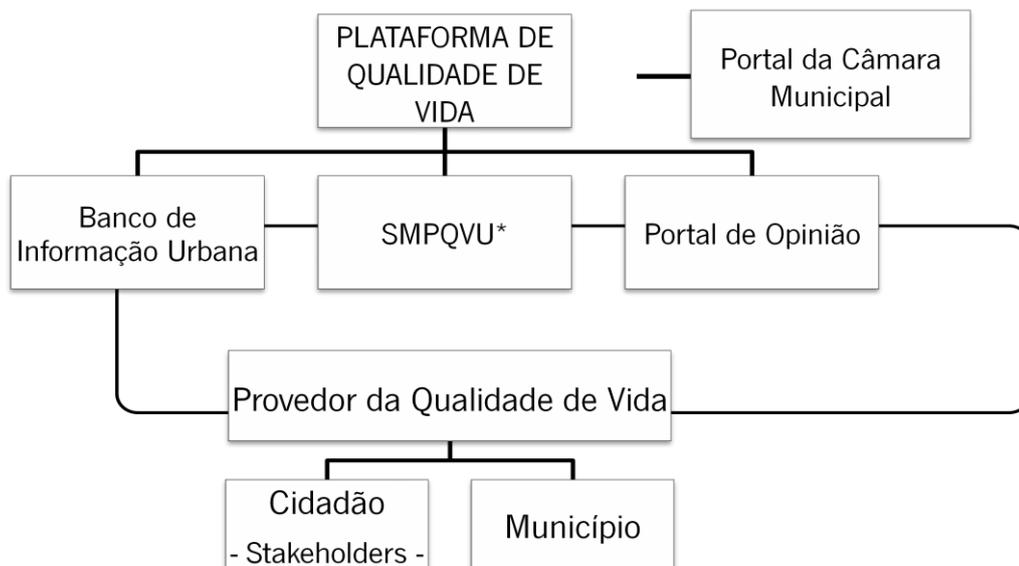
Se existir a necessidade de compreender melhor os motivos dessa valorização, pode optar-se ainda, por duas vias: *realizar um novo inquérito* mais centrado numa dimensão ou *convocar a população para uma discussão pública*.

Desta forma, com todos estes procedimentos será possível criar um conjunto de medidas mais assertivas que tenham em conta a percepção dos cidadãos, demonstrando-lhes a importância da sua participação, aumentando os graus de confiança e alterando por si só essa percepção. A ideia de que algo está a ser feito ou que estão a ser tomadas medidas, aumenta por si só o sentimento de satisfação, confiança e segurança.

No final, o objectivo deste tipo de exercício, será a *intervenção no território*. As medidas encontradas pretendem alcançar a Qualidade de Vida Urbana apoiadas na opinião e percepção pública e por isso permitirá a longo prazo a existência de *idades sustentáveis*.

Todo este processo de avaliação e monitorização da qualidade de vida deverá estar integrado num sistema mais amplo, municipal. O fluxograma que se segue (figura 8) permite perceber melhor a composição desse sistema que vai muito para além da aplicação do inquérito online, designado Sistema de Monitorização da Percepção da Qualidade de Vida Urbana (SMPQVU).

O que se pretende demonstrar é que é possível criar um sistema simples de apoio à tomada de decisão, que passa pela criação de um Plataforma para a Qualidade de Vida ou Portal do Cidadão Urbano integrado na página electrónica do município, onde estarão disponíveis três instrumentos: o *Banco de Informação Urbana*, o *SMPQVU* e o *Portal da Opinião*.



*Sistema de Monitorização da Percepção da Qualidade de Vida Urbana

Fig. 8 - Fluxograma da estrutura a adoptar num processo de planeamento participativo

[fonte] elaboração própria

Para além de poder responder ao inquéritos online (SMPQVU) o cidadão urbano deverá ter ao seu dispor uma série de instrumentos que o apoiam no exercício da sua participação pública. É disso exemplo, o *Portal da Opinião*, onde pode deixar sugestões, opiniões, críticas, mencionar problemas concretos e o *Banco de Informação Urbana*, onde pode aceder a algumas

informações importantes, como os dados resultantes do próprio SMPQVU ou os projectos em curso no município.

Contudo, é importante ressaltar que estas ideias já estão aplicadas parcialmente, pois muitos municípios já disponibilizam algumas destas ferramentas. Trata-se de conjugar e gerir melhor estes instrumentos.

Uma das soluções para melhor organizar todos estes instrumentos, é a existência de um *Provedor para a Qualidade de Vida Urbana*, que terá o papel de fazer a ponte entre o Cidadãos e o Município, bem como, dentro do município fazer a ponte entre todos os departamentos competentes ou envolvidos. Este Provedor deverá ser uma pessoa encarregada de ouvir, receber críticas, sugestões e reclamações do cidadão e deverá servir de mediador entre os elementos que representa e as instituições, nas diversas situações problemáticas que surjam.

O Provedor deverá incluir nas suas funções, o dever de demonstrar aos cidadãos a importância da sua participação (os seus direitos), mas também estar sempre atento e lembrar ao Município os compromissos que tem para com estes cidadãos, ou seja, deve verificar se ambas as partes estão a desempenhar o seu papel.

Esta proposta decorre de experiências vigentes em Portugal, onde existe já no concelho de Cascais um Provedor Municipal²⁷ e em Coimbra o Provedor do Ambiente e Qualidade de Vida²⁸ que desempenham funções muito semelhantes às propostas. Contudo, é necessário conjugar estas funções como a gestão e controle do Sistema de Monitorização da Percepção de Qualidade de Vida, a divulgação da informação municipal, a promoção de eventos de cariz informativo, entre outros. As boas práticas de gestão autárquica ficam, assim, garantidas com a existência deste cargo de âmbito municipal, a quem competirá receber sugestões, queixas e reclamações e emitir recomendações dirigidas à Assembleia Municipal e ao Executivo Camarário e dar informações úteis sobre direitos e deveres dos munícipes.

Sintetizando, neste trabalho apresentam-se essencialmente quatro novas propostas a aplicar ao processo de planeamento e gestão das cidades, de forma a alcançar níveis de qualidade de vida superiores aos existentes. Estas propostas couberam numa parte muito importante desta investigação, que se prendeu com a análise dos projectos existentes, uma posterior reflexão acerca das metodologias por eles utilizados e sobretudo a discussão com quatro investigadores. Esta construção e conseqüente proposta, resulta sobretudo das críticas e

²⁷ http://www.cm-cascais.pt/Cascais/Autarquia/Provedor_Municipal/.

²⁸ http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=308&Itemid=184.

opiniões dadas pelo Doutor Luís Delfim Santos, sobre o projecto desenvolvido no Porto, com Doutor José Pedro Manso que também já desenvolveu alguns trabalhos na Universidade da Beira Interior, com o Doutor Jorge Silva Macaísta Malheiros, professor da Universidade de Lisboa e o Professor Doutor Norberto Pinto Santos, da Universidade de Coimbra.

Como este projecto de dissertação ficam definidas quatro formas para organizar e agilizar o processo de monitorização da qualidade de vida e só depois será desenvolvida uma delas:

1. A criação de um Sistema de Monitorização da Percepção da Qualidade de Vida Urbana (SMPQVU) – inquérito *online*;
2. Criação do Banco de Informação Urbana;
3. Criação do Portal da Opinião;
4. Eleição do Provedor para a Qualidade de Vida Urbana.

Estas quatro propostas já foram explicadas anteriormente, mas é importante clarificar ainda alguns pormenores. No que diz respeito à primeira proposta, a criação do SMPQVU ou inquérito online, importa salientar que a opção por um inquérito online, resolve a maior parte dos problemas relacionados com a gestão de custos e tempo inerentes a um processo de inquirição. Este tipo de inquéritos pode actualmente ser criado por qualquer pessoa, existindo na internet variadíssimos *sites* (dos mais simples e gratuitos aos mais elaborados) que disponibilizam a possibilidade de criação deste tipo de questionários, como o aplicado e cujos resultados são apresentados no ponto 4.4.

Consoante o explorado na parte teórica, existem ainda infoexcluídos e por isso é necessário encontrar soluções. Uma das soluções foi sugerida pelo Doutor Norberto Nuno Pinto Santos. O investigador sugeriu a existência de contactos telefónicos (Linha de Apoio à Qualidade de Vida de Urbana) disponíveis para quem não tem acesso à internet. Além disso podem ser disponibilizados de *espaços internet* em locais públicos e pode colocar-se a possibilidade de o questionário em papel coexistir. Porque, os métodos não são mutuamente exclusivos e importa é encontrar soluções e uma delas pode ser a coexistência do questionário em papel disponível, por exemplo, nas juntas de freguesia, as instituições mais próximas da população sobretudo da idosa, permitindo que todos possam exercer o seu direito de participação. A vontade de participar, de ser cidadão activo, não se dissipará se houver disponibilidade por parte do cidadão

e, sobretudo, se existir abertura das instituições para a resolução de possíveis problemas ou entraves.

O objectivo será a criação de verdadeiras comunidades virtuais locais que reúnam membros que habitam a mesma cidade, através da aposta na democracia local, numa vida associativa e comunitária mais activa, uma maior entreaajuda, reforço e apoio na educação, bem como o desenvolvimento económico e comercial. Quer isto dizer que a aplicação destas ideias poderá resultar numa transformação das administrações locais e nacionais, que conduza a tomadas de decisão mais próximas das necessidades dos cidadãos, conduzindo a uma concertação *Glocal* (global e local).

Este processo de participação pública terá contudo, algumas desvantagens e problemas de concretização, mas uma boa organização conjugada com forças e vontades, permitirá que este sistema se concretize, contribuindo para a evolução da qualidade de vida urbana e da cidade sustentável.

No ponto seguinte é apresentado o inquérito *online* que serve neste âmbito para demonstrar a simplicidade deste tipo de instrumentos.

4.3 DESCRIÇÃO DO INQUÉRITO ONLINE

O Inquérito pode ser definido como uma interrogação particular, acerca de uma situação, englobando indivíduos, com o objectivo de generalizar pré-concepções. É um instrumento para recolha de dados constituído por um conjunto mais ou menos amplo de perguntas e questões que se consideram relevantes de acordo com as características e dimensão do que se deseja observar (Kelete, 1999).

Este terceiro ponto do quarto capítulo faz a apresentação do inquérito elaborado e divulgado, através do endereço: <http://qualidadedevida.questionform.com/public/Qualidade-de-Vida>. Com apenas cinco questões, este questionário pretende fazer a análise da percepção individual da qualidade de vida urbana dos portugueses.

O questionário foi organizado com a seguinte estrutura²⁹:

- Sexo (Feminino ou Masculino);
- Indique o concelho em que habita;
- Para si Qualidade de Vida corresponde:
 - a) Percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objectivos, expectativas, padrões e preocupações. (OMS)
 - b) Sentimento pessoal de bem-estar, a satisfação ou insatisfação da vida, a sua felicidade ou infelicidade. (Dalkey and Rourke: 1972)
 - c) Não existe uma única definição possível
- A qualidade de Vida nas Cidades:
 - a) É inferior, quando comparada com as áreas rurais.
 - b) É superior, quando comparada com as áreas rurais.
 - c) Não é possível de medir.
- Para avaliar a Qualidade de Vida numa determinada cidade, (a fim de optar por onde viver em Portugal) tomaria como critérios relevantes: (indique três opções)
 - a) Ambiente e Poluição
 - b) Habitação
 - c) Emprego/Desemprego
 - d) Segurança/Criminalidade
 - e) Comércio e Serviços

Os resultados apresentados no ponto seguinte decorrem da aplicação deste inquérito meramente indicativo e representativo de uma metodologia simples, com recurso à utilização da internet como instrumento de simplificação do processo de participação pública na avaliação e monitorização da Qualidade de Vida.

Já foram clarificadas as metodologias utilizadas, nas opções metodológicas no primeiro capítulo, contudo, convém lembrar que depois de elaboradas e estruturadas as questões, o questionário foi divulgado através do site *questionform.com*, escolhido particularmente pela simplicidade de utilização, gratuitidade do serviço e possibilidade de monitorizar os resultados obtidos.

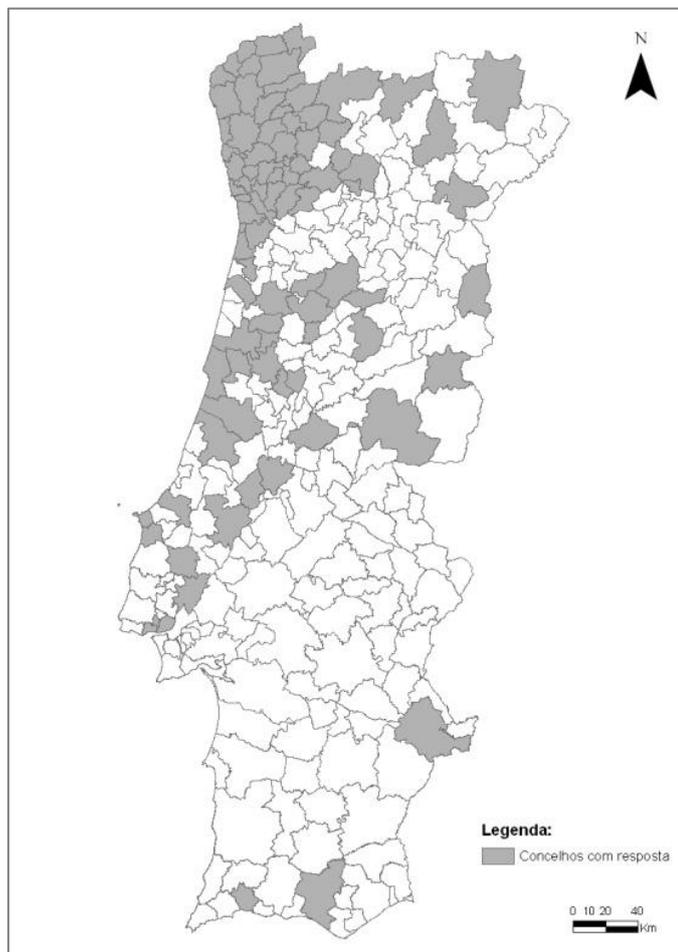
²⁹ Observar Inquérito em Anexo.

O processo de recolha de dados teve duas fases: primeiro, foram realizados 22 inquéritos (experimentais) a alunos de Geografia do 11º ano da Escola Secundária de Damião de Góes. No âmbito do tema *As áreas urbanas*, foi discutido o conceito de Qualidade de Vida, foi preenchido o inquérito e seguiu-se uma discussão dos resultados obtidos.

Numa segunda fase, passou-se à divulgação do inquérito (via email) tendo sido disponibilizados sensivelmente 4 meses para o preenchimento do questionário. A divulgação dos inquéritos, ficou delimitada à divulgação deste questionários junto dos estudantes das Universidades de Coimbra e Minho, através dos seus *emails* institucionais. Desta forma, a população e amostra desta inquirição é constituída por população jovem e adulta, com idade superior a 15 anos, estudantes dos meios universitário e secundário, numa amostra total de 1225 inquéritos. Os pontos seguintes desta dissertação dizem respeito á apresentação dos resultados obtidos, tratados estatisticamente, representados gráfica e cartograficamente.

No mapa 1 é possível observar os concelhos representados neste estudo. Ou seja, estão representados os concelhos de onde se obtiveram respostas.

No total, este questionário obteve respostas de residentes em 95 concelhos do país incluindo as regiões autónomas dos Açores e Madeira, além de 14 respostas de países estrangeiros, num total de 1225 inquiridos.



Mapa 1 - Concelhos representados no inquérito online

Fonte: elaboração própria

4.4 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO INQUÉRITO ONLINE

Para uma melhor interpretação e apresentação dos resultados obtidos, serão apresentadas as respostas esquematicamente pela ordem em que se colocaram no inquérito:

- SEXO

O único aspecto relacionado com o indivíduo, que diz respeito à caracterização do inquirido é o género (sexo), por se reconhecer a importância da diferenciação do género na análise de percepção. Tratando-se de população estudantil, não foi colocado o nível de instrução, pois todos os inquiridos têm pelo menos o ensino secundário. Os inquiridos são jovens e adultos estudantes, que frequentam as universidades de Braga e Coimbra e ainda alguns alunos de ensino secundário.

Quanto ao género, não existirão muitas observações a fazer, contudo importa apenas referir, que o género servirá mais adiante para fazer algumas correlações e análises.

Neste caso apresentam-se os resultados em valores absolutos e em percentagem, como podemos observar de seguida (fig. 9).

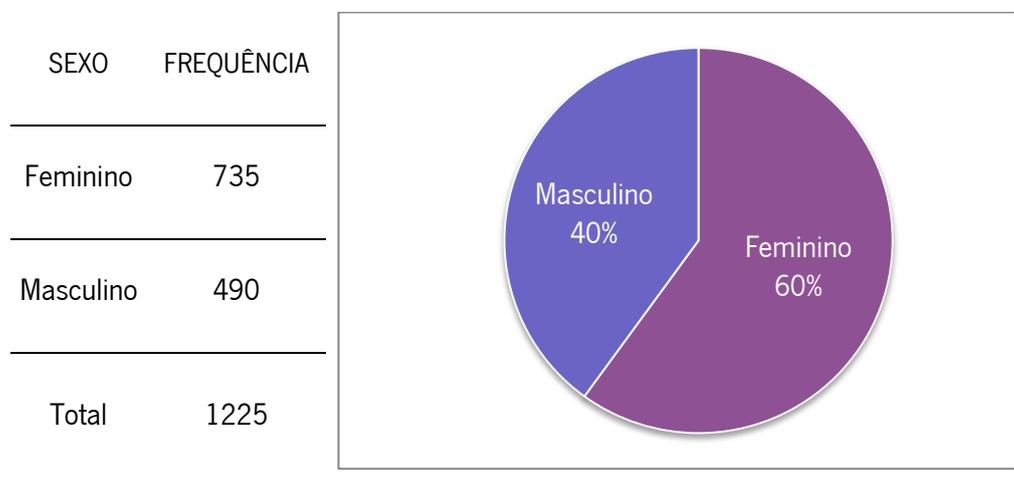


Fig. 9 - Frequência de respostas segundo o género

[fonte] elaboração própria

A percentagem de respostas do género feminino, com 735 questionários respondidos, correspondentes a 60% do total contra 40% de respostas do sexo masculino, que recolheu 490 questionários. O que representa uma maior iniciativa por parte das mulheres.

É importante assinalar, o quão essencial é a participação feminina nestes instrumentos de apoio à decisão. A ausência ou marginalização da opinião feminina significaria que os seus pontos de vista, interesses e necessidades específicos, não seriam devidamente acautelados. A possibilidade de uma participação equilibrada de mulheres pode trazer para a decisão política, económica ou social, novos valores, ideias, e estilos de comportamento distintos, pois a sua experiência histórica é diversa em função dos ‘papéis sociais’ que ao longo dos tempos lhes têm sido atribuídos (CITE³⁰). Logo, a dimensão alargada desta participação pública (60%) poderá ser um grande contributo para a participação equitativa entre géneros, pois os cargos políticos são maioritariamente ocupados pelo sexo masculino.

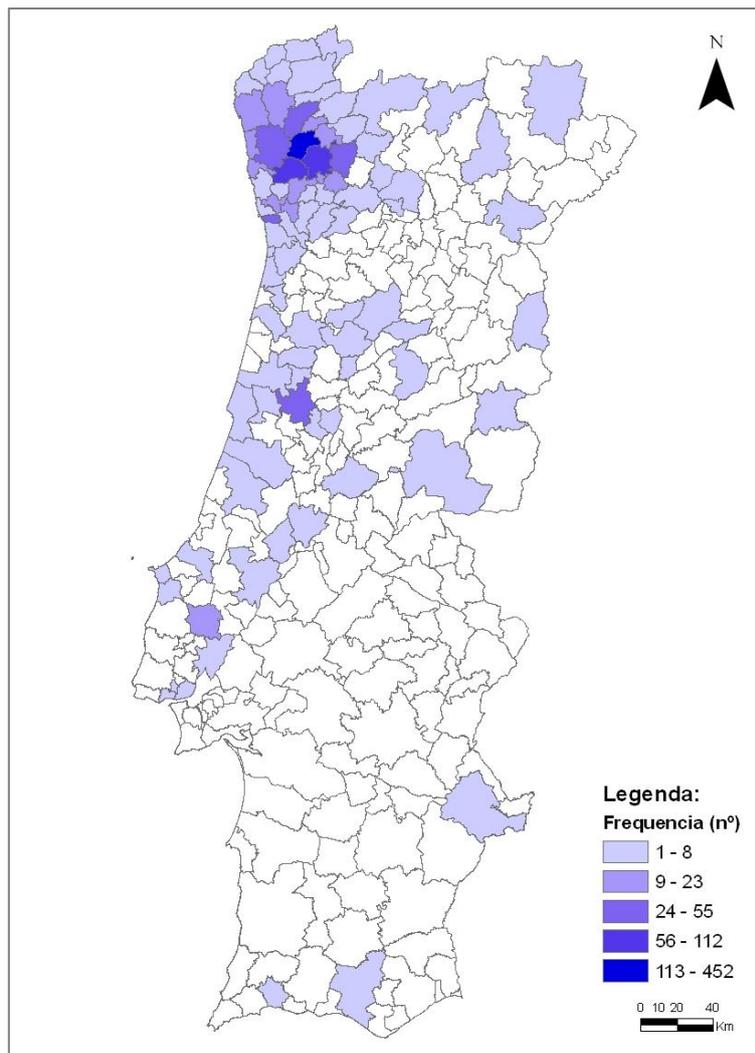
- **INDIQUE O CONCELHO EM QUE HABITA**

Este é o elemento mais importante a conhecer a respeito dos inquiridos, pois interessa relacionar as suas preferências/percepções com o local de residência, permitindo dessa forma para a avaliação da Qualidade de Vida ao nível municipal.

O concelho de residência servirá ao longo desta dissertação para fazer análises comparativas. Todos esses valores referentes a residência dos inquiridos serão representados ao longo dos próximos pontos.

O mapa que se segue (mapa 2) representa, a distribuição espacial e frequência de respostas, permitindo desta forma conhecer a distribuição dos inquiridos.

³⁰ CITE (Comissão para a igualdade no Trabalho e no Emprego) Disponível em http://www.cite.gov.pt/Formar_Iguald/PDFs_Manual/M05_03_Capitulo_III_03.pdf.



Mapa 2 – Participantes no inquérito online, por concelho de residência (%)

[fonte] elaboração própria

Neste caso, os dados são apresentados em valores absolutos, pois em termos percentuais perderia-se a noção real do número de respostas, sobretudo onde existissem valores a rondar os 1%.

Mais uma vez, percebe-se pelo mapa que a maior parte dos inquiridos provêm de concelhos da região norte do país, sobretudo concelhos limitrofes de Braga. Muitos dos concelhos representados a sul dizem respeito a concelhos com menos de 8 respostas. A figura 10 faz uma síntese por distritos e reúne ainda os resultados das regiões autónomas, bem como dos valores que dizem respeito ao estrangeiro, que não foi possível representar cartograficamente.

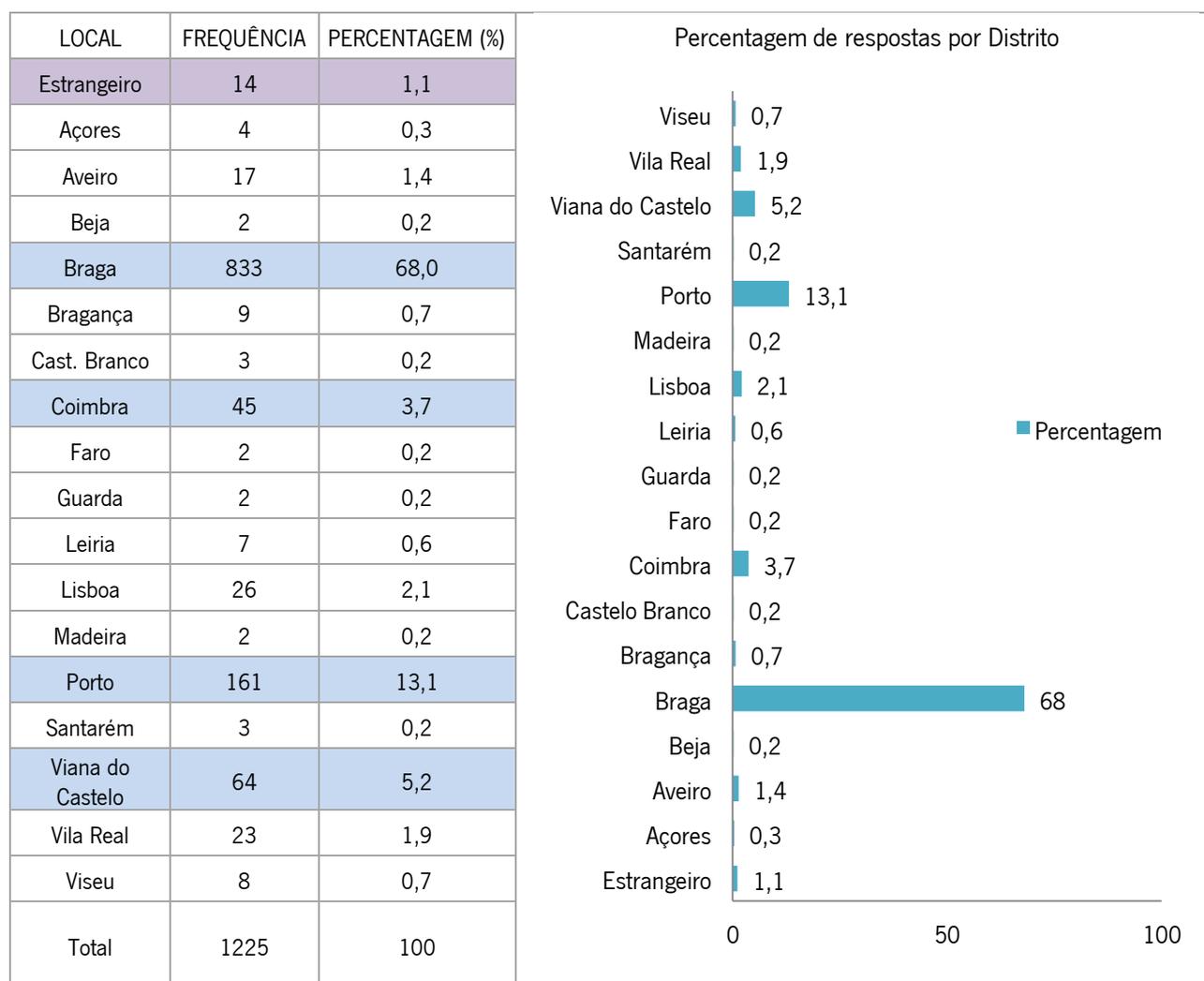


Fig. 10 - Frequências e Percentagens de respostas por Distrito

[fonte] elaboração própria

Desta informação destaca-se, com o maior número de respostas, os concelhos do distrito de Braga, com 68%. Resultado esperado uma vez que a maior divulgação deste inquérito online se passou pela comunidade universitária da Universidade do Minho. Posteriormente sucedem-lhe os distritos do Porto e Viana do Castelo, com 13,1% e 5,2% respectivamente, ficando o distrito de Coimbra apenas com 3,7%.

Apesar, da interpolação ou apelo à participação neste inquérito se ter dirigido às comunidades estudantis da Universidade do Minho e Universidade de Coimbra, fica clara a concentração e representatividade de respostas na região norte. Tal situação só poderá ter duas justificações: por um lado, a comunidade universitária de Coimbra não é residente no distrito,

pois esta universidade tem uma área de influência supra-regional³¹ o que justifica que se tenham obtido respostas de regiões como o Algarve, Madeira e Açores. Por outro lado, foi possível verificar que os alunos da Universidade de Coimbra não têm, ainda, o hábito de utilização do seu correio electrónico institucional (académico) como acontece na universidade do Minho, daí que a maioria dos emails enviados nem sequer tenha sido recepcionado ou lido.

- PARA SI QUALIDADE DE VIDA CORRESPONDE....

Esta questão, “Para si Qualidade de Vida corresponde...”, tinha três opções de resposta: a) Percepção do indivíduo de sua posição de vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objectivos, expectativas, padrões e preocupações; b) Sentimento pessoal de bem-estar, a satisfação ou insatisfação da vida, a sua felicidade ou infelicidade; c) Não existe uma única definição possível.

A questão pretende, através das três hipóteses, observar: primeiro, se os inquiridos consideram ser possível definir o conceito de qualidade de vida – optando ou não pela opção c). Por outro lado, verificar se aceitam dar uma definição para o conceito, optando uma das outras duas opções a) e b). E, por último, analisar se consideram a qualidade de vida algo perceptível que estará relacionado com a sua posição na sociedade ou se será apenas uma questão de satisfação, felicidade ou insatisfação com a vida em geral.

Na realidade, as duas definições integram a componente subjectiva do conceito mas a definição de Dalkey e Rourke (1972) citado por Daniel Rodrigues (2007), fala no conceito *Felicidade* enquanto a definição dada pela Organização Mundial de Saúde encara a Qualidade de Vida, como algo que depende dos objectivos e expectativas do indivíduo.

No gráfico da figura 11, estão representadas as respostas em percentagens, permitindo observar os pesos atribuídos a cada uma das alíneas (a, b e C) para o dos total inquiridos sem distinção no género.

³¹ Segundo a *UC em Números* (disponível em

http://www.uc.pt/ciuc/informacaosobre/universidadecoimbra/documentos/UC_em_numeros_08.pdf)

A Universidade de Coimbra possui aproximadamente 20 mil estudantes, abrigando uma das maiores comunidades de estudantes internacionais em Portugal, sendo a sua universidade mais cosmopolita.

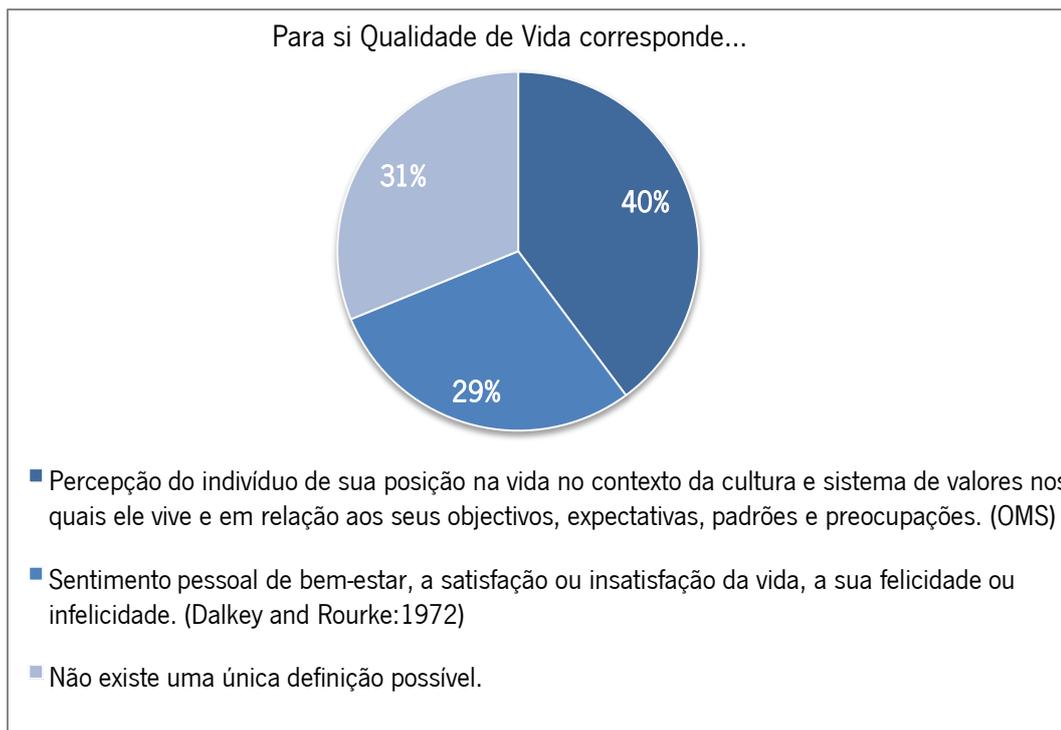


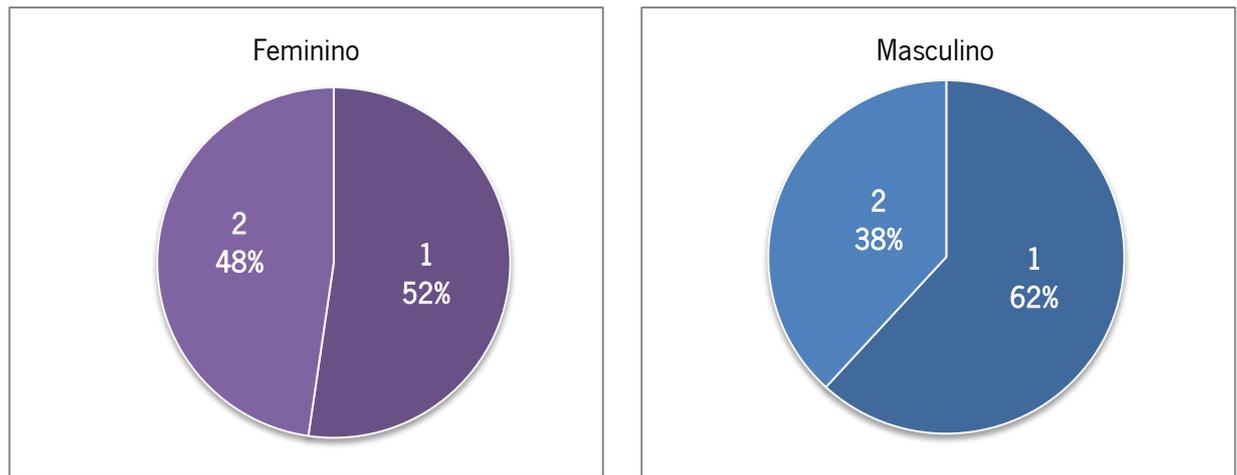
Fig. 11 – Conceito de Qualidade de Vida para os participantes no inquérito online (%)

[fonte] elaboração própria

A partir da observação do gráfico é perceptível que 40% dos inquiridos preferiu aceitar a definição dada pela Organização Mundial de Saúde, como a mais acertada, para definir Qualidade de Vida. No total, e considerando as duas opções que indicam uma definição, 69% dos inquiridos aceita dar uma definição de Qualidade de Vida, contra 31% que considera não existir uma única definição possível. Este valor demonstra que existem alguns indivíduos que têm a noção de que uma única definição é redutível e de que cada indivíduo terá a sua própria percepção, influenciada obviamente pelo seu contexto ou meio.

Se ao invés desta questão fechada, existisse uma questão aberta, dando liberdade aos participantes para definirem qualidade de vida, seriam obtidas respostas bastante distintas, dificilmente agrupáveis e de muito difícil tratamento, mas, todas elas válidas.

Nesta questão a distribuição das respostas, ou o local de residência não terá qualquer influencia na escolha do conceito a considerar ou na consciencia de que um conceito é redutor, mas, talvez seja curioso observar a diferença existente entre géneros, na escolha do conceito. Assim sendo, os gráficos que se seguem, representam os 69% de inquiridos que optaram por definir Qualidade de Vida, mas agora desagregados por género.



- 1) Percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objectivos, expectativas, padrões e preocupações. (OMS)
- 2) Sentimento pessoal de bem-estar, a satisfação ou insatisfação da vida, a sua felicidade ou infelicidade. (Dalkey and Rourke:1972)

Fig. 12 - Conceito de Qualidade de Vida para os participantes no inquérito online, por género (%)

[fonte] elaboração própria

No que diz respeito à diferenciação por género é curioso que tanto os indivíduos do sexo feminino como os do sexo masculino escolheram a opção 1 (conceito da OMS), todavia o sexo feminino parece mais dividido entre as duas questões, enquanto o género masculino é mais unânime nessa escolha.

De qualquer forma, não existe uma grande discrepância nas escolhas, as percentagens são bastante próximas, não sendo fácil descortinar nenhuma tendência, nem orientação. Contudo, as conclusões retiradas após a aplicação dos 22 primeiros inquéritos, realizados aos alunos do 11º ano de Geografia da Escola Secundária Damião de Góes em Alenquer e que permitiram uma posterior discussão, indicaram que esta divisão se deveu: ao facto das duas opções serem semelhantes e remeterem para elementos subjectivos, o que fez com que a maioria dos alunos tenha confessado, não ter feito um grande esforço para encontrar as diferenças, mas sobretudo, estes alunos salientaram que optaram pela primeira opção que diz respeito à definição dada pela Organização Mundial de Saúde, precisamente pela instituição que lhes transmitiu credibilidade do conceito.

- A QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES...

Esta é a questão que permite perceber concretamente a forma como os inquiridos percebem e avaliam a Qualidade de Vida Urbana em geral.

Entende-se que ao pedir para completar a frase “A Qualidade de Vida nas Cidades...”: a) É inferior, quando comparada com as áreas rurais; b) É superior, quando comparada com as áreas rurais e c) Não é possível de medir; se está a conduzir o inquirido para que classifique ou adjective a Qualidade de Vida Urbana em comparação com as áreas rurais, que faça uma comparação, entre a qualidade de vida nestas duas áreas.

Esta pode ser uma questão controversa, pois implica o conhecimento prévio dos conceitos de cidade, área urbana e área rural. Contudo, o objectivo é generalizar a qualidade de vida na cidade, levar o inquirido a reflectir sobre imagem que tem das áreas urbanas. Pretende-se que o inquirido avalie a cidade no seu todo e que diga como classifica a qualidade de vida na cidade, face às áreas rurais, com os adjectivos: inferior ou superior.

Esta é a questão que permite conhecer a percepção real do inquirido, face à avaliação que faz da Qualidade de Vida no espaço urbano, usando como comparação as áreas rurais. Em relação aos dados recolhidos, mais uma vez, é feita a análise global dos resultados através da análise da figura 13 e posteriormente faz-se uma desagregação dos valores totais por género e local de residência, à semelhança do realizado nas questões anteriores.

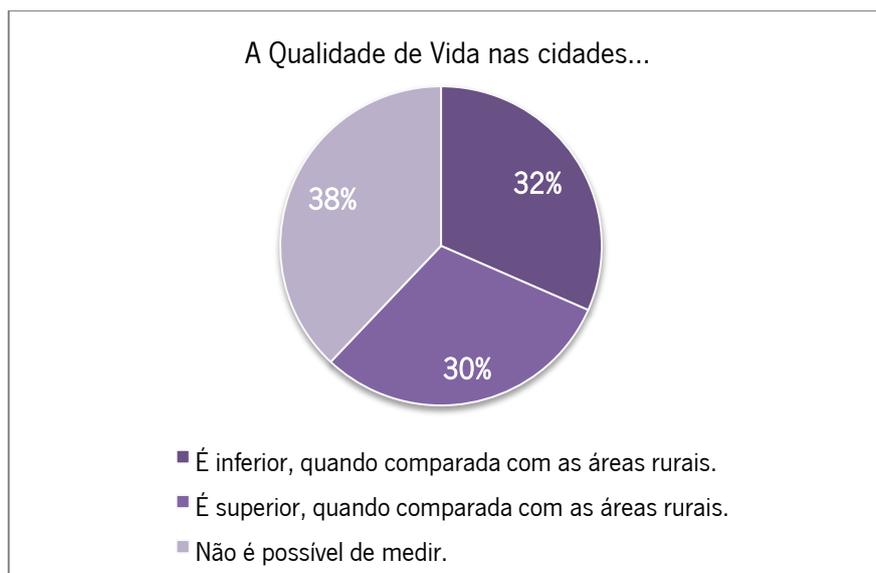


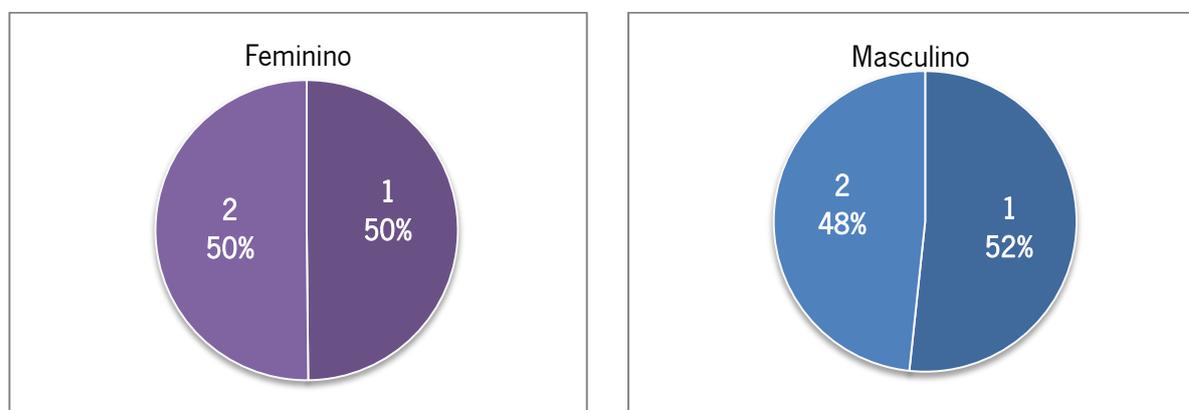
Fig. 13 - Avaliação da Qualidade de Vida Urbana em comparação com as áreas rurais (%)

[fonte] elaboração própria

Um número representativo de inquiridos (38%) considera não ser possível avaliar a qualidade de vida urbana, o que significa que considera que essa percepção dependerá obviamente de cada indivíduo, ou reconhece a dificuldade dessa avaliação. Os restantes 62% fazem uma avaliação da qualidade de vida, considerando-a inferior quando comparada com as áreas rurais (32%).

As respostas dividem-se em três fatias semelhantes, com as opções a rondarem os 30%, demonstrando mais uma vez que nestas matérias de Qualidade de Vida, não existem tendências predominantes. Dessa forma, talvez seja interessante observar esta opinião/avaliação em dois contextos: relacionar com o género e a distribuição espacial das opiniões.

Já foi observado a maioria dos participantes preferem não fazer uma avaliação da Qualidade de Vida Urbana e que ambos os sexos se distribuem pelas três opções possíveis. No entanto, o gráfico que segue (figura 14) permite concluir que o género masculino é mais categórico na sua avaliação da qualidade de vida. 52% dos homens, consideram a Qualidade de Vida Urbana inferior, quando comparada com áreas rurais. As mulheres por sua vez, estão literalmente divididas, 50% para cada uma das opções.



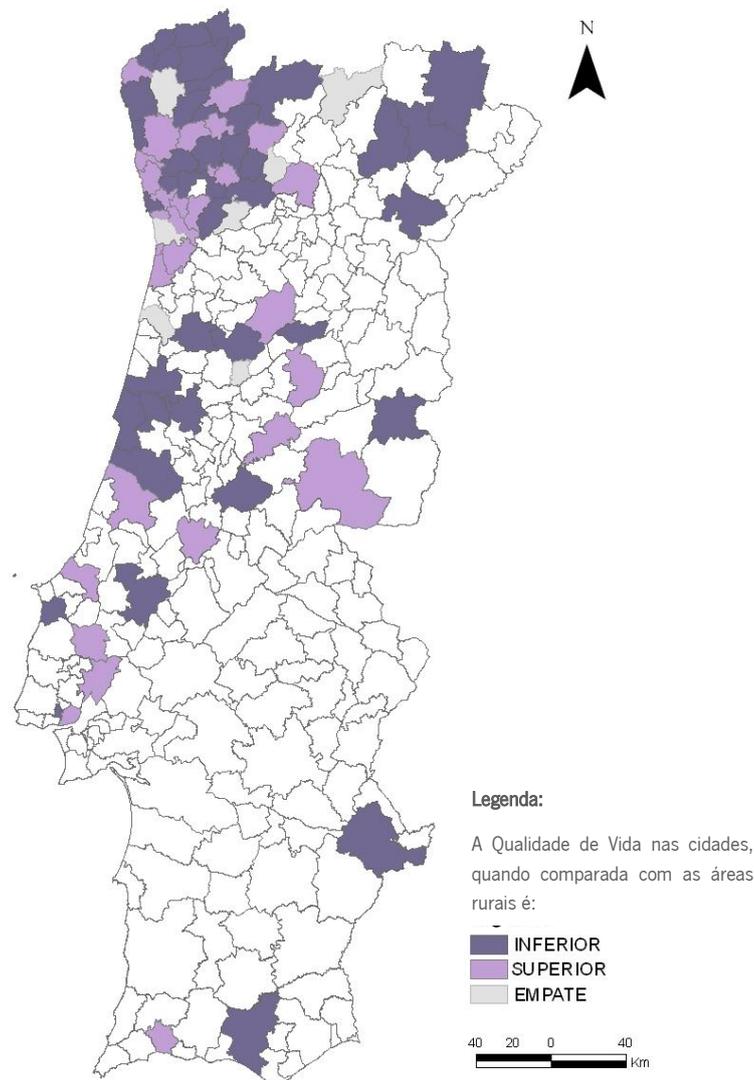
- 1) É inferior, quando comparada com as áreas rurais.
- 2) É superior, quando comparada com as áreas rurais.

Fig. 14 - Avaliação da Qualidade de Vida Urbana em comparação com as áreas rurais, por género (%)

[fonte] elaboração própria

Assim, o mais interessante será perceber, em que concelhos se consideram a qualidade de vida das cidades inferior às áreas rurais. Esta a análise será a mais interessante deste estudo, pois estes valores deverão permitir muitas reflexões.

No mapa 3, estão representados os concelhos onde os inquiridos, definiram ou classificaram a qualidade de vida urbana. Ou seja se a consideram superior ou inferior por comparação a área rural.



Mapa 3 - Avaliação da Qualidade de Vida Urbana em comparação com as áreas rurais, por concelho de residência (%)

[fonte] elaboração própria

Deste mapa interessa fazer algumas observações interessantes. Por exemplo, no caso de Braga, pode constatar-se que os residentes no concelho bem como, nos concelhos vizinhos de Póvoa de Lanhoso e Barcelos, consideram a Qualidade de Vida Urbana Superior à qualidade nas áreas rurais. Contudo, os concelhos de Vila Verde, Amares, Vila Nova de Famalicão, Guimarães e Fafe, consideram que a qualidade de vida urbana é inferior. Sendo por isso, difícil

fazer alguma uma conclusão muito fundamentada, ficando apenas a chamada de atenção para o facto de Braga representar uma excepção.

Bem diferente é a situação do concelho de Coimbra e seus limitrofes. É possível observar pela representação do mapa que todos os concelhos próximos de Coimbra, incluindo este, consideram a qualidade de vida nas cidades inferior. Este facto, deveria merecer um cuidado especial e uma análise mais profunda de forma a conseguir esclarecer os motivos desta avaliação. Em síntese, muitos destes concelhos do Centro do país demonstram um descontentamento com a Qualidade de Vida Urbana comparativamente às áreas rurais, o que é realmente preocupante, revelando que a cidade não está a responder às necessidades exigidas pelos indivíduos que nela habitam.

- PARA AVALIAR A QUALIDADE DE VIDA NUMA DETERMINADA CIDADE, (A FIM DE OPTAR POR ONDE VIVER EM PORTUGAL) TOMARIA COMO CRITÉRIOS RELEVANTES....

A questão que agora apresentada é a última deste pequeno questionário e pretende perceber quais as dimensões que os indivíduos mais valorizam, na sua avaliação da qualidade de vida de uma cidade.

A ideia é perceber se o inquirido tivesse que optar por uma cidade onde viver, quais as dimensões que valorizaria dentro das cinco apresentadas: *Ambiente e Poluição; Emprego e Desemprego; Segurança e Criminalidade; Comércio e Serviços e Habitação.*

A escolha destas cinco dimensões baseou-se na análise de outros trabalhos e procurou englobar dimensões representativas de diferentes perspectivas do conceito no que diz respeito, por exemplo à materialidade e imaterialidade. Estas cinco dimensões são dimensões, representadas em todos os estudos analisados.

Nesta questão, era pedido aos participantes do inquérito, que optassem por três das cinco dimensões existentes, em função do quais dependeriam as suas escolhas para optar por uma cidade para viver. Os resultados recolhidos, depois de aplicação do inquérito estão representados no gráfico da figura 15.

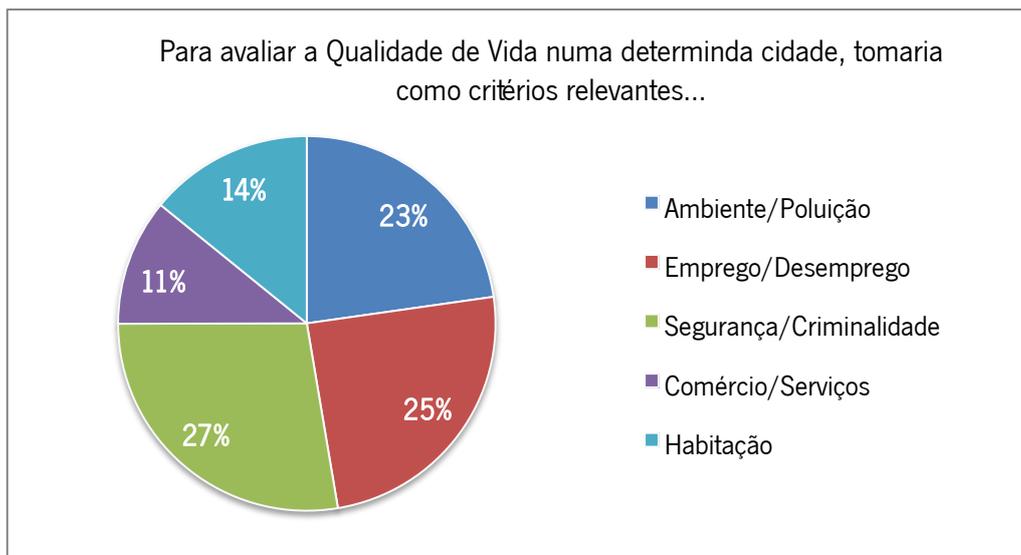


Fig. 15 - Valorização das dimensões de Qualidade de Vida pelos participantes do inquérito online (%)
[fonte] elaboração própria

Segundo o gráfico, obtiveram-se os seguintes resultados: em primeiro lugar a dimensão *Segurança e Criminalidade*, com 27% dos inquiridos; em segundo a dimensão *Emprego ou Desemprego* (25%) e em terceiro lugar a dimensão *Ambiente e Poluição*, com 23% de respostas. Fora destas escolhas, ficaram a dimensão, *Habitação*, com apenas 14% e *Comércio e Serviços* com 11%. Merecendo estes resultados uma breve reflexão, apresentada mais adiante.

Também na diferenciação de géneros, as dimensões valorizadas por homens e mulheres são iguais, embora com pesos diferentes.

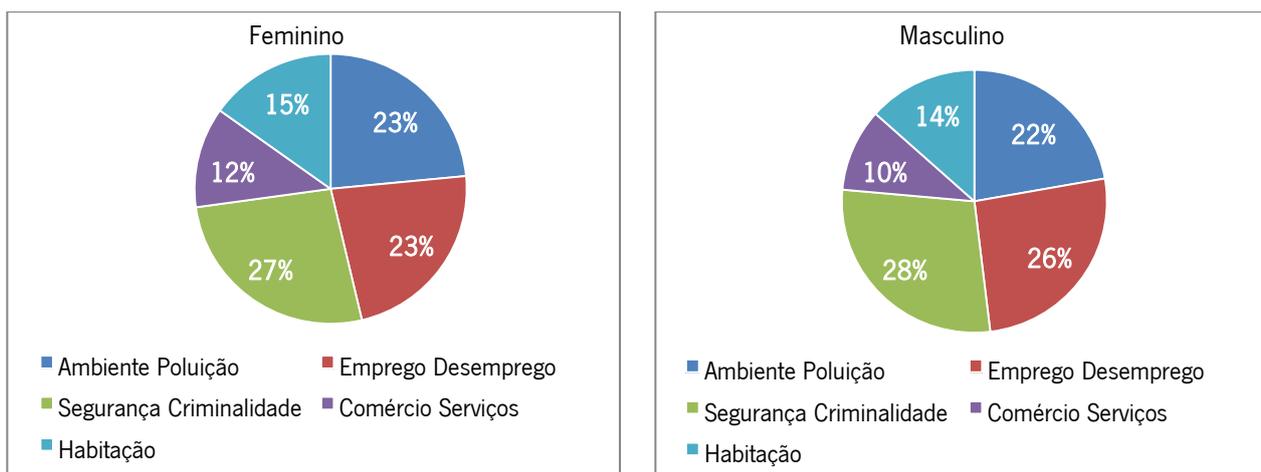


Fig. 16 - Valorização das dimensões de Qualidade de Vida pelos participantes do inquérito online, por género (%)
[fonte] elaboração própria

De facto, existem algumas pequenas diferenças: o género feminino valoriza em primeiro lugar, com 27%, a *Segurança e Criminalidade*, mas depois iguala com 23% em segundo lugar, duas dimensões, *Emprego e Desemprego* e *Ambiente e Poluição*. Por sua vez, homens valorizam em primeiro lugar a *Segurança e Criminalidade*, com 28% das respostas, em segundo lugar *Emprego e Desemprego* e só em terceiro (22%) *Ambiente e Poluição*, o que significa que valorizam mesmas dimensões, embora com pesos diferentes.

É interessante constatar que a percepção de Qualidade de Vida Urbana, quer para homens quer para mulheres, implique as mesmas dimensões. Isto significa que estão claras as prioridades dos que habitam a cidade. A obtenção de valores muito distintos seria difícil fazer posteriormente uma análise, e em última instância, saber onde agir.

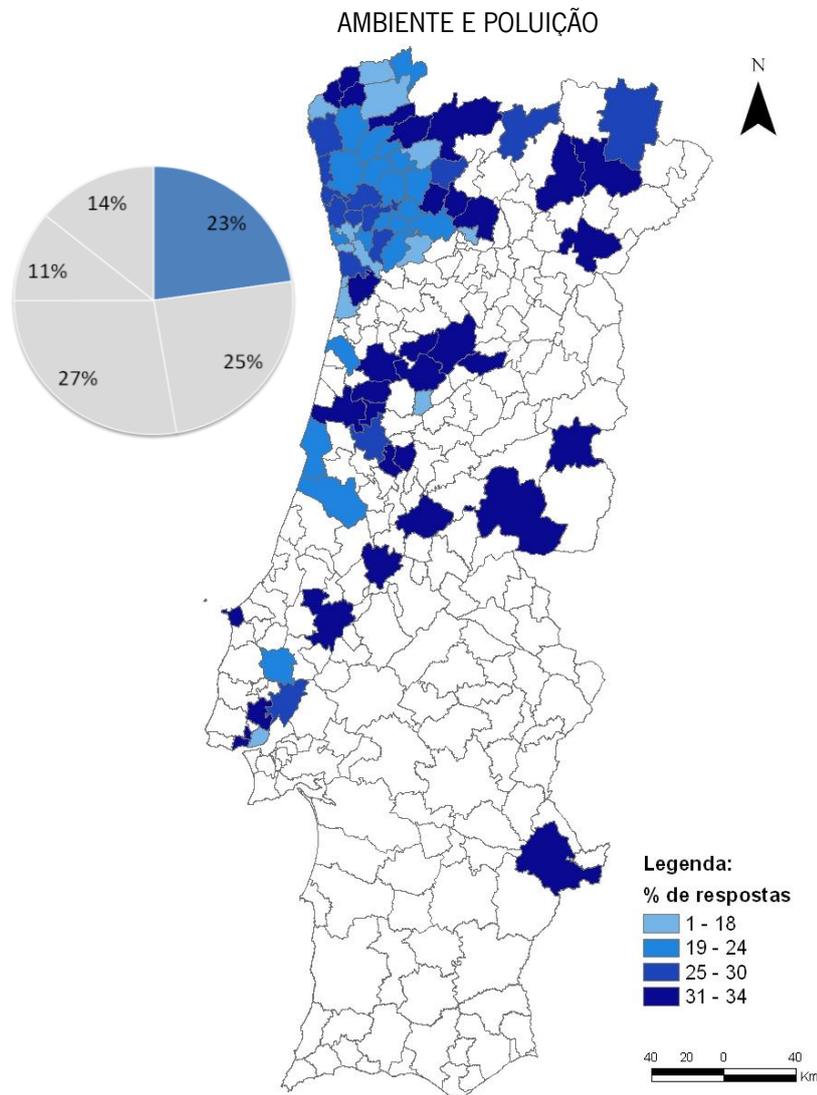
Esta questão encerra um preconceito de que as mulheres valorizariam mais a segurança do que o género masculino, por se julgar que o sentimento de insegurança e medo estaria mais associado ao género feminino, o que se demonstrado que não se verifica. E, além disso, pensou-se também que a dimensão *Comércio e Serviços*, seria mais valorizado, por estes serem um dos grandes atractivos da cidade.

Para melhor compreender o peso de cada dimensão, na escolha dos indivíduos, será interessante observar, por concelho, a distribuição de cada um. Dimensão a dimensão, qual o peso que ganham nas escolhas dos inquiridos. Mais uma vez, a representação em cartografia, permite sintetizar esta informação, fazendo com que não se tenha de recorrer a tabelas infundáveis e imperceptíveis, que serão deixadas naturalmente para anexos.

Inicia-se esta análise pela dimensão *Ambiente e Poluição*, que implicitamente abrange as condições de ambiente urbano, ou a falta delas. O meio ambiente envolve todas as coisas vivas na Terra e que afectam os ecossistemas e a vida dos humanos. Por Poluição, entenda-se a degradação, por intromissão do Homem, que directa ou indirectamente altera por meio das suas acções, o equilíbrio natural dos ecossistemas.

Falar de QVU implica assim falar de ambiente urbano, pois a cidade é, por essência, geradora de desequilíbrio no meio ambiente. Mas o ambiente urbano não é igual em todas as cidades e as consequências dessa condição nem sempre são perceptíveis para quem habita a cidade. Contudo, outros habitantes, consideram que a qualidade do ambiente urbano influencia o seu bem-estar, e é esta percepção que se pretende avaliar.

O mapa que se segue (mapa 4) representa o peso (%) que cada concelho atribui à dimensão Ambiente e Poluição.



Mapa 4 - Valorização da dimensão Ambiente e Poluição por concelho de residência (%)

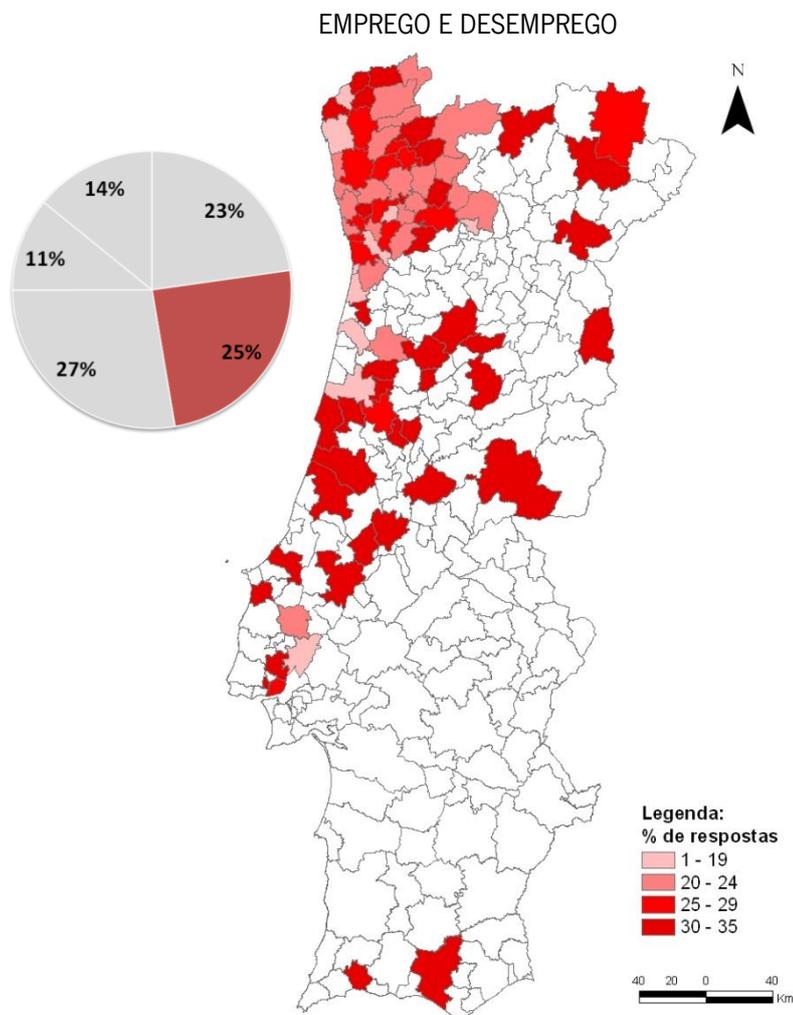
[fonte] elaboração própria

Do mapa anterior conclui-se que existem alguns concelhos não representados. Mais precisamente, dos 95 concelhos que fazem parte da amostra, 11 concelhos (Almeida, Caldas da Rainha, Estarreja, Leiria, Loulé, Lourinhã, Montemor-o-Velho, Portimão, São João da Madeira, Seia e Torres Novas) não incluem esta dimensão nas suas respostas. Isto significa que nenhum dos inquiridos considera que o Ambiente e a Poluição façam parte das suas preocupações, caso tenham de optar por um local onde viver. Interessante verificar, que neste grupo não se encontra nenhum concelho de grande dimensão, mas sim concelhos de cidades médias portuguesas.

Cidades, como Lisboa, Porto, Coimbra e Braga o peso da dimensão é considerável, o que espelha a existência de problemas com o ambiente urbano.

A opinião geral dos inquiridos atribui um grande peso a esta dimensão, segundo o inquérito *online* desta tese, a dimensão *Ambiente e Poluição*, ocupa o terceiro lugar nas escolhas dos portugueses (23%). Aliás, em 17 de Março de 2011, o Jornal *o Público*³² publica um artigo sobre Ambiente em que afirma “as preocupações dos portugueses com o ambiente têm aumentado nos últimos 10 anos e estão presentes em mais de 90% da população, principalmente jovens e escolarizados”.

Seguidamente, pela ordem listada surge a dimensão *Emprego e Desemprego*. O mapa 5 representa a distribuição da valorização desta dimensão, que no total dos resultados recolhidos representa 25% das respostas, ocupando o segundo lugar, como é possível comprovar pelo gráfico associado ao mapa 5.



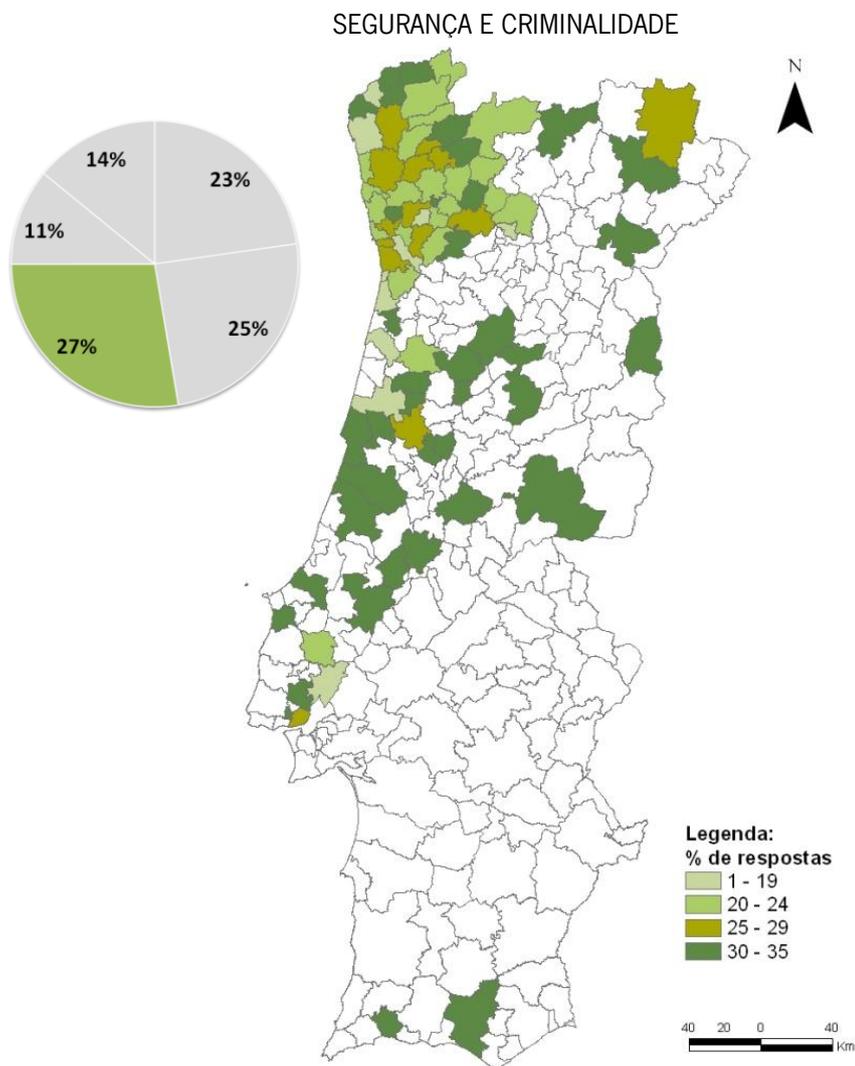
Mapa 5 - Valorização da dimensão Emprego e Desemprego por concelho de residência(%)
[fonte] elaboração própria

³² <http://www.publico.pt/Sociedade/preocupacao-com-o-ambiente-aumentou-entre-portugueses-1485382>

Do mapa anterior, consegue-se observar que mais uma vez são os concelhos da região centro do país a destacarem-se, valorizando entre 30% a 35% esta dimensão. E ao contrário, na região norte do país existe uma maior variação no peso atribuído, sobressai o concelho de Chaves com 35% e por oposição Vila Nova de Cerveira com menos de 19% no peso total das escolhas.

No concelho de Braga, esta dimensão ocupa 25% das escolhas dos inquiridos. As considerações relativamente às possíveis razões para a valorização (ou não) desta dimensão serão apresentados aquando da reflexão dos resultados obtidos.

Continuando, então, este trajecto das dimensões, continuando com *Segurança e Criminalidade*, a dimensão mais valorizada pelos inquiridos, com 27% das respostas totais, como se pode verificar no gráfico do mapa 6.



Mapa 6 - Valorização da dimensão Segurança e Criminalidade por concelho de residência (%)
[fonte] elaboração própria

Da observação do mapa 6 pode destacar-se que foram apenas seis, os concelhos onde ninguém escolheu esta dimensão: Almeida, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Macedo de Cavaleiros, Paredes de Coura e Penamacor. Curiosamente, concelhos de pequena dimensão e a maioria afastados dos grandes centros. Terão estes locais níveis de segurança elevados que façam com que os indivíduos não se preocupem com tal e estejam mais preocupados com questões mais materiais como a existência ou não de emprego ou a oferta de serviços? Esta era uma reflexão que deveria ser feita, mas que dado o trabalho que representaria, não cabe na dimensão desta dissertação. Contudo, fica feita a chamada de atenção, neste caso positiva.

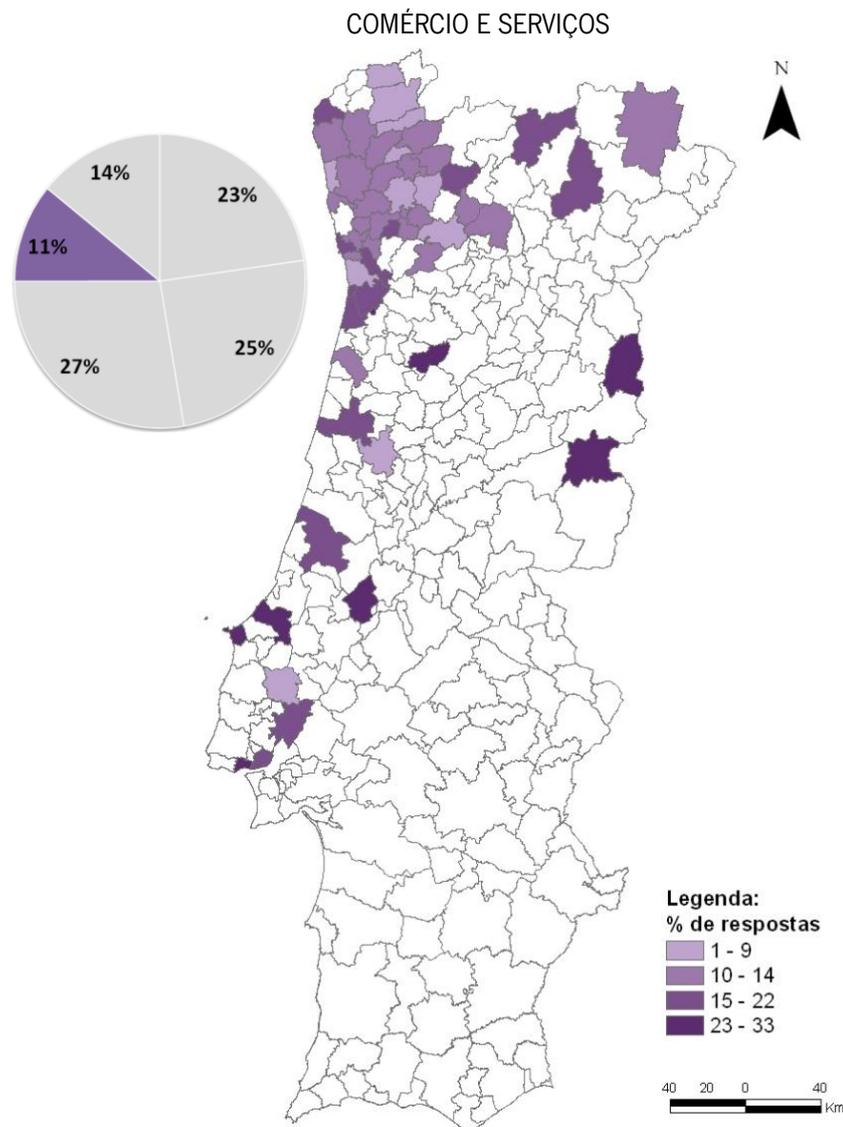
Por outro lado, mas por razões menos positivas, é importante destacar o peso que a dimensão Segurança e Criminalidade, teve tem em cidades como Braga, Porto e Lisboa e de forma marcada, em muitos concelhos da Região Centro, onde parecem existir preocupações acrescidas com a segurança. Tal significará que estas regiões devem focar a sua atenção para esta dimensão, pois a preocupação e inquietude da população, a percepção atribuída a esta dimensão é feita de conhecimento e experiências, que merecem ser avaliadas a nível local.

Da dimensão mais valorizada, passa-se para a menos valorizada: *o Comércio e Serviços*, que obteve apenas 12% das respostas, parecendo claro que a existência ou não da oferta de serviços não faz parte das preocupações dos que habitam ou pretendem habitar na cidade.

É claro, através da observação do mapa 7 perceber que muitos foram os concelhos (mais concretamente 39, dos 95) em que ninguém escolheu esta opção. Além disso, dos que apontaram esta dimensão, na maioria dos casos é mesmo a última opção, ficando atrás de todas as outras possibilidades.

É necessário relembrar que as cidades são, por excelência, o local dos serviços e do comércio e que durante anos foram polo de atracção por concentrarem e oferecerem um variado número de serviços, na maioria das vezes raros.

Podem existir dois motivos que explicam a desvalorização desta dimensão: por um lado, a importância das outras dimensões em comparação com esta, ou seja a importância que realmente a Segurança, o Emprego e o Ambiente têm para a população. Por outro lado, o facto de a maioria dos serviços se terem banalizado e já não serem considerados bens raros. Por exemplo, uma instituição bancária ou mesmo um posto de correios estava disponível apenas nas grandes cidades ou cidades médias sede de concelho ou distrito, hoje raros são os serviços considerados excepcionais e mesmo aqueles que o são, estão acessíveis, por via do desenvolvimento dos meios de comunicação.



Mapa 7 - Valorização da dimensão Comércio e Serviços por concelho de residência (%)

[fonte] elaboração própria

Dos valores representados, não é possível fazer nenhum tipo de considerações ou conclusões muito fundamentadas. Os concelhos que valorizam esta dimensão, variam em dimensão, proximidade a grandes centros e até relativamente à interioridade. Não existe nenhum padrão referência, sendo possível assinalar concelhos do anterior, o que poderia ser justificado por uma possível baixa oferta, mas Lisboa também surge representada, criando dificuldade de interpretação nesta dimensão.

Pode, no entanto, acrescentar-se que Portugal é um país de comércio e serviços. Por exemplo, no que diz respeito ao comércio, um dos exemplos mais reveladores tem a ver com a oferta de Centros Comerciais, que por cá parecem abundar, a julgar por uma notícia já do ano de

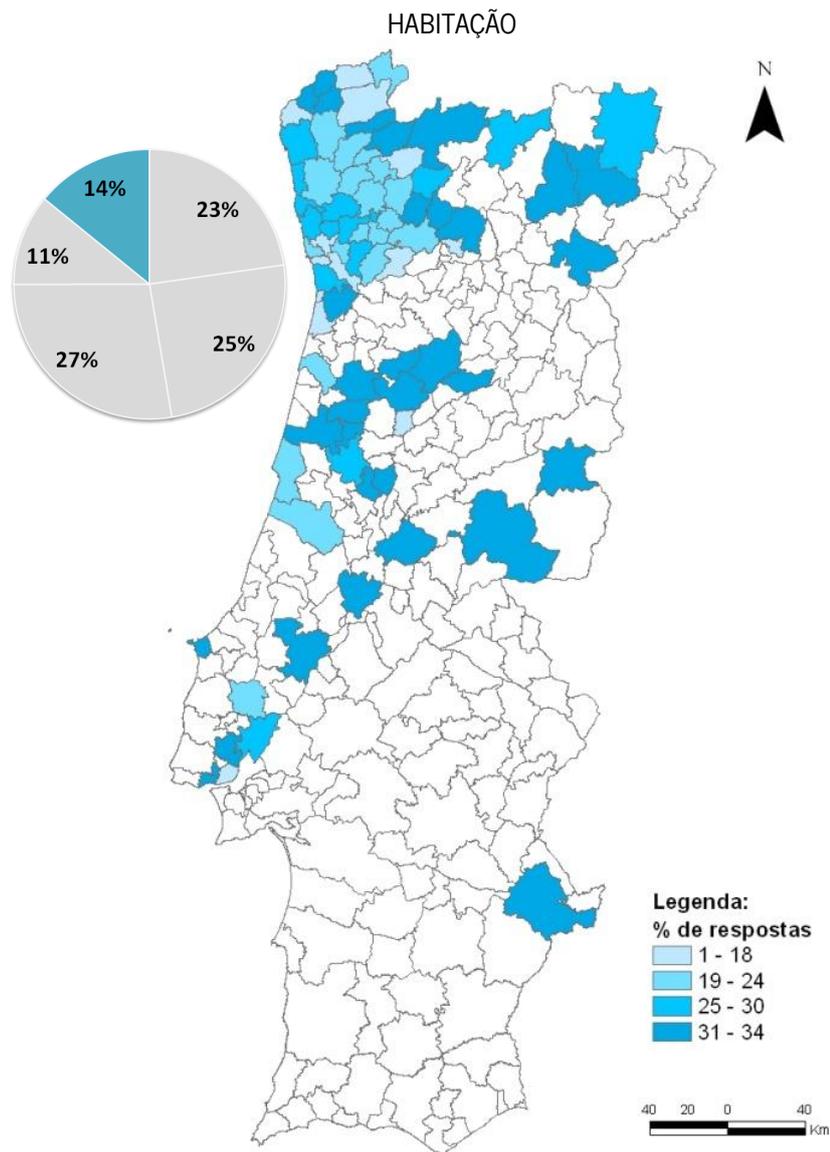
2006 dada pelo *Diário de Notícias* (16 de Março)³³: “O País vai ter 33 novos centros comerciais até 2008. Só este ano já foram inaugurados cinco e até Dezembro está prevista a abertura de mais quatro. Nos próximos dois anos, prevê-se o lançamento de 29 novos espaços comerciais. Um crescimento que já colocou o País acima da média da União Europeia (UE) em termos de área do centro comercial que produz rendimento, ou seja, a área bruta locável (ABL). (...) Portugal tem 195 metros quadrados de ABL por mil habitantes, face aos 182 de média da U.E.”

Relativamente à *Habitação*, a última dimensão que falta mencionar e que obteve apenas 14% no peso total atribuído ocupando assim o penúltimo lugar nas opções dos inquiridos. Note-se que a dimensão Habitação é uma das dimensões mais presentes nos diversos estudos que se conhecem sobre qualidade de vida, pois não existe, pelo menos nas nossas sociedades e modos de vida, alguém que possa não ter um local para habitar. Não ter habitação significa ser sem-abrigo, significa estar desintegrado de uma sociedade, não ter obviamente qualidade de vida.

Assim, quando se colocou a dimensão Habitação estava-se conscientemente a procurar perceber se as questões relacionadas com a habitação, sobretudo o custo, dimensão e localização, são ou não, importantes para alguém que procura uma cidade melhor para viver, ou que o indivíduo valorize na avaliação que faz da sua condição de vida.

A percentagem de 14% e o penúltimo lugar na classificação, não deixa margens para dúvidas, deixando prever que na maioria dos concelhos, não houve sequer um indivíduo a assinalar esta opção como uma das suas três prioridades (ver mapa 8).

³³ http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=646182



Mapa 8 - Valorização da dimensão Habitação por concelho de residência (%)

[fonte] elaboração própria

Foram 27 os concelhos onde ninguém assinalou a hipótese Habitação, existindo dois grupos diferentes, por um lado, concelhos localizados na proximidade a grandes centros como é o caso de Amadora, Loures, Oeiras e Matosinhos, e um outro grupo de pequenas cidades como Arcos de Valdevez, Celorico de Basto, Lousã e Mangualde.

No primeiro caso, reconhece-se a estranheza, por não ter sido mencionada esta dimensão, pois nas grandes cidades ou até capitais de distrito, não sendo a quantidade um problema, a qualidade e custo da habitação, são-no com toda a certeza (Mendes, 1999). Assim, só a sobreposição de valor das outras dimensões pode justificar tal opção.

No segundo caso, as opções em cidades ou concelhos como Lousã e Mangualde são justificáveis pela razão inversa, pois aqui as condições para a habitação são superiores. Entenda-se condições para a habitação, como a disponibilidade de uma casa onde se possa residir usufruindo de condições de conforto, segurança e privacidade. Aqui claramente existe oferta (quantidade e qualidade) de habitação, a um custo inferior.

As dúvidas sobre a valorização das dimensões, nomeadamente o fraco peso da Habitação nas escolhas dos inquiridos, foram discutidas com os investigadores entrevistados e já mencionados, de forma a conhecer as suas opiniões sobre os resultados obtidos. As respostas ou opiniões obtidas vão de encontro ao que já explicado. Por exemplo, o Doutor José P. Manso considera que estas opções, “não são surpreendentes, sabido que os temas de actualidade são efectivamente a criminalidade e segurança e o emprego e desemprego das pessoas.” O autor considera que a questão da habitação hoje considera-se resolvida, pois a maioria da população possui casa própria”.

O doutor Doutor Jorge Silva Macaísta Malheiros, da Universidade de Lisboa, salientou que independentemente da não valorização do domínio Habitação nas percepções de avaliação da QVU, a habitação deve continuar a ser algo essencial na política urbana, uma vez que se trata de um direito fundamental e, sob outro prisma, a função que consome mais espaço urbano. Para o investigador, isso justifica e salienta a importância dos processos de requalificação das cidades (dos seus centros históricos, mas também das periferias), com o seu carácter integrado que inclui elementos físicos, sociais e ambientais.

Desta forma, é simples compreender as opções tomadas, essencialmente, compreender os motivos que levam à não valorização do Comércio, Serviços e Habitação, parecendo claro que as ofertas serão equivalentes à procura, criando por isso um sentimento de satisfação relativamente a essas dimensões. Todavia, esta escala, serve exactamente para perceber quais as dimensões que representam um problema para os cidadãos, porque essas sim merecem a nossa reflexão, para posterior acção. Depois de passar revista a todas as dimensões disponíveis, observando algumas curiosidades relativas às diferenciações regionais, interessa sobretudo observar as dimensões que ficaram entre as três principais opções.

4.5 AS DIMENSÕES VALORIZADAS

O grande objectivo deste inquérito e de todos os inquéritos que tencionam aferir a percepção individual de Qualidade de Vida, é exactamente procurar as dimensões em que os indivíduos demonstram algumas preocupações para que a intervenção nas cidades se faça nesse sentido. Convém observar, fazer uma reflexão acerca das dimensões escolhidas pelos inquiridos, pois é esse o objectivo destes trabalhos.

Segurança e Criminalidade é a dimensão mais considerada por aqueles que responderam a este inquérito, se tivessem que avaliar a Qualidade de Vida numa cidade e optar por uma cidade onde viver.

Por segurança entenda-se o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, que confere um sentimento de tranquilidade, percepção de estar protegido de perigos e perdas. A segurança, como bem comum, é divulgada e assegurada através de um conjunto de convenções sociais, denominadas *medidas de segurança*. Naturalmente, na maioria dos casos, associa-se inevitavelmente a insegurança à criminalidade, ou seja à existência ou não do crime, isto é da conduta ilícita ou do acto que viola a norma moral, ou a violação da lei penal incriminadora. Por isso, quando se fala em percepção de segurança na cidade, significa que se questiona até que ponto o inquirido se sente seguro, logo sente a criminalidade ou crime existente na cidade como uma ameaça para o seu bem-estar.

Existe uma necessidade por parte de todos os indivíduos de se sentirem em segurança, num local que não lhes imprima medo. A consideração da criminalidade no contexto da qualidade de vida em cidades, reporta-se à necessidade básica de segurança, por parte da população, quer relativamente à sua integridade física, quer à protecção dos seus bens materiais, quer em relação à manutenção dum quadro de vida em sociedade aceitável e equilibrado (Mendes, 1999).

Na cidade, os principais problemas socioculturais são a criminalidade, a pobreza, atritos entre diferentes grupos étnico-raciais ou culturais e os crimes, tais como roubos, sequestros e o tráfico e consumo de drogas ilegais. Os principais factores, geradores, do crime poderão ser: a grande concentração de pessoas (muitas vezes com raízes étnicas e/ou culturais divergentes) e a pobreza, que conduz os indivíduos que não possuem como sustentar-se e que são negligenciadas pela sociedade, a recorrer ao crime como meio de subsistência.

A criminalidade é provavelmente o maior e mais complexo problema que a cidade, enquanto instituição tem para resolver. Nas últimas décadas, o aumento da violência causou forte impacto socioeconómico nas grandes cidades: maiores gastos públicos e privados com segurança, perda de investimentos no comércio e indústria e até mudança de hábitos e modos de vida e consumo.

Isto é o que alguns autores, nomeadamente Denise Mônaco³⁴ consideram o “custo da criminalidade”, que altera a forma como o cidadão se relaciona com a cidade, pois o aumento dos índices de criminalidade acarreta problemas imensuráveis, tais como: despesas com hospitais, polícia, sistema judicial, perdas nas actividades económicas, turismo, entre outras.

As cidades, também tiveram de se adaptar a esta criminalidade, na medida em que foram inundadas, por exemplo, por empreendimentos fechados (como estratégia imobiliárias e de marketing) e circuitos de videovigilância (mesmo em locais públicos) como apelo principal para que os habitantes da cidade que são diariamente bombardeados pela média com relatos sobre crimes violentos, aumentem a sua confiança e sentimento de segurança. Assim sendo, a escolha da dimensão *Segurança e Criminalidade* como principal dimensão a pesar, na escolha de um local para viver, parece coerente com a procura do tal bem-estar percebido pelo indivíduo porque esta dimensão influencia todas as outras dimensões.

O *Jornal de Notícias* de 31 de Março de 2011³⁵ informa que o presidente do Observatório de Segurança³⁶, José Manuel Anes considerou "preocupante" o aumento da criminalidade em Portugal considerando que, em parte, esse acréscimo se deve à crise económico-financeira que o país atravessa.

Desse modo, não surpreende que a maior percentagem desses crimes (53%) sejam Crimes contra o património (fig.17), ou seja, furtos, roubos, latrocínios, receptação, dano, extorsão e estelionato a objectos móveis ou imóveis que pertencem, ou fazem parte do património da vítima, auferindo vantagem (normalmente económica) com o delito. A crise económico-financeira aguça o engenho e a necessidade de cometer este tipo de crimes para obtenção de vantagem económica. O problema está que a violência associada a este de tipo de crimes contra o património tem-se traduzido no aumento do crime contra pessoas.

³⁴ Investigadora do Núcleo de Estudos sobre Habitação e Modos de Vida (Nomads) da Universidade de São Paulo (USP) acessível em <http://www.nomads.usp.br/site/>

³⁵ http://www.jn.pt/Paginalnicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=1820087

³⁶ <http://www.oscot.pt/>.

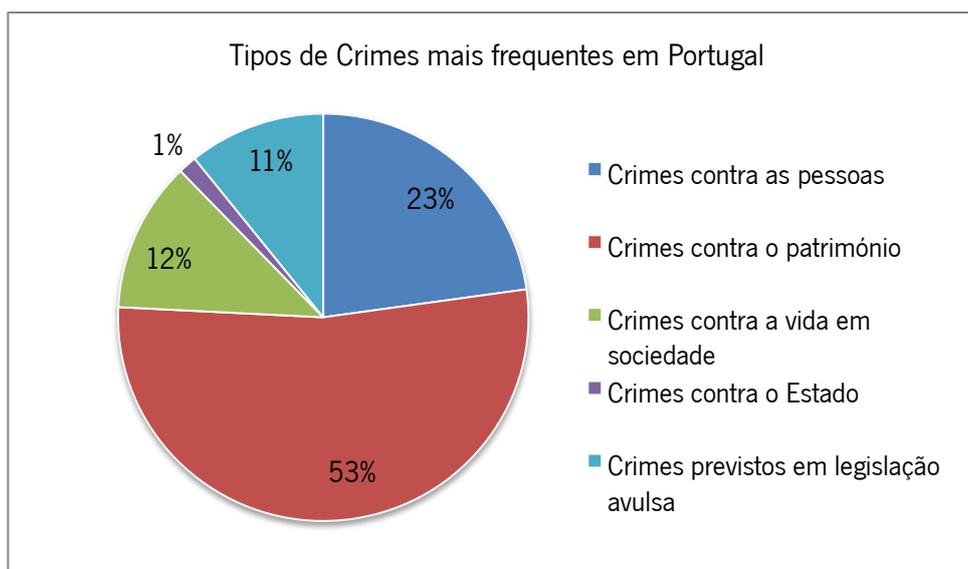


Fig. 17 - Tipos de Crimes mais frequentes em Portugal

[fonte] elaboração própria com base em dados do Pordata

Cerca de 23% dos crimes cometidos em Portugal são contra pessoas, o que significa que é posto em causa o bem-estar físico, em crimes que vão desde a lesão corporal ao homicídio. Estes crimes incluem homicídios voluntários, homicídios negligentes, ofensas corporais, raptos, violações e até ameaças e difamação; o tráfico de droga, falsificação de documentos, detenção e posse de armas são exemplo de crimes contra a vida em sociedade, que representam 12% dos crimes em Portugal. Serão estes três tipos de crimes mais visíveis que transmitem uma sensação de insegurança na população. Visíveis, porque vivemos numa era de informação e comunicação em que tudo se sabe e tudo se vê.

Norberto Pinto dos Santos, em confrontação com estes resultados, lembrou que hoje, a média e as conversas incidem com grande frequência no problema da segurança. Os telejornais e os jornais transmitem a cada momento, aquilo que sempre aconteceu mas que hoje é o principal motivo de notícia (crime, violência). E depois não sabemos apenas o que acontece na cidade, mas sabemos também pelo mundo fora. É esse acumular de descrições que aumenta a insegurança.

O autor salientou a importância da notícia jornalística que alerta e que confronta com a realidade, desde sempre existente, mas agora conhecida, que alterará com toda a certeza a percepção individual do ser humano. Não significa isto que não tenha existido um aumento significativo da criminalidade, mas esta tem que ser enquadrada. No que diz respeito à cidade, em particular, não foi possível obter dados que façam a distinção entre a criminalidade dentro e

fora das cidades, mas não é difícil concluir que a cidade, como área de grande concentração de pessoas será obviamente local para muitos crimes. Segundo Mendes (1999:50) “quantas mais pessoas viverem numa cidade, maior número de crimes ocorrerá”, pelo menos em número de crimes ocorridos.

Assim, pode concluir-se que a valorização desta dimensão deve ser encarada como uma chamada de atenção. Este tipo de avaliação da percepção da Qualidade de Vida Urbana deverá servir, para que as entidades competentes pela gestão da cidade procurem melhorar a QVU nos domínios, considerados importantes para o cidadão urbano.

A segunda dimensão escolhida no inquérito foi o *Emprego e Desemprego*.

Emprego, significa ou refere-se à acção e ao efeito de empregar, ou seja, ocupar alguém (na medida em que lhe é oferecido um posto de trabalho e delegadas determinadas responsabilidades) em troca de um ordenado ou salário. Este termo é usado como sinónimo de trabalho, ocupação ou ofício assalariado.

O trabalho e o emprego são a forma que as sociedades encontraram para se organizarem e para que o indivíduo obtenha um rendimento monetário que lhe permita fazer face às suas despesas e gastos comuns nesta sociedade de consumo, em que Homem já não consegue ser auto-suficiente. Logo, o Homem, indivíduo e cidadão trabalha para viver e a existência ou não de emprego influencia directamente a sua Qualidade de Vida e mais intimamente o seu bem-estar básico e primário de sobrevivência.

A cidade sempre usou como bandeira de campanha a seu favor, o emprego, como aliciente para aqueles que abandonavam os campos em procura do tal ordenado (que se queria maior), que permitiria melhorar a sua condição de vida. E, de um modo geral, os fenómenos migratórios que ocorreram em Portugal, sempre estiveram relacionados com a procura de mais e melhores oportunidades de emprego, umas vezes através de migrações internas, outras vezes para fora de país (Mendes, 1999). O problema é que hoje, nem as cidades do litoral português e nem as grandes cidades da Europa são, como outrora, cidades a carecer de mão-de-obra, e os trabalhos que entretanto surgiram e que substituíram a fábrica como empregador, têm-se com as novas tecnologias, modernizado, libertando mais trabalhadores.

As cidades entretanto ultrapassaram os seus limites demográficos (que tantos autores, sobretudo, urbanistas) tentaram definir para a cidade, alimentando um problema de *oferta e procura* de emprego, onde a oferta de emprego parece cada vez menor face à procura.

Analisando dados da taxa de desemprego registado, entre 1990 e 2010, em Portugal, pode-se perceber a evolução deste fenómeno de falta de emprego no país e entender, assim, a razão para a escolha desta dimensão pelos inquiridos.

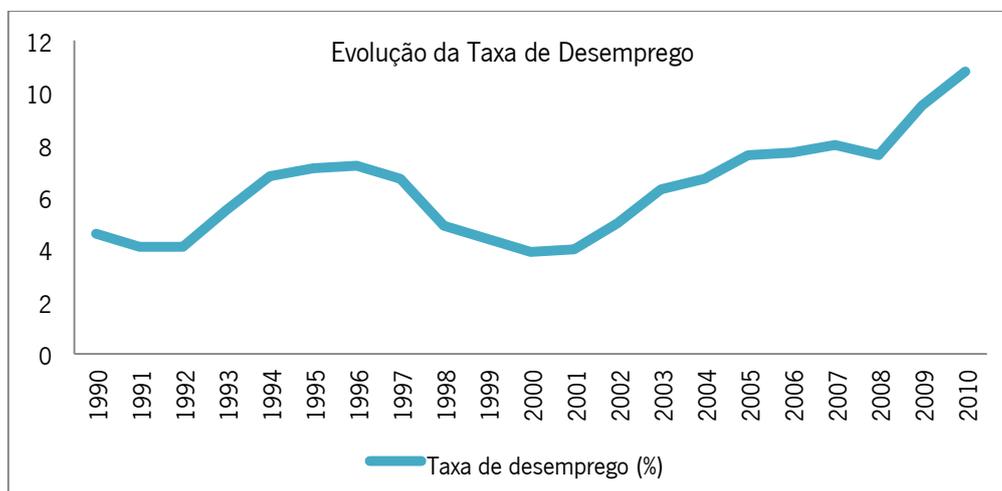


Fig. 18 - Evolução da Taxa de Desemprego em Portugal (1990-2010)

[fonte] elaboração própria com base em dados do Pordata

O gráfico anterior, não deixa dúvidas, quanto à duplicação da taxa de desemprego nos últimos anos. O Jornal *Económico* de 19 de Maio de 2011³⁷ informa que “a escalada do desemprego continua. No primeiro trimestre deste ano eram já 688.900 as pessoas à procura de trabalho, o equivalente a uma taxa de desemprego de 12,4%, revelou ontem o Instituto Nacional de Estatística (INE). A explicar a forte subida - que já furou as estimativas mais recentes da Comissão Europeia - está a degradação do mercado de trabalho (...). A barreira psicológica dos 700 mil desempregados está cada vez mais próxima”.

Os factores que condicionam a subida desta taxa de desemprego vão desde *factores económicos* - relacionados com a crise económica que se tem mantido desde a década de 80; *factores demográficos* - a progressão do emprego, não tem acompanhado o crescimento da população activa; *a reconversão tecnológica* - tem empurrado muitos trabalhadores para o desemprego, com a introdução de tecnologias que conseguem substituir a mão humana; *a obsolescência das qualificações* - em geral inferiores ou desenquadradas às necessidades; *a desindustrialização* e *a desregulação* do mercado de trabalho.

³⁷ http://economico.sapo.pt/noticias/desemprego-em-portugal-perto-das-700-mil-pessoas_118449.html

Por sua vez, as consequências do desemprego podem passar pela perda de liberdade e exclusão social, desigualdades racionais e de género, perda de qualificações (quem aprende também desaprende) e danos de longo prazo nas mais variadíssimas áreas. Deste modo, não é necessário proferir mais reflexões acerca dos motivos que levam os inquiridos a revelar preocupação com o *Emprego e Desemprego* nas cidades. A questão de poder optar por uma cidade com mais qualidade de vida para viver, passará obviamente por optar pelas que ofereçam mais oportunidades de trabalho.

A terceira e última dimensão valorizada pela população de inquiridos foi: *Ambiente e Poluição*. Este resultado revela as preocupações com as condições ou qualidade ambiental da cidade.

A Qualidade Ambiental pode definir-se como um conjunto de propriedades e características do ambiente, generalizada ou local, que dizem respeito tanto ao ambiente natural como ao ambiente construído, como a qualidade do ar e qualidade da água ou do nível geral de poluição. Ou seja, as características do meio ambiente (local que o ser humano habita) e que podem afectar a condição de bem-estar do ser humano, directa ou indirectamente. É esta consciência e realidade que tem ao longo dos anos, sido demonstrada, por cientistas de todo mundo e das mais variadas áreas, que desta forma conseguiram incutir a ideia generalizada de que é necessário “proteger o planeta para uma vida melhor”. Ao longo dos últimos anos, as notícias e as evidências da relação e influência *Homem-Meio*, já ultrapassaram a esfera dos cientistas, dos políticos e já chegou à esfera do cidadão.

Numa investigação publicada pela Imprensa das Ciências Sociais - editora do ICS-UL, sob o título "Os Portugueses e os Novos Riscos" que inclui um inquérito realizado a 700 portugueses entre 2003 e 2006, surge em segundo lugar (com 21% de respostas) fcomo preocupantes para os indivíduos, *os riscos ambientais*, o que é indicativo da centralidade desta problemática nas preocupações da população (Delicado e Gonçalves, 2007).

Torres (2007) afirma que foi o aumento da população urbana que fez com que a problemática da qualidade de vida, em cidade, se centre no “ambiente nas cidades” e que uma das principais preocupações ambientais, se centre tanto no que diz respeito aos problemas mais graves ligados à saúde pública, como no que se refere ao aumento do tráfego rodoviário, principal fonte de ruído e de emissão de poluentes atmosféricos em meio urbano.

Infelizmente, os recursos disponíveis para fazer uma amostragem da qualidade ambiental nas cidades portuguesas é reduzida. Como refere Luísa Schmidt em “*País*

(In)Sustentável', também aqui se nota a inaceitável negligência do Estado no levantamento de informação ambiental que permita séries suficientemente longas e desagregações significativas.

Os problemas são conhecidos, desde o saneamento básico, recolha e tratamento de resíduos sólidos, a qualidade do ar arruinada pelo aumento de tráfego automóvel, o ruído e a (in)existência de espaços verdes, as soluções são excessivamente discutidas, falta operacionalizar e colocar em prática. O último inquérito EVS (European Values Study) realizado, em Portugal, pelo Instituto de Ciências Sociais (USC) da Universidade de Lisboa, revela ainda que a problemática das alterações climáticas passou a fazer parte das inquietações, à medida que aumenta a presença deste tema nas notícias internacionais.

É essencial perceber que se está sempre no campo da percepção e que a percepção é configurada pelas informações dadas à função cerebral que atribui significados, interpreta, selecciona e organiza as informações obtidas pelos sentidos. Logo, estas três grandes preocupações reveladas pelos participantes neste inquérito: Segurança e Criminalidade, Emprego e Desemprego e Ambiente e Poluição, mais não são que um reflexo daquilo que enche os noticiários em todo o mundo.

Se as cidades querem fazer notícia pelas boas razões, então é necessário que todos os que se preocupam com as questões urbanas integrem, a Percepção, na Avaliação e Monitorização da Qualidade de Vida Urbana, para que essa participação do cidadão se possa reflectir seguidamente em mudanças positivas, observadas e percebidas pelos cidadãos. Conclui-se que os processos de avaliação de qualidade de vida urbana, em que a população é chamada a contribuir com a sua opinião, só fará sentido, quando os resultados obtidos forem verdadeiramente avaliados e se tomem medidas de intervenção no território que alterem as condições de vida.

4.6 SÍNTESE

A aplicação prática apresentada resultou em primeiro lugar numa proposta de um possível processo de participação de cidadãos com vista a avaliação da Qualidade de Vida Urbana e, em segundo lugar, na apresentação dos resultados recolhidos com a aplicação do questionário electrónico.

Numa primeira fase foi possível apresentar a proposta (esquematizada e devidamente explorada) que comprova como estes processos podem ser organizados de forma a levar a uma maior desburocratização, permitindo reduzir desvantagens e acima de tudo aumentar a sua aplicabilidade. Esta foi uma proposta baseada numa reflexão crítica de como podem estes processos de planeamento (das cidades) ser melhorados.

Assim e depois de devidamente explicados os passos considerados pertinentes na aplicação destes processos, foi apresentado o inquérito online como ferramenta essencial para a auscultação da população urbana, chamada a participar nas tomadas de decisão do seu município, explorando as potencialidades das Tecnologias da Informação e Comunicação.

Na prática, este capítulo fez a apresentação do resultado da aplicação deste tipo de questionário na avaliação da percepção global da qualidade de vida urbana em Portugal e permitiu evidenciar que os portugueses consideram (de uma forma geral) a Qualidade de Vida nas Cidades, inferior, quando comparada com as áreas rurais. A qualidade de vida percebida é negativa e os inquiridos parecem demonstrar preocupações com questões elementares como a segurança e o emprego.

Decorrente da reflexão acerca dos motivos que podem condicionar essas preocupações, pode concluir-se que elas fazem parte das notícias diárias e que a solução passará essencialmente por alterar a imagem da cidade.

O método utilizado foi inovador, sobretudo, pela utilização das ferramentas informáticas, deixando os métodos de inquirição tradicionais como a forma presencial, telefónico e postal, as quais e permitiram um tratamento rápido dos resultados e de leitura acessível para todos. Assim, comprova-se neste capítulo a importância da utilização das TIC como apoio indispensável na avaliação e monitorização da qualidade de vida das cidades.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO

5.1 CONCLUSÕES GERAIS

Qualidade de vida é a expressão utilizada para definir a qualidade ou particularidades das condições de vida humana, tendo em conta elementos essenciais como a saúde, educação, bem-estar físico e psíquico, ou seja, todos os aspectos que se referem às condições de vida individual ou colectiva e a aspectos de bem-estar. Não foi objectivo desta dissertação deter esforços para definir o conceito de Qualidade de Vida, pelo contrário, este trabalho de investigação, apenas procurou sintetizar a sua complexidade.

A expansão das cidades conduziu à manifestação da preocupação com a Qualidade de Vida dos que habitam as cidades, com o desenvolvimento das primeiras grandes cidades, surgiram as primeiras propostas (algumas utópicas) para a resolução dos seus problemas, mas essas preocupações, parecem permanecer, o que tem levado vários autores a debruçarem-se sobre o tema.

A necessidade de criar condições de qualidade de vida aos habitantes das cidades evidenciou-se com aparecimento do conceito de sustentabilidade. À medida que o Homem tomou consciência de que as suas relações com o Meio têm consequências gravosas sobre o mesmo, compreendeu que a cidade, enquanto habitat natural do Homem estará mais susceptível a conflitos e problemas. Dessa forma, percebeu-se que com o aparecimento de uma série de iniciativas transnacionais, que apelaram à concertação em torno da busca de um ambiente mais sustentável, e na medida em que algumas iniciativas comunitárias foram sendo traduzidas em políticas concretas para o Desenvolvimento Sustentável, salientou-se a necessidade de buscar uma melhor qualidade de vida urbana.

É desejável alcançar um desenvolvimento sustentável das cidades e da qualidade de vida num quadro de participação activa da população. A importância de auscultar a população urbana, para uma melhor avaliação e monitorização da qualidade de vida é bem perceptível, tendo sido demonstrado que a resolução de parte dos problemas urbanos passa pela avaliação das preocupações dos que nela habitam. A procura de respostas e de metodologias para avaliar a qualidade de vida urbana, sempre criou controvérsias quanto à possibilidade de incluir, nestes trabalhos, a utilização de dimensões subjectivas, como complementares à utilização de indicadores objectivos, mas é evidente a necessidade dessa integração, daí que a opinião e a percepção tenham sido tão valorizadas ao longo desta investigação. Aliás, foi possível apresentar

a quantidade de trabalhos realizados, sobre Qualidade de Vida, realizados em âmbitos nacionais e municipais que procuraram avaliar a qualidade de vida da população com base na percepção individual, com a participação em questionários.

Esta investigação torna evidente que, as percepções, são o resultado da atribuição de significados, a partir de vivências, mas também, da interpretação e organização de informação recebida ou adquirida (por vivência) em sentidos (positivos ou negativos), e que por isso é necessário dar aos cidadãos uma sensação de conforto e de respeito pelas suas inquietações. Conclui-se que a integração da participação pública nos processos de decisão política que tenham a ver com a cidade, são basilares, pois agir sobre a cidade, deverá requerer a auscultação dos principais interessados na qualidade do ambiente urbano, isto é os cidadãos.

O aparecimento e a evolução da internet têm suscitado intensos debates acerca da mobilização social que pode permitir, isto é da sua utilização em processos de deliberação e processos participativos. A tecnologia digital, permite dar voz aos cidadãos, por isso, pretendeu-se com esta dissertação apontar caminhos teóricos-metodológicos acerca da participação *online*, em vez dos modos de participação tradicionais.

Foi neste quadro de pensamento que se partiu para a avaliação da percepção da qualidade de vida através da aplicação do inquérito *online*, considerado um forte instrumento de apoio à decisão para aqueles que pensam a cidade, isto é, que têm de decidir sobre o futuro das áreas urbanas, que se pretende sustentável.

No inquérito, direccionado a jovens e adultos residentes em Portugal, os resultados demonstraram a forma negativa como se encara (em Portugal) a qualidade de vida urbana, com 32% dos inquiridos a considerar que a qualidade de vida nas cidades é inferior, quando comparada com as áreas rurais, demonstrando ainda preocupação com a Segurança e Criminalidade, com Emprego e o Desemprego e o Ambiente (ou falta dele – Poluição) nas cidades. Os cidadãos reflectem preocupações com dimensões básicas para o seu bem-estar físico, mental mas também económico, parecendo considerar que a maior parte das cidades não responde positivamente às suas preocupações, tendo uma qualidade de vida reduzida.

As propostas de criação de um Sistema de Monitorização da Percepção da Qualidade de Vida Urbana, do Portal da Cidadão, da eleição de um Provedor para a Qualidade de Vida Urbana, são apenas alguns dos passos a tomar num processo de auscultação, em que o inquérito *online* (como o realizado) é apenas mais uma ferramenta vital de simplificação dos processos e envolvimento dos cidadãos.

Com esta investigação pôde concluir-se que o tipo de resultados, como os obtidos, com a recolha de 1225 inquéritos, teria sido outrora um processo demasiadamente moroso e dispendioso, não compatível com o período de realização desta tese. Assim, foi possível evidenciar o que pensam os portugueses da Qualidade de Vida Urbana mas especialmente, a aplicabilidade do inquérito online em substituição aos métodos de recolha de opinião por questionário presencial, telefónico ou postal.

Em suma conclui-se que os objectivos específicos desta dissertação, inicialmente definidos, foram cumpridos. Primeiro, foi demonstrada a importância da avaliação da Qualidade de Vida Urbana integrada em processos de tomada de decisão política. Foi possível demonstrar como pode a avaliação da qualidade de vida permitir traçar objectivos mais concretos para as cidades para que se alcancem Cidades Sustentáveis.

Em segundo lugar, foi possível comprovar a importância da percepção na opinião dos cidadãos, regulada pelas informações recebidas exteriormente e que pode, e deve ser, incluída como indicador subjectivo em metodologias multidimensionais. Por último, as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação demonstraram-se um aliado importantíssimo na aplicação prática desta dissertação. A criação do inquérito *online*, foi sem dúvida, importante para comprovar a importâncias destas NTIC's nos processos de participação pública.

A aplicação prática da dissertação permitiu salientar a importância do inquérito *online* nas propostas de intervenção a adoptar na avaliação da percepção da qualidade de vida urbana, (apresentadas no início do quarto capítulo e suportadas nos debates com os investigadores entrevistados) são essenciais para a criação de projectos de desenvolvimento urbano sustentável.

5.2 RECOMENDAÇÕES PARA O FUTURO

Findo este estudo, apresentam-se algumas propostas de alterações necessárias nos processos de avaliação de qualidade de vida urbana, bem como nos processos de planeamento de cidades sustentáveis.

Sinteticamente, as recomendações são as seguintes: primeiro que, aquando da análise de uma qualquer realidade urbana, se encare a percepção e participação dos cidadãos como ferramenta de apoio à decisão e sobretudo, que essa auscultação seja feita de uma forma simples e organizada. Recomenda-se, sobretudo, a utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação como apoio importante, numa altura em que se pretende fazer mais com menos. Reconhecer a importância da Ciberdemocracia implica explorar devidamente as hipóteses, tentando integrar novas metodologias (inquérito online) em substituição das tradicionais, mas sempre num optica de complementaridade essencial.

A criação de um Sistema de Monitorização da Percepção da Qualidade de Vida Urbana, a criação do Portal do Cidadão, a eleição do Provedor para a Qualidade de Vida são apenas meios para a criação de cidades com melhor qualidade de vida, onde os cidadãos se sintam parte importante nas transformações. A grande recomendação vai no sentido da investigação desta linha de pensamento que aqui foi explorada, para que se discutam formas mais eficazes, e sobretudo menos burocráticas, de gestão das cidades.

Deve ser analisada a gestão estratégica do território onde a participação da população deverá ser integrada em todas as áreas da intervenção política e em questões de tomada de decisão que digam directamente respeito aos cidadãos. As cidades, em particular, devem ser pensadas para as pessoas, não em função do automóvel ou de qualquer outro elemento. A cidade deve ser planeada de forma a oferecer ao cidadão, as melhores condições possíveis, sem colocar em causa o equilíbrio dos ecossistemas.

Em suma, a recomendação maior que pode ser deixada é que do tema Qualidade de Vida Urbana ainda está por desenvolver integralmente e como tal é desejável que, futuramente, mais propostas se acrescentem, ao contributo aqui apresentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, P. F. (2002) - *New Information Technologies in Public Participation: A Challenge to Old Decision-making Institutional Frameworks*. PhD, MIT. Cambridge, USA.
- André, P., B. Enserink, D. Connor e P. Croal (2006) - "Public Participation International Best Practice Principles". *Special Publication Series*, N.º 4. International Association for Impact Assessment. Fargo. USA.
- Amado, M. (2005) - *Planeamento Urbano Sustentável*. Caleidoscópio. Casal de Cambra.
- Amaral, I. do (1988) - *A propósito das cidades do Terceiro Mundo: contribuições geográficas*. Garcia de Orta. Lisboa.
- Amorim, M. S. S. de (2007) - Cidadania e Participação Democrática. *Anais do II Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis, Brasil
www.sociologia.ufsc.br/npms/maria_amorim.pdf, acessado em 08 de Maio de 2011
- Aymonino, C. (1984) - *O significado das cidades*. Editora Presença. Lisboa.
- Azevedo, A. (2011) - *City marketing : myplace in XXI*. 2ª Edição, Editora Vida Económica. Porto.
- Bailly, A. (1981) - *La géographie du Bien-être*. PUF. Paris.
- Baud, P., Bourgeat, S. e Bras, C. (1999) - *Dicionário de Geografia*. Plátano edições técnicas. Lisboa.
- Barbieri, J. C. (2000) - *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21*. 3ª Edição, Vozes, 2000. Petrópolis.
- Batten, D. F. (1995) - "Network Cities: Creative Urban Agglomerations for the 21st Century" *Urban Studies*, Vol. 32, N.º 2, pp. 313-327.
- Beevers, R. (1999) - *The garden city utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*. MacMillan, Hampshire.
- Brito, A. G. de (2005) - "Investigação (Inovação) e desenvolvimento sustentável: compromisso com futuro". Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente - "20 anos, 20 temas : 1985-2005", p. 210-211, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4709>, acessado em 20 de Dezembro de 2010
- Cabral, M. V., Silva, F. C. da e Saraiva T. (orgs.) (2008) - *Cidade e Cidadania. Governança Urbana e Participação Cidadã em Perspectiva Comparada*. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa.
- Carvalho, J. (2003) - *Ordenar a cidade*. Editora Quarteto. Coimbra.

- Castells, M. (2004) - *A galáxia da internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
- Correia, J. C., Fidalgo A., Serra, P. (Org.) (2003) - "Informação e comunicação online". *Mundo online da vida e cidadania*. Vol. 3, Universidade da Beira Interior. Covilhã.
- Costa, C. E. (2008) - *Monitorização da qualidade de vida no Campus de Gualtar*. Relatório de projecto individual da Licenciatura em Engenharia Civil. Universidade do Minho. Guimarães.
- Clark, D. (1996) *Urban world, global city*. Routledge. London.
- Cramer, V. ,Torgersen, S., and Kringlen, E. (2004). "Quality of life in a city: the effect of population density." *Social Indicators Research*, 69, 103-116.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991) - *Nosso futuro comum*. 2ª Edição. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.
- Delicado, A. e Goncalves, M. E. (2007) - Os portugueses e os novos riscos: resultados de um inquérito. *Análise Social*. N°184, p.687-718, <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n184/n184a01.pdf>, acedido em 18 de Maio de 2011
- Domingues, A. (2006) - *Cidade e Democracia - 30 anos de Transformação Urbana em Portugal*. Argumentum, Fundação da Juventude e Ordem dos Arquitectos. Lisboa.
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, ENDS 2015, Plano de Implementação da ENDS, http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS_2015.pdf, acedido em 20 de Dezembro de 2010
- Fernandes, A. T. (1996) - "As Sociedades e a Qualidade de Vida: tendências actuais". */// Congresso Português de Sociologia*. Celta Editora. Lisboa.
- Fleck M. P., Louzada, S., Xavier, M., Chachamovich, E., Vieira, G., Santos, L. e Pinzon, V. (2009) - "Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida". *Revista Saúde Pública*, 34 pp. 178-83.
- Forattini, O.P. (1991) - Qualidade de vida e meio urbano. A cidade de São Paulo, Brasil. *Rev. Saúde Pública* 25, São Paulo, pp. 75-86, <http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v25n2/01.pdf>, acedido em 16 de Dezembro de 2010
- Frisch, M. B. (2000). "Improving mental and physical health care through Quality of Life Therapy and assessment". In E. Diener & D. R. Rahtz (Eds.), *Advances in Quality of Life Theory and Research* (pp. 207-241). Kluwer Academic Publishers.
- Gaspar, J. (2006) - "Portugal, Território e Planeamento". Em: Medeiros, C. A (dir.), *Geografia de Portugal*, Vol. 4. Círculo de Leitores. Lisboa, pp. 16-39.

- Gaspar, J. e Simões, J. M. (2006) - “O Ordenamento à escala regional”. Em: Medeiros, C. A (dir.), *Geografia de Portugal*, Vol. 4. Círculo de Leitores. Lisboa, pp. 279-306.
- Goitia, C. F. (1996) - *Breve história do urbanismo*. 4ª Edição, Editorial Presença. Lisboa.
- Gomes, R. C. S. (2009) - *Cidades Sustentáveis: o contexto europeu*. Tese de Mestrado Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- Gonçalves, H. e Pires, H. (2004) – “A paisagem urbana e a publicidade exterior. Um cenário vivo na configuração da experiência do sentir”. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Minho. Braga., <http://hdl.handle.net/1822/1080>, acedido em 8 de Maio de 2011
- Hädrich, W. R., Ruschinsky, A., (2007) – “Educação ambiental para a Qualidade de Vida: suas conexões com o social, a estética e a saúde”. *Revista de Educação Pública*. Nº30, pp.45-61. Cuibá., www.ie.ufmt.br/.../9_educ%20ambienta%20p%20quali%20vida.pdf, acedido em 17 de Dezembro de 2010
- INTEC (2009) - M2V Global Report 2009 A Qualidade de Vida em Portugal. Melhores Municípios para Viver. INTEC e SOL, disponível em www.intec.org.pt/pdf/M2VGR09.pdf
- Kamark, E. C. e Nye Jr. J. (2002) - *Governance.com: democracy in the information age*. Brookings Institution Press, Washington
- Ketele, J.M. de (1999) - *Metodologia da recolha de dados: fundamentos dos métodos de observações, de questionários, de entrevistas e de estudo de documentos*. Instituto Piaget. Lisboa.
- Kotler, P. (2003) - *Marketing de A a Z*. Lisboa. Editora Campus.
- Kluthcovsky, A. C. G. C. e Takayanagui, A. M. M. (2007) - “Qualidade de Vida - Aspectos conceituais”. *Observatório Nacional do Idoso*, Brasil, http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/12.pdf, acedido em 17 de Dezembro de 2010
- Jacinto, J. F. (2001) - “Participação pública e comunicação política no espaço democrático municipal”. *Educação & Comunicação*. N.º 6, pp. 74-96. <http://hdl.handle.net/10400.8/244>, acedido em 07 de Maio de 2011
- Juliani, J., Vicente, J. G. (2010) - *Qualidade de Vida na Cidade Londrina, um enfoque multidisciplinar: estudo utilizando o WHOQOL-100*. Ed. Londrina. Londres.
- Lamas, B. G. (2005) – “Aumenta a desigualdade mundial, apesar do crescimento económico”. *Cenários PUC Minas.*, http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20050926111839.pdf, acedido em 22 de Dezembro de 2010

- Leal, C. M. da S. (2008) - *Reavaliar o conceito de Qualidade de Vida*. Universidade dos Açores.
<http://www.porto.ucp.pt/lusobrasileiro/actas/Carla%20Leal.pdf>, acedido em 16 de Dezembro de 2010
- Lévy, P. (2003) - *Ciberdemocracia*. Instituto Piaget. Lisboa.
- Lima, R. F. P. de, Lima, O. P. de, Carvalho, J. B. de - "Avaliação de Atributos de Qualidade de Vida em Ambiente Urbano, utilizando métodos da cartografia temática quantitativa". Estudo de caso em Florianópolis., http://www.cartografia.org.br/xxi_cbc/027-SG02.pdf, acedido em 07 de Fevereiro de 2011
- Liu, B.C. (1975) - "Quality of Life: Concept, Measure and Results." *American Journal of Economics and Sociology*, 34(1).
- Lynch, K., (1996) - *A imagem da cidade*. Edições 70. Lisboa.
- Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal. Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação. Lisboa, Disponível em <http://www.missao-si.mct.pt>, acedido em 10 de Maio de 2011
- Manso, P. e Simões, N. M. (2007) - "Os Municípios e a Qualidade de Vida em Portugal: proposta metodológica com vista à sua mensuração e ordenação". *Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social*. Universidade da Beira Interior.
www.dge.ubi.pt/pmanso/qualid_vida_pmanso_nuno.pdf, disponível em 16 de Dezembro de 2010
- Manso, P. e Simões, N. M. (2009) - "Indicador Sintético de Desenvolvimento Económico e Social ou de Bem-estar dos Municípios do continente português". *Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social*. Universidade da Beira Interior
<http://www.dge.ubi.pt/pmanso/Estudo%20sobre%20qualidade%20de%20vida%20dos%20Oncelhos%20portugueses%202009.pdf>, acedido em 16 de Dezembro de 2010
- Marques, T. S. (2002) - *Dinâmicas Territoriais: Portugal na Transição do século (XX-XXI)*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.
- Marques, T. S. (2005) - "Sistema Urbano e Territórios em Transformação". Em: MEDEIROS, C. A. (Direcção). *Geografia de Portugal*, Vol.2. Círculo de Leitores. Lisboa, pp.190-210.
- Marques, J. L. e Figueiredo, E. (2008) - "De que depende a percepção social da qualidade de vida? Uma análise exploratória para o concelho de Aveiro". *VI Congresso de Sociologia*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
www.aps.pt/vicongresso/pdfs/422.pdf, disponível em 08 de Maio de 2011
- Mattar, F. N. (1999) - *Pesquisa de Marketing: metodologia e planeamento*. Volume 1, 5ª edição. Editora Atlas. São Paulo
- Mendes, J. F. G (1999) - *Onde Viver em Portugal: uma análise da Qualidade de Vida nas Capitais de Distrito*. Ordem dos Engenheiros, Região Centro. Coimbra.

- Mendes, J. F. G. (2003) - "Avaliação da Qualidade de Vida em Cidades: Fundamentos e Aplicações". *Planeamento Integrado: em busca de desenvolvimento sustentável para cidades de pequeno e médio portes*. Universidade do Minho. Braga.
- Mendes, J. F. G. e Motisuki, W. S. (2001) - "Urban Quality of Life Evaluation Scenarios: The Case of São Carlos in Brazil". *Council on Tall Buildings and Urban Habitat Review*. Vol. 1 pp. 13-23.
- Mendes, J. F. G, Silva, R. N. A., Souza, L. C..L., Ramos, R. A. R. (2004) – *Contribuições para o Desenvolvimento Sustentável em Cidades Portuguesas e Brasileiras*. Editora Almedina. Coimbra.
- Mendes, J. F. G, Silva, R. N. A., Souza, L. C. L., Ramos, R. A. R. (2004) - "Cidades Sustentáveis: um desafio comum para Brasil e Portugal". *III ENECS - Encontro Nacional sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis.*, http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1355/1/LEA_CRISTINA_LUCAS_DE_SOUZA.pdf, acedido em 21 de Dezembro de 2010
- Minayo, M. C. de S., Hartz, Z. M. de A., Buss, P. M. (2000) - "Qualidade de vida e saúde: um debate necessário". *Revista Ciência e Saúde Colectiva*. Vol.5 pp.7-18. Rio de Janeiro, Brasil., <http://www.scielosp.org/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>, acedido em 16 de Dezembro de 2010
- Moreira, J. M. (2009) - *Questionários: teoria e prática*. Editora Almedina. Coimbra.
- Nahas, P. I. M., Pereira, M. A. M., Esteves, O. A., Gonçalves, E. (2006) - "Metodologia de construção do Índice de Qualidade de Vida Urbana dos Municípios Brasileiros (IQVU-BR)"., http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_420.pdf, acedido em 16 de Dezembro de 2010
- Oliveira, M. A. S (2007) - *Avaliação da Qualidade de Vida - O caso do Município de Barcelos*. Tese de Mestrado em Engenharia Municipal. Escola de Engenharia Universidade do Minho. Braga
- Oliveira, E. H. (2010) - *Territórios, Marcas e Competitividade: A região Minho e a sua projecção Internacional*. Tese de Dissertação de Mestrado em Marketing e Gestão Estratégica. Escola de Economia e Gestão. Universidade do Minho. Braga.
- IEPALA (2005) - *Participación y desarrollo comunitario en medio urbano: experiencias y reflexiones*. Madrid.
- Partidário, M. R. (1993) - "Ambiente Urbano - a necessidade de identificação e controlo dos seus parâmetros de qualidade." *Revista Sociedade e Território*, N.º18., pp. 62-71. Porto.
- Partidário, M. R. (2002) - "Contributo para uma política de Sustentabilidade Urbana – A problemática do Ambiente Urbano, Sociedade e Território". *Revista de Urbanismo e Ordenamento do Território*, Nº33, pp. 87-95. Porto.

- Partidário, M. R. (2007) - "Cidades Sustentáveis: que cidades no futuro? *Revista ImPactus*. Lisboa.,
<https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/143125/1/Cidades%20Sustentaveis%20que%20futuro.pdf>,
acedido em 20 de Dezembro de 2010
- Pelicioni, M. C. F. (1998) - "Educação Ambiental, Qualidade de Vida e Sustentabilidade". *Revista Saúde e Sociedade* N.º 7, pp. 19-31., <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v7n2/03.pdf>,
disponível em 20 de Dezembro de 2010
- Pereira, M. H., Domingues, T., Vicente, L., Proença, V. (2009) - *Ecossistemas e bem-estar humano: avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*. Escolar Editora. Lisboa.
- Pinto, M. (2003) - "O papel dos *media* na promoção da democracia e dos indivíduos na sociedade da informação". Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Minho. Braga.,
http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/999/1/manuelpinto_e-governance%20SOPCOM_2003.pdf, disponível em 16 de Maio de 2011
- Pinto, T. C. (2008) - "Território(s) e Qualidade de Vida: representações sobre um conceito". *V Congresso de Sociologia*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/27.pdf>,
acedido em 16 de Dezembro de 2010
- Pinheiro, A. e Silva, B. (2004) - "A Estruturação do Processo de Recolha de Dados On-Line". Em: *Actas da X Conferência Internacional Avaliação Psicológica, Formas e Contextos*. Psiquilibrios Edições, pp. 522-529. Braga.
- Quental N., Lourenço J. e Silva F. N. da (2006) - "O Sistema Urbano: contributo para a identificação de Propriedades fundamentais no âmbito de um Desenvolvimento sustentável". *2º Congresso Luso-brasileiro para o Planeamento Urbano Regional Integrado e Sustentável (PLURIS, 2006)*. Universidade do Minho. Braga, Portugal.
- Rocha, P. A. Da S. (2011) - *Medir a Qualidade de Vida Urbana: proposta metodológica para um inquérito aos residentes na cidade do Porto*. Tese de Mestrado em Economia e Gestão das Cidades. Faculdade de Economia. Universidade do Porto.
- Rodrigues, D. S. (2001) - "Avaliação multicritério de acessibilidade em ambiente SIG". Escola de Engenharia da Universidade do Minho. Braga.
- Rodrigues, D. S. (2007) - *Sistema de informação para a avaliação e monitorização da qualidade de vida em campi universitários*. Tese doutoramento em Engenharia Civil, Ramo de Planeamento Territorial. Escola de Engenharia da Universidade do Minho. Guimarães.
- Rodrigues, D. S., Ramos, R. A. R. (2005) - "Modelo de Avaliação da Qualidade de Vida Aplicado a Campi Universitários". *1º Congresso Luso-brasileiro para o Planeamento Urbano Regional Integrado e Sustentável (PLURIS, 2005)*. São Carlos, Brasil.

- Roberto, J. (1996) - *Carta urgente sobre a qualidade de vida*. Edições Itau. Venda do Pinheiro.
- Rogerson, R. J., Findlay, A. M., and Morris, A. S. (1988) - *The quality of life in Britain: the case for Cardiff*. University of Glasgow. Scotland.
- Sá, A. G. B. M. F. (2003) - Media, mass media, novos media e a crise da cidadania. In *Mundo Online da Vida e Cidadania*, ed. João Carlos Correia, António Fidalgo, Paulo Serra, 5 - 20. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Sablet, M. de (1991) - *Des espaces urbains agréables a vivre : places, rues, squares et jardins*. 2 Ed., Editions du Moniteur aug. Paris.
- Salgueiro, T. B. (1991) - *As cidades em Portugal, uma Geografia Urbana*. Edições Afrontamento. Porto.
- Salgueiro, T. B. (2001) – “Alguns Desafios para as Cidades na Viragem do Milénio”. *Actas do II Colóquio da Geografia de Coimbra*. N.º Especial de Cadernos de Geografia, pp. 109-115.
- Salgueiro, T. B.; Domingues, A., Marques, T. S. (2005) - “Cidade e Sistema Urbano”. Em: Medeiros, C. A. (Dir.) – *Geografia de Portugal*. Vol. 2, Círculo de Leitores. Lisboa, pp. 175-227.
- Santana, P (coord.) (2007) - *A Cidade e a Saúde*. Almedina. Coimbra.
- Santos, F. (2010) - “Jovens e participação sociopolítica na Web: referenciais teórico-metodológicos”. *Libro Nuevos Medios, Nueva Comunicación*. Salamanca. campus.usal.es/~comunicacion3punto0/comunicaciones/052.pdf, acedido em 08 de Maio de 2011
- Santos, S. R. D. (2008). *Rede de Transportes na Cidade de Coimbra. Transportes Públicos e Desenvolvimento*. Seminário de licenciatura em Geografia - Ordenamento do Território e Desenvolvimento. Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- Santos, L. e Amaral, L. (2002) - “O *e-governmet* nos Municípios. *Cadernos de Economia*. N.º58, pp. 24-35. Universidade do Minho. Braga., <http://hdl.handle.net/1822/300>, acedido em 09 de Maio de 2011
- Santos, L. D., Martins, I. (2002) - “A Qualidade de Vida Urbana: o caso da cidade do Porto”. *Working Papers da FEP, Investigação - Trabalhos em Curso*, N.º116. <http://www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/wp116.pdf>, acedido em 17 de Dezembro de 2010
- Santos, L. D., Martins, I. (2003) - *1º Relatório sobre Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana - Porto*. Gabinete de Estudos e Planeamento, Câmara Municipal do Porto.

- Santos, L. D., Martins, I., Brito, P. (2004) - “O conceito de qualidade de vida urbana na perspectiva dos residentes na cidade do Porto”. *Estudos Regionais*, N.º 9., http://www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER09/art01_rper9.pdf, acedido em 17 de Dezembro de 2010
- Santos, S.M. dos (2006) - *Política de e-Government e Participação Política nos Municípios Portugueses*. Tese de Mestrado em Administração Pública. Universidade do Minho. Braga.
- Santos, S. M., Mendes, S. M., Amaral, L. (2006) - *E-government e outras políticas públicas para o fomento de participação pública*. Universidade do Minho. Braga.
<http://hdl.handle.net/1822/8266>, acedido em 09 de Maio de 2011
- Savegeau, D. e Loftus, G. (1997) - *Places Rated Almanac. Your guide to finding the best places to live in North America*. Macmillan, New York.
- Sociedade Portuguesa da Informação em Portugal (2010) - “Compilação de dados”. *UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento* ., www.umic.pt/images/.../A_SI_em_PT_doc_trabalho_Maio_2010.pdf, acedido em 10 de Maio de 2011
- Seidl, E. M. F. e Zannon, C. M. L. da C. (2004) - “Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos”. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, N.º 20, pp. 580-588., <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n2/27.pdf>, acedido em 17 de Dezembro de 2011
- Schmidt, L. (2008) - *País (in)sustentável: ambiente e qualidade de vida em Portugal*. 2ª Ed., Esfera do Caos. Porto.
- Schmidt, L. e Valente, S. (2004) - *Áreas Metropolitanas Vivências, Mobilidades e Qualidade de Vida*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa.
- Schmidt, L. e Cabral, M. V. (Coord.) (2010) - “Qualidade de Vida e Governança na Cidade de Lisboa”. *As Juntas de Freguesia de Lisboa - Inquérito aos seus Presidentes*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Silva, G. P. da (2008) - *Forma Urbana e Sustentabilidade: Algumas notas sobre cidade compacta*. Perspectiva e Planeamento. Lisboa.
- Simões, J. M. e Gaspar, J. (2006) - “Planeamento e Desenvolvimento”. Em: Medeiros, C. A (dir.), *Geografia de Portugal*, Vol. 4. Circulo de Leitores. Lisboa, pp. 168-257.
- Torres, L. M. M. de O. (2007) - *Avaliação da qualidade ambiental urbana*. Tese doutoramento em Engenharia Civil. Escola de Engenharia da Universidade do Minho. Braga.
- Vaitsman, J. (1995) - *Subjetividade e paradigma de conhecimento*. Escola Nacional de Saúde Pública. Brasil., www.senac.br/informativo/bts/212/2102003009.pdf, acedido em 07 de Fevereiro de 2011

Vasconcelos, L. e Guedes, L. F. A. (2011) - *E-Surveys: Vantagens e Limitações dos Questionários Eletrônicos via Internet no Contexto da Pesquisa Científica.*, <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/420.pdf>, acessada em 20 de Dezembro de 2011

Ventura, D. de F. L., Kroth, V. W., Dri, C. F. (2003) - "Ciberdemocracia: benefícios e impasses na utilização da *internet* como instrumento da democracia". *II CIBERÉTICA - Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética*. Florianópolis, Brasil. , www.ciberetica.org.br/trabalhos/anais/5-15-c1-1.pdf, acessado em 09 de Maio de 2011

Veenhoven, R. (2002) - "Why social policy needs subjective indicators". *Social Indicators Research*. Nº 58, pp. 33-45.

Vieira, H. C., Castro, A. E. de, Júnior, V. F. S. (2010) - "O uso de questionários via *e-mail* em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes". *XIII SEMEAD Seminários em Administração*. Universidade Federal de Santa Maria. Brasil., www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/.../612.pdf, acessado em 07 de Dezembro de 2010

Westphal, M. F. (2000) - "O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a Qualidade de Vida". *Revista Ciência e Saúde Colectiva*. Vol. 5, pp. 39-51. Rio de Janeiro, Brasil., <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7078.pdf>, acessado em 21 de Dezembro de 2010

WEBSITES

Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo - Disponível em <http://www.dgotdu.pt>

Portal da Agência para a Sociedade do Conhecimento - Disponível em <http://www.umic.pt>

Portal Câmara Municipal do Porto - Disponível em <http://www.cm-porto.pt>

Portal Câmara Municipal de Coimbra - Disponível em <http://www.cm-coimbra.pt>

Portal Urban Audit - Disponível em <http://www.urbanaudit.org>

Portal EUROFOUND - Disponível em <http://www.erofound.europa.eu>

Portal da Nova Zelândia - Disponível em <http://www.bigcities.gov.nz>

Portal da cidade de Bristol - Disponível em <http://www.bristol.gov.uk>

Portal da cidade de Liverpool - Disponível em <http://www.liverpool.gov.uk>

Portal da cidade de Dallas - Disponível em <http://www.dallascityhall.com>

Portal da Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA) - Disponível em <http://www.pordata.pt/>

Portal do Instituto Nacional de Estatística (INE) - Disponível em <http://www.ine.pt>

ANEXOS

Anexo I: Inquérito *online* aplicado

Disponível em: <http://qualidadedevida.questionform.com/public/Qualidade-de-Vida>

Powered by questionform.com
[Subscriba](#) um dos planos pagos para remover esta mensagem.

Qualidade de Vida

Sexo *
clique para editar

Feminino
 Masculino

Indique o concelho em que habita *
(se viver fora de Portugal indique apenas o país)

Para si Qualidade de Vida corresponde... *

(indique apenas uma opção)

- Percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objectivos, expectativas, padrões e preocupações. (OMS)
- Sentimento pessoal de bem-estar, a satisfação ou insatisfação da vida, a sua felicidade ou infelicidade. (Dalkey and Rourke:1972)
- Não existe uma única definição possível.

A Qualidade de Vida nas cidades... *

(indique apenas uma opção)

- É inferior, quando comparada com as áreas rurais.
- É superior, quando comparada com as áreas rurais.
- Não é possível de medir.

Para avaliar a Qualidade de Vida numa determinada cidade, (a fim de optar por onde viver em Portugal) tomaria como critérios relevantes...

(indique três opções)

- Ambiente/Poluição
- Habitação
- Emprego/Desemprego
- Segurança/Criminalidade
- Comércio e Serviços

 Enviar

powered by

questionform

Criar inquéritos e formulários online

questionform.com

Anexo II: Entrevistas

(Questões meramente representativas)

O conceito de Qualidade de Vida é ambíguo e perceptual, este estudo procura estudá-lo, apesar da dificuldade prévia da definição do conceito.

Que importância atribui ao tema da Qualidade de Vida? Eu considero-o um tema importante para a Engenharia Civil, concorda comigo?

Reconhecendo que as cidades são os territórios por excelência de concentração da população. Nesse sentido e considerando a Qualidade de Vida Urbana, como o bem-estar ao viver numa cidade, *é possível e importante medi-la através de métodos de avaliação de Qualidade de Vida?*

Até que ponto serão ferramentas importantes no planeamento e ordenamento das cidades?

No inquérito online realizado nesta investigação, questionam-se quais os indicadores que os indivíduos considerariam importantes na avaliação de uma cidade portuguesa, caso tivesse que optar por um local onde viver.

Os resultados mostram que em primeiro lugar os inquiridos se preocupariam com a Segurança e a Criminalidade, em segundo lugar com o Emprego ou Desemprego e em terceiro lugar com o Ambiente ou Poluição, deixando cair por terra indicadores como Comércio e Serviços e a Habitação.

Não considera estes dados extremamente curiosos? Que conclusões retirar destes dados?

Nesta dissertação, pretende-se demonstrar que é simples e que seria útil criar instrumentos e ferramentas (electrónicas) que permitissem medir a percepção individual dos cidadãos quanto à sua Qualidade de Vida, como instrumento importante de planeamento urbano.

Propõe-se cada município crie através das suas páginas electrónicas oficiais, uma ferramenta que permitisse a todos os cidadãos responder a uma série de inquéritos, dar a possibilidade de conhecer os projectos em elaboração, deixar sugestões, etc. Pretende-se realçar a importância da criação de uma população urbana participativa, informada, mas acima de tudo auscultada.

Considera uma ideia exequível a médio e longo prazo, numa perspectiva de Cidades Sustentáveis ou completamente utópico?

Anexo III: Resultados da Aplicação do Inquérito *online*

(Tabelas de Frequências)

Sexo

Sexo	Frequency	Percent
Feminino	735	60,0
Masculino	490	40,0
Total	1225	100,0

Concelho

Concelho/País	Frequency	Percent
Águeda	3	,2
Alenquer	15	1,2
Almeida	1	,1
Amadora	1	,1
Amarante	8	,7
Amares	13	1,1
Anadia	1	,1
Arcos de Valdevez	5	,4
Austria	1	,1
Aveiro	4	,3
Barcelos	55	4,5
Braga	452	36,9
Bragança	5	,4
Brasil	6	,5
Cabeceiras de Basto	6	,5
Caldas da Rainha	1	,1
Caminha	5	,4
Cantanhede	2	,2
Castelo Branco	1	,1
Celorico de Basto	1	,1

*Continuação		
Chaves	7	,6
Coimbra	36	2,9
Espanha	2	,2
Espinho	2	,2
Esposende	23	1,9
Estados Unidos da América	2	,2
Estarreja	1	,1
Fafe	29	2,4
Famalicão	72	5,9
Felgueiras	10	,8
Figueira da Foz	3	,2
Funchal	2	,2
Gaia	8	,7
Gondomar	6	,5
Guimarães	113	9,2
Leiria	2	,2
Lisboa	5	,4
Loulé	1	,1
Loures	1	,1
Lourinhã	1	,1
Lousã	1	,1
Lousada	6	,5
Macedo de Cavaleiros	1	,1
Maia	13	1,1
Mangualde	1	,1
Marco de Canaveses	6	,5
Matosinhos	3	,2
Mealhada	1	,1
Melgaço	3	,2
Miranda do Corvo	2	,2

*Continuação		
Mirandela	2	,2
Monção	4	,3
Mondim de Basto	3	,2
Montalegre	3	,2
Montemor-o-Velho	1	,1
Moura	1	,1
Oeiras	1	,1
Ovar	2	,2
Paços de Ferreira	6	,5
Paredes	4	,3
Paredes de Coura	2	,2
Penafiel	3	,2
Penamacor	1	,1
Peniche	1	,1
Pombal	3	,2
Ponta Delgada	3	,2
Ponte da Barca	7	,6
Ponte de Lima	13	1,1
Portimão	1	,1
Porto	33	2,7
Póvoa de Lanhoso	15	1,2
Póvoa de Varzim	12	1,0
Santa Comba Dão	2	,2
Santa Maria da Feira	3	,2
Santa Marta de Penaguião	2	,2
Santarém	1	,1
Santo Tirso	19	1,6
São João da Madeira	1	,1
São Miguel	1	,1
Seia	1	,1

*Continuação		
Sertã	1	,1
Suiça	2	,2
Tailândia	1	,1
Terras de Bouro	3	,2
Tomar	1	,1
Tondela	1	,1
Torre de Moncorvo	1	,1
Torres Novas	1	,1
Trofa	6	,5
Valença	1	,1
Valongo	9	,7
Viana do Castelo	21	1,7
Vieira do Minho	5	,4
Vila do Conde	7	,6
Vila Franca de Xira	4	,3
Vila Nova de Cerveira	2	,2
Vila Real	7	,6
Vila Verde	39	3,2
Viseu	2	,2
Vizela	10	,8
Vouzela	1	,1
Total	1225	100,0

Qualidade de vida corresponde....

Qualidade de vida corresponde...	Frequency	Percent
Percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objectivos, expectativas, padrões e preocupações. (OMS)	488	39,8
Sentimento pessoal de bem-estar, a satisfação ou insatisfação da vida, a sua felicidade ou infelicidade. (Dalkey and Rourke:1972)	355	29,0
Não existe uma única definição possível.	382	31,2
	1225	100,0

Qualidade de vida nas cidades...

Qualidade de vida nas cidades...	Frequency	Percent
É inferior, quando comparada com as áreas rurais.	387	31,6
É superior, quando comparada com as áreas rurais.	373	30,4
Não é possível de medir.	465	38,0
	1225	100,0

Dimensões

Dimensão	Frequency
Ambiente/Poluicao	840
Emprego/Desemprego	910
Seguranca/Criminalidade	1020
Comercio/Servicos	404
Habitação	521

